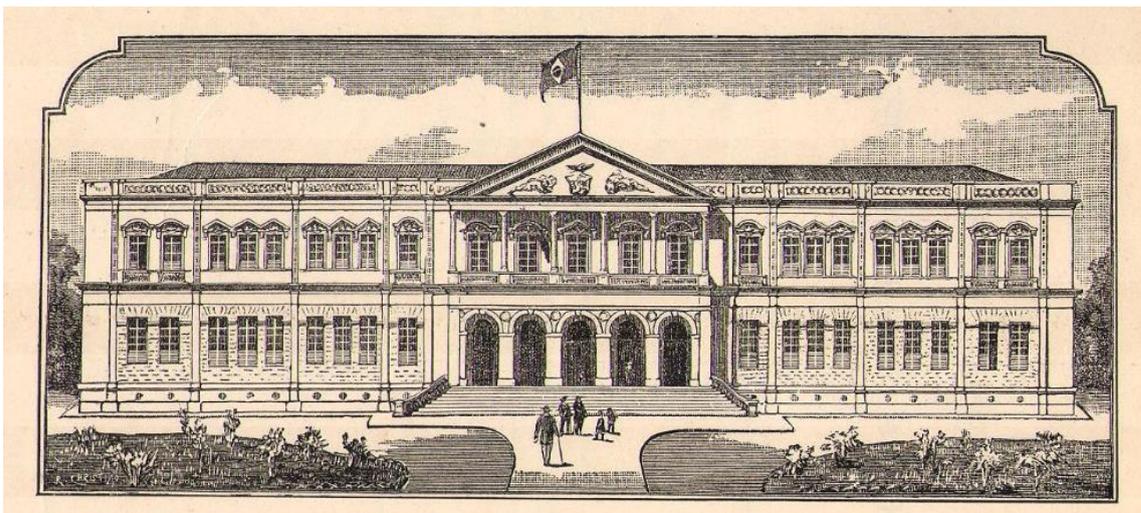




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA

ADRIAN SOUZA DOS SANTOS

**A ARQUITETURA ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM BELÉM-  
PA: Estudo sobre o projeto do instituto Lauro Sodré (1893 - 1904)**



BELÉM - PA  
2023

ADRIAN SOUZA DOS SANTOS

**A ARQUITETURA ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM BELÉM-  
PA: Estudo sobre o projeto do Instituto Lauro Sodré (1893 - 1904)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica associado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará para Defesa de Mestrado, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Linha de pesquisa: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno

BELÉM - PA  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S719a Souza dos Santos, Adrian.  
A ARQUITETURA ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA  
EM BELÉM-PA: : Estudo sobre o projeto do Instituto Lauro Sodré  
(1893 - 1904) / Adrian Souza dos Santos. — 2023.  
137 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Alberto de Figueiredo Damasceno  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo  
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de  
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém,  
2023.

1. história da educação. 2. arquitetura escolar. 3. primeira  
república. 4. ensino profissional. 5. ofícios. I. Título.

CDD 379.209

---

**A ARQUITETURA ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM BELÉM-  
PA: Estudo sobre o projeto do Instituto Lauro Sodré (1893 - 1904)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica associado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará para Defesa de Mestrado, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Aprovada em: 25/11/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alberto Damasceno (Orientador)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian da Silva Lobato (Avaliador Interno)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarice Nascimento de Melo (Suplente)  
Universidade Federal do Pará – PPEB/UFPA

---

Prof. Dr. Raul Ventura Neto (Avaliador Externo)  
Universidade Federal do Pará – PPGAU/UFPA

---

Prof. Dr. Marcus Levy Bencostta (Avaliador Externo)  
Universidade Federal do Paraná – PPGE/UFPR

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta pesquisa à minha mãe, meu maior tesouro, que sempre acreditou na minha capacidade e me ensinou tudo com sua trajetória de vida. Dona Leia, mulher de um coração que transborda humildade, generosidade e resiliência, dona da força que me move.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Universidade Federal do Pará e à cada estudante, funcionário e docente que, a partir de seus esforços, tornam esta instituição pública cada dia melhor, e que durante estes últimos anos lutaram contra os ataques à sua autonomia e pelo descongelamento de verbas para dar continuidade ao seu funcionamento pleno, além da inestimável colaboração durante a crise sanitária que se instalou no país em março de 2020.

À minha mãe que trabalha com todas as suas forças para criar seus filhos e netos, que nunca se rendeu ao cansaço, nunca desistiu de alcançar seus sonhos e nunca deixou de acreditar na minha capacidade.

Ao meu orientador, Alberto Damasceno, quem viu em mim um pesquisador na área da História da Educação, me motivou a ingressar no mestrado e nunca deixou de acreditar no meu êxito. Obrigado pela maravilhosa orientação e pelos sábios conselhos.

Ao professor Raul Ventura Neto que não mediu esforços em compartilhar seus conhecimentos e orientações quando necessitei. Seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado deste trabalho.

Ao professor Marcus Levy Bencostta pelas suas grandes recomendações e pelas suas produções na área de Arquitetura Escolar que balizaram o desenvolvimento deste estudo.

À professora Ney Cristina Oliveira que vê a minha formação com grande expectativa e sempre procura me motivar. Agradeço a oportunidade de estágio no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) o qual me permitiu vivenciar as pesquisas na área da educação e conhecer melhor meu orientador e o grupo de pesquisas Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM).

Ao LAPEM, grupo de grandes mentes com grandes corações que partilham solidariedade e conhecimento e contribuíram imensamente com o enriquecimento de conteúdo desta dissertação

Aos meus amigos que transformaram minha desafiadora jornada na universidade em uma aventura repleta de momentos felizes e superação.

## RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa na área da História da Educação e tem como objeto o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré, entendido como um produto da concepção educacional republicana para meninos pobres e órfãos no Pará. O recorte temporal situa-se entre os anos de 1893 e 1904, período entre o início da execução das obras da nova instalação e a publicação da Monografia do Instituto, documento que registra sua cerimônia de inauguração e funcionamento. O novo prédio instalado na Avenida Tito Franco, onde funciona atualmente o Tribunal de Justiça do Estado, reproduziu as aspirações dos republicanos para a instrução pública dos meninos pobres e órfãos de Belém. Para atingir nosso objetivo, utilizamos como fontes a Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904), o Decreto n. 986 de 26 de março de 1901, o Decreto n. 1092 de 04 de dezembro de 1901, o Código de Polícia de Belém instituído por Antônio Lemos (1900) e o Relatório “A instrução pública no Estado do Pará em 1900” elaborado por José Veríssimo, entre outros documentos para promover a análise sobre como a arquitetura escolar do Instituto materializou essas influências. Como base teórica usamos as produções de Foucault (2000), Rizzini (2004), França (2004), Costa (2021), Soares (2008), Sarges (1998), Bencostta (2005) e Bencostta (2011). Em termos dos procedimentos metodológicos, a pesquisa adotou uma abordagem histórico-documental, na qual utilizamos a técnica de análise de conteúdo segundo Maria Laura Franco (2018). Analisamos também as fontes iconográficas a partir de técnicas que cercam os elementos estudados, gerando questionamentos para estabelecer diálogos com as outras fontes documentais e compreender melhor o nosso objeto. Como manifestação da concepção educacional republicana para os meninos órfãos e pobres do Instituto, destacamos a presença de prescrições higiênicas, influências positivistas, técnicas de projeto para disciplinarização e uma abordagem estética predominantemente eclética.

**Palavras-chave:** Arquitetura escolar. Instituto Lauro Sodré. Primeira República.

## ABSTRACT

This dissertation presents the results of a research project in the field of the History of Education and focuses on the architectural project of the Lauro Sodré Institute, understood as a product of the republican educational concept for poor and orphaned boys in Pará. The time frame is between 1893 and 1904, the period between the start of work on the new facility and the publication of the Institute's Monograph, a document that records its inauguration and operating ceremony. The new building on the Belém-Bragança road, where the State Court of Justice is currently located, reproduced the republicans' aspirations for the public education of Belém's poor and orphaned children. In order to achieve our goal, we used as sources the Monograph of the Lauro Sodré Institute (1904), Decree 986 of March 26, 1901, Decree 1092 of December 4, 1901, the Belém Police Code instituted by Antônio Lemos (1900) and the Report "Public Education in the State of Pará in 1900" prepared by José Veríssimo, among other documents to promote analysis of how the Institute's school architecture materialized these influences. As a theoretical basis, we used the works of Foucault (2000), Rizzini (2004), França (2004), Costa (2021), Soares (2008), Sarges (1998), Bencostta (2005) and Bencostta (2011). In terms of methodological procedures, the research adopted a historical-documentary approach, in which we used the content analysis technique according to Maria Laura Franco (2018). We also analyzed the iconographic sources based on techniques that surround the elements studied, generating questions to establish dialogues with the other documentary sources and better understand our object. As a manifestation of the republican educational conception for orphaned and poor children at the Institute, we highlight the presence of hygienic prescriptions, positivist influences, design techniques for disciplinarization and a predominantly eclectic aesthetic approach.

**Keywords:** School architecture. Lauro Sodré Institute. First Republic.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Planta baixa e organização funcional do nível térreo da Escola Modelo da Luz (1. Sala de Aula; 2. Circulação; 3. Entrada Principal). .....	45
<b>Figura 2:</b> Escola Modelo da Luz, atual Grupo Escolar Prudente de Moraes. ....	46
<b>Figura 3</b> - Capa do Regulamento para a Construção e Mobiliário de Casas Escolares em 1880.....	48
<b>Figura 4:</b> Planta para salas de aula de 50 alunos tipo mesas-bancos de um lugar com iluminação. ....	50
<b>Figura 5</b> - Planta da Cidade de Belém por José Sidrim (1905). ....	61
<b>Figura 6</b> - Asilo da Mendicidade.....	64
<b>Figura 7</b> - Planta de Belém com a primeira légua demarcada (1905). ....	72
<b>Figura 8</b> - Fachada do Instituto Lauro Sodré.....	74
<b>Figura 9</b> - Planta baixa do pavimento térreo do instituto. ....	76
<b>Figura 10</b> - Sala do curso complementar.....	80
<b>Figura 11</b> - Sala de aula de desenho.....	80
<b>Figura 12</b> - Refeitório do Instituto. ....	82
<b>Figura 13</b> - Refeitório do Instituto. ....	83
<b>Figura 14</b> - Enfermaria. ....	85
<b>Figura 15</b> - Laboratório de química e física. ....	85
<b>Figura 16</b> - Modelo de carteira proposto pelo regulamento francês.....	86
<b>Figura 17</b> - Abóbada do salão da escada.....	88
<b>Figura 18</b> - Escadarias internas. ....	88
<b>Figura 19</b> - Planta baixa do pavimento superior do prédio principal do instituto. ....	89
<b>Figura 20:</b> Dormitório dos menores. ....	90
<b>Figura 21</b> - Espaço para recreio e aula de ginástica. ....	92
<b>Figura 22</b> - Pórtico descrito no regulamento francês para escolas profissionais.....	93
<b>Figura 23</b> - Modelo de privada.....	96
<b>Figura 24</b> - Fachada do Instituto. ....	97
<b>Figura 25</b> - Entrada principal. ....	98
<b>Figura 26</b> - Corrimão da escada da entrada principal.....	98
<b>Figura 27</b> - Abertura dos porões.....	99
<b>Figura 28</b> - Piso da entrada principal. ....	100
<b>Figura 29</b> - Frontão da fachada. ....	100
<b>Figura 30:</b> Capitéis das colunas.....	100
<b>Figura 31:</b> Lateral do Instituto.....	101
Figura 32: Detalhe do topo das janelas. ....	101
<b>Figura 33</b> - Fotografia do Instituto Lauro Sodré nos anos 70 do século XX. ....	103
<b>Figura 34:</b> Fachada das oficinas. ....	104
<b>Figura 35</b> - Oficina de tipógrafo.....	104
<b>Figura 36:</b> Oficina de marceneiro. ....	105
<b>Figura 37:</b> Oficina de encadernador.....	106
<b>Figura 38:</b> Oficina de alfaiate. ....	106
<b>Figura 39:</b> Oficina de funileiro. ....	107
<b>Figura 40</b> - Oficina de ferreiro e serralheiro. ....	107
<b>Figura 41:</b> Oficina de sapateiro. ....	108
<b>Figura 42:</b> Planta baixa das oficinas do instituto. ....	108
<b>Figura 43:</b> Planta do terreno.....	112
<b>Figura 44:</b> Avenida ao fundo do Edifício - Chalés de residência dos mestres. ....	113

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BPAV	Biblioteca Pública Arthur Vianna
CCPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DPHAC	Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará
IPEA	O Instituto Paraense de Educandos Artífices
LAPEM	Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação
PRP	Partido republicano Paraense
SIBI-UFPA	Sistema de Bibliotecas da UFPA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. DO “DUPLO EMPREGO” AO “ESTABELECIMENTO TODO ESPECIAL, DUPLAMENTE PRODUCTIVO”: A TRANSFORMAÇÃO DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES EM INSTITUTO LAURO SODRÉ</b> .....	<b>25</b>
<b>1.1 Instituto Paraense de Educandos Artífices: “o maior gráo de prosperidade”?</b> .....	<b>25</b>
<b>1.2 A Primeira República no Pará e a economia da borracha</b> .....	<b>31</b>
<b>1.3 A Instrução Pública no Pará Republicano e o Espaço Escolar</b> .....	<b>37</b>
<b>1.4 A Intendência de Lemos</b> .....	<b>52</b>
<b>1.5 O Instituto Lauro Sodré: “um estabelecimento todo especial, duplamente productivo”</b> .....	<b>64</b>
<b>2. A ARQUITETURA ESCOLAR DO INSTITUTO LAURO SODRÉ</b> .....	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>124</b>
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	<b>129</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação, inserida na temática da História da Educação, tem como título “A arquitetura escolar na Primeira República em Belém-PA: estudo sobre o projeto do Instituto Lauro Sodré (1893-1904)”. O objeto é o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré, que entendemos como um produto da concepção educacional republicana para meninos pobres e órfãos no Pará. O corte temporal situa-se entre os anos de 1893 e 1904, período entre o início da execução das obras da nova instalação e a publicação da Monografia do Instituto, principal fonte deste estudo. O novo prédio onde funcionou o Instituto Lauro Sodré, instalado na Avenida Tito Franco<sup>1</sup>, próximo à primeira légua patrimonial da cidade<sup>2</sup>, é ocupado atualmente pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Repensando a trajetória que me fez decidir pesquisar a arquitetura escolar na História da Educação, percebo que minhas inúmeras e tão diferentes intenções durante esta difícil escolha agora se encaixam em um tema de tamanha amplitude e interdisciplinaridade, pois antes de ingressar no vestibular pairava-me a difícil decisão de escolher o curso entre as áreas de História, Arqueologia, Arquitetura ou Engenharia Civil, havendo apenas um consenso nesta etapa acadêmica – o objetivo de me tornar um Professor e Pesquisador na área de construções antigas. No momento da escolha do Processo Seletivo, decidi cursar Engenharia Civil e, durante o curso, adquiri afinidade com diversas outras áreas, mas sem esquecer a vontade de pesquisar as edificações do passado. Também durante a graduação, tive a oportunidade de estagiar no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, no qual pude conhecer o Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM) e produzir trabalhos na área da Arquitetura Escolar, inserida na História da Educação, e isso me motivou a aprofundar os estudos sobre instituições escolares a partir de uma Dissertação de Mestrado.

Doravante o ingresso no Programa como mestrando, meu orientador e eu iniciamos o levantamento bibliográfico realizado no Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI-UFPA) e percebemos um grande acervo de produções sobre instituições escolares construídas durante o Segundo Reinado e a Primeira República em Belém, porém não havia registro de produção sobre o estudo voltado à Arquitetura destes prédios. Avançamos a busca por produções

---

<sup>1</sup> Atualmente chamada de Avenida Almirante Barroso, a avenida Tito Franco foi construída paralelamente aos trilhos da estrada de Ferro Belém-Bragança. Por contarem com o mesmo tracejado, os documentos descrevem o nome da avenida e da ferrovia para se referirem ao mesmo lugar.

<sup>2</sup> Porção de terra doada pela Coroa Portuguesa em 1627 à Câmara de Belém “como fundiário patrimônio da cidade a contar do marco de fundação da cidade” (Cardoso; Ventura Neto, 2013, p. 73). Na região da estrada de ferro Belém-Bragança que intercepta a légua, surgiu o bairro do Marco da Légua, atual Marco.

relacionadas ao tema no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usando como descritores “Arquitetura Escolar”, “Primeira República” e “Pará”, mas sem resultados obtidos. Repetimos o processo usando os descritores “Arquitetura Escolar”, “Primeira República” e “Belém” e não localizamos produções, sendo mais um motivo para investigarmos a arquitetura de prédios escolares na Primeira República em Belém.

A riqueza de fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado e na Biblioteca Pública Arthur Vianna direcionaram os estudos para os grupos escolares e os institutos criados para crianças desvalidas. No entanto, para analisar com maior acuidade e entendê-la como fruto da concepção de educação do pensamento político hegemônico da época que se materializou no espaço escolar, selecionamos uma instituição exemplar para o desenvolvimento do nosso objeto – o Instituto Lauro Sodré. A escolha desta instituição se deu em razão do seu destaque entre as edificações republicanas, por sua imponência e complexidade, e por contar com as melhores condições de preservação arquitetônica até os dias atuais.

Durante a Primeira República no Pará, a instrução pública vivenciou um momento de profundas mudanças em virtude do contexto político, econômico e social do estado. As transformações da implementação do novo regime são mescladas à efervescência econômica da era da borracha e ao crescimento acelerado de Belém. Nesse cenário, houve a valorização da instrução pública e a exaltação dos valores cívicos e morais nos conteúdos ensinados nas escolas objetivando a formação de um povo civilizado e de cidadãos úteis à pátria. A política educacional valorizou o currículo positivista e utilizou do higienismo para erradicar antigos vícios e disseminar novos hábitos na sociedade, além de prezar pela disciplinarização dos educandos. Imbuída de influências, a arquitetura dos prédios escolares representou a proposta pedagógica, higiênica e civilizadora dos republicanos, materializando o discurso “que instituiu um sistema de valores, como organização, ordem, disciplina e vigilância” (Cruz, Stamatto, 2018, p. 2). Além disso, a partir do embelezamento da cidade, os republicanos buscavam gerar no imaginário da sociedade a ideia de modernidade, de que a República estava trazendo ao povo o progresso, sendo o prédio escolar, localizado em regiões estratégicas, elemento de propaganda da atuação do novo regime e discurso de oposição ao Império, que possuía majoritariamente locais improvisados como espaços escolares.

Em torno da construção do Instituto Lauro Sodré, destacamos a política sanitária de Antônio Lemos na intendência de Belém e a atuação do Diretor da Instrução Pública no regime provisório, José Veríssimo, e dos governadores que compreendem o período de construção do novo prédio e objeto de nossa pesquisa. Outrossim, levamos em consideração também as

influências arquitetônicas vigentes na época que podem ter influenciado no projeto arquitetônico da instituição.

A história do Instituto Lauro Sodré remonta às últimas décadas do governo imperial, quando foi criado em 1870 o Instituto Paraense de Educandos Artífices, instituição destinada à instrução de meninos pobres e desvalidos. Após a instauração da Primeira República, a instituição permaneceu com o mesmo nome até a publicação do decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, alterando para Instituto Lauro Sodré<sup>3</sup>. Os educandos foram transferidos para o novo edifício no dia 09 de setembro de 1899 "com uma pequena parte quase concluída" (Pará, 1899, p. 15). A construção das oficinas foi a última etapa "começadas, em 20 de fevereiro de 1900 e ultimadas em fins de setembro" (Pará, 1904, p. 20). O instituto funcionou como escola estadual de ensino fundamental e médio até os anos finais do século XX, tornando-se patrimônio cultura do Estado pelo Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará (DPHAC) em 1982 devido a sua importância histórico-cultural. No entanto, o reconhecimento não veio acompanhado dos devidos investimentos para sua conservação, ocorrendo um desabamento de parte de sua estrutura que nunca havia recebido a devida revitalização, sendo desativada suas instalações para uso educacional desde as últimas décadas do século passado. Em 2006, o prédio foi completamente restaurado e passou a funcionar o Tribunal de Justiça do Pará, em funcionamento até os dias atuais.

O Instituto Lauro Sodré possui arquitetura singular e diferenciada dos demais prédios públicos e representa um período da história no qual o regime político se utilizou dos prédios escolares como propaganda de seus ideais. A partir da compreensão da concepção de educação na Primeira República e dos ideais que permeavam suas políticas públicas, desenvolvemos ao longo desta pesquisa um aprofundamento a partir do qual tentamos responder à seguinte interrogação: Qual a relação existente entre o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré e os ideais inerentes à concepção educacional republicana para meninos pobres e órfãos no Pará?

Como questões norteadoras capazes de contribuir na construção do objeto, buscamos compreender a caracterização do projeto arquitetônico da instituição e quais os elementos materializaram a concepção educacional para educandos pobres e órfãos. Para alcançar nosso intento, estipulamos como objetivo geral: analisar como os elementos arquitetônicos do Instituto Lauro Sodré estavam relacionados à concepção educacional de meninos órfãos e pobres. Como objetivos específicos, nos propomos desvendar as influências que o projeto arquitetônico absorveu, portanto buscamos: a) identificar as normas arquitetônicas para

---

<sup>3</sup> A instituição também era conhecida como Escola Profissional do Estado.

edifícios escolares alinhados aos preceitos republicanos que foram realizados antes da elaboração do projeto do instituto (1893); b) compreender a política educacional republicana voltada para meninos pobres e órfãos em Belém.

Com vistas a fundamentar o diálogo crítico com o *corpus* documental fizemos um novo levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES em etapas, uma vez que o tema é interdisciplinar e abrange as áreas da Educação, História e Arquitetura. Inicialmente buscamos compreender a Instrução Pública dos anos finais do Império e início da Primeira República e, para tanto, destacamos a tese de Irma Rizzini (2004) intitulada “A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial” que trata do envolvimento e dos percalços dos governos das províncias amazônicas junto à instrução da população, no período de 1850 a 1889, destacando as escolas primárias e internatos de ensino profissional dirigidas aos meninos; a tese de doutorado de Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (2004) intitulada “José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora” que aborda o pensamento educacional de José Veríssimo nas últimas décadas que antecederam a Proclamação da República e nas primeiras décadas desse regime político. Além disso, para compreender a instituição que antecedeu o nosso objeto – O Instituto Paraense de Educandos Artífices (IPEA) -, situada no período imperial, utilizamos a dissertação de Raíssa Cristina Ferreira Costa (2021) intitulada “‘Nós, os educandos artífices paraenses’: perfil e trajetória dos aprendizes do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872-1905)”, que estuda as condições de vida destes alunos durante e depois de sua passagem pelo internato profissional, abordando também as concepções que nortearam a criação do instituto.

Em seguida, nossa prospecção se direcionou à pesquisa sobre a intendência de Antônio Lemos, responsável pela renovação estética e higienista da cidade e pela instituição do Código de Polícia de 1900, onde se destacaram a tese de Maria de Nazaré dos Santos Sarges (1998) intitulada “Memórias do ‘velho’ intendente: Antônio Lemos (1869-1973)”, especificamente a subseção que trata da higienização e do ordenamento do espaço urbano sob o discurso civilizatório de Lemos; e a dissertação de Karol Gillet Soares (2008) intitulada “as formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910)”, que revelou a diversidade habitacional construída nas diferentes formas de morar em Belém nos fins do século XIX e início do século XX e, para isso, explorou a política praticada por Antônio Lemos.

Sobre a temática da arquitetura escolar da Primeira República e as influências sobre o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré, destacamos as produções acadêmicas de Marcus Levy Bencostta como a “Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de

implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928)”, publicada em 2005, a qual apresenta algumas reflexões a respeito dos projetos arquitetônicos de edifícios destinados aos grupos escolares construídos na capital do estado do Paraná; e “História e arquitetura escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910)”, publicada em 2011, que investiga como a realidade brasileira, em especial aquela do estado de Minas Gerais, manteve aproximações com as políticas de construções de prédios escolares da França. Outras pesquisas desse autor também contribuíram para nossa melhor compreensão sobre a relação entre aspectos do projeto educacional republicano reproduzidos na arquitetura escolar do período, como o livro intitulado “História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar” que sob sua organização reuniu produções de autores como Vinão (2005), Bencostta (2005) e Schimmelpfeng (2005).

A partir desta revisão, buscamos compreender as influências das transformações econômicas, culturais e sociais da Belle Époque, aliada à instauração da Primeira República e as concepções presentes na construção do Instituto Lauro Sodré. Além disso, procuramos desvelar a arquitetura escolar, reflexo da política educacional vigente, pois acreditamos que:

Historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Neste mesmo sentido, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores. (Buffa, Nosella, 1996, p. 19)

Para tanto, faremos nossa investigação a partir de fontes históricas voluntárias e involuntárias, levando em consideração que estas são repletas de intencionalidade pelos grupos que a originaram, assim como para Bloch: “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”. (Bloch, 2001, p.79.). Todos os tipos de fontes, como um livro didático, álbum de fotografias, um projeto arquitetônico, jornais e decretos podem permitir que o historiador compreenda como se estabeleceram as relações sociais entre os homens do passado e sua relação com o presente, pois para Saviani (2006):

A utilização das fontes histórica não trata de buscar as origens ou a verdade de tal fato, trata-se de entender estas enquanto registro testemunhos dos atos históricos. É a fonte do conhecimento histórico, é nela que se apoia o conhecimento que se produz a respeito da história. Elas indicam a base e o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se buscam compreender. (Saviani, 2006, p.30)

Quanto a intencionalidade, uma fonte histórica pode ser produzida voluntariamente ou involuntariamente, trazendo “implicações relacionadas à posição ideológica de seus autores (se os há, pois há fontes que não são autorais, obviamente), e também relativas a inúmeros outros aspectos” (Barros, 2012, p. 140). Para facilitar a compreensão da diferença de intencionalidade entre fontes, podemos partir da indagação sobre as condições de produção da fonte, embora

não recubra tudo o que se pode saber sobre as condições de produção de uma fonte (pois há outros aspectos envolvidos, e que se relacionam àquilo que Michel de Certeau chamou de “lugar de produção” para se referir a aspectos que vão desde a filiação institucional do autor às circunstâncias de produção do seu texto). Mas, de todo modo, a indagação sobre a voluntariedade, ou não, da fonte lança uma questão importante para a compreensão da mesma no que se refere às suas condições de produção. (Barros, 2012, p. 141).

As fontes oficiais produzidas pelo governo, como relatórios, álbuns, anuários e discursos, possuíam o objetivo de mostrar um regime próspero e representante da modernidade e civilidade, principalmente quando tratamos de álbuns e relatórios que divulgavam a cidade de Belém para o mundo. Segundo Sarges (1998), tais relatórios são “carregados de imagens coloridas e de vitalidade progressista, e marcaram efetivamente o governo de Antônio Lemos, no sentido de propaganda de suas obras administrativas”. Esta prática também foi replicada pela esfera estadual que produzia relatórios anuais e álbuns do estado repletos de imagens e discursos exaltando o Regime republicano e isso inclui a nossa principal fonte – A Monografia do Instituto Lauro Sodré.

A ideia principal era registrar o sinal da civilização nos trópicos, mas o que se produziu foi uma realidade descontextualizada e mimetizada, na medida em que se construiu a imagem de uma cidade europeizada, enfatizando-se as marcas dos prédios art nouveau e dos habitantes vestidos à moda parisiense, desprezando-se, por outro lado, todos os outros componentes —que poderiam caracterizar uma cidade amazônica (Sarges, 1998, p. 123).

Portanto, ao analisarmos os documentos escritos, levamos em consideração que estes são portadores de discursos e não devem ser vistos como reprodutores da realidade, logo, levamos em consideração o contexto no qual foram produzidos.

Tomamos a arquitetura e a mobília do instituto - elementos pertencentes à cultura material e fontes fundamentais para esta pesquisa- pois são vestígios da ação humana que podem contar sua história mesmo não sendo uma fonte escrita, uma vez que “tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a

presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (Febvre, 1985, p.249).

Para a análise, procedemos inicialmente com a leitura iconográfica da arquitetura do prédio e da mobília presente a partir de uma excursão de reconhecimento. Descobrimos que a mobília instalada nos compartimentos destinados ao Museu do Tribunal não pertencia ao Instituto Lauro Sodré e que o processo de revitalização foi realizado minuciosamente para preservar as características originais. Além disso, foi realizada a ampliação das instalações para funcionamento como gabinete dos desembargadores a partir de um estilo completamente diferente para não descaracterizar a arquitetura. Mediante este levantamento, registramos imagens para analisamos à luz das informações disponíveis sobre o período histórico e o local de produção da fonte, pois

Estudar um artefato de cultura material vai além de expor suas ocupações funcionais, ou seja, não é apenas a utilização prática do objeto que interessa ao historiador: os artefatos nos moldam, nos definem e, por vezes, nos constituem. Interessam-nos tanto as relações oriundas de sua produção e utilização como a, sua circulação e a atribuição de significado que é conferida a eles (Silva; Santos; Denipoti, 2011, p. 91).

Portanto, buscamos questionar sobre a forma, o material e sua utilidade e os demais elementos da cultura material para compreender a dinâmica na qual a fonte estava inserida. Por fim, buscamos estabelecer diálogos com as outras fontes documentais para melhor entendimento do nosso objeto.

Para a análise das fontes iconográficas, buscaremos entender o propósito e o sentido da imagem construída, “entendida como um produto e carregada de intencionalidade por parte do seu produtor, seja ele o pintor, o fotógrafo ou a pessoa que trata a imagem digitalmente”. Como todas as imagens que usamos como fontes são de documentos oficiais, sua intencionalidade tratou-se de exaltar os feitos do governo e mostrar que a finalidade para a qual o instituto foi criado estava sendo cumprida, mas que finalidade era essa? Para compreender a mensagem das fotografias, buscamos entender o porquê das pessoas, dos objetos e dos cenários estarem representados daquela forma.

O processo de coleta de fontes partiu do levantamento bibliográfico que revelou pesquisas relevantes e próximas ao nosso objeto, das quais pôde-se ter o primeiro contato com as obras “A Instrução Pública no estado do Pará em 1890” que consiste no relatório apresentado ao Governador Dr. Justo Leite Chermont por José Veríssimo, presente na Biblioteca Arthur Vianna; e o “Codigo de Policia Municipal”, instituído pela lei nº 276, de 3 de julho de 1900 na intendência de Antônio Lemos, com o intuito de modificar o comportamento

das pessoas e o espaço urbano de Belém. Além disso, a revisão possibilitou mostrar a existência das pastas sobre Instrução Pública e Justiça presentes no Arquivo Público, que reúnem documentos oficiais sobre o período estudado.

Tendo o conhecimento da existência do acervo de fontes no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e da Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV), realizamos uma pesquisa documental sob a hipótese de que a arquitetura escolar do Instituto materializou a concepção de educação republicana para meninos órfãos e pobres no Instituto. Na biblioteca, a pesquisa foi realizada no setor de Obras Raras, mediante relatórios, regimentos, decretos e álbuns referentes à construção e funcionamento do Instituto Lauro Sodré.

Também utilizamos como fontes primárias para compor os capítulos sobre a história do Instituto documentos produzidos pelo governo estadual como normas, relatórios, decretos e atos referentes à legislação educacional dos anos do corte temporal, encontrados no fundo de Educação e Cultura, chamado de Fundo da Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado Confederado do Pará. Entre eles, consta o relatório apresentado ao Governador Justo Chermont pelo diretor geral José Veríssimo; o Decreto n. 372 de 13 de julho de 1891, que reorganiza a Instrução Pública do Estado; e os relatórios dos diretores do Instituto Paraense de Educandos Artífices e do Instituto Lauro Sodré, assim como recortes de jornais e revistas sobre as instituições. Para compreender as concepções arquitetônicas dos prédios escolares na Primeira República, buscamos analisar prescrições arquitetônicas publicadas antes da concepção do projeto do Instituto, em 1893, e o regulamento francês *Règlement pour la construction et l'ameublement odes maisons d'école*, criado pelo Conselho Superior de Instrução Pública da França em 1880, que entendemos como influência para a concepção dos projetos arquitetônicos do nosso objeto.

Da mesma forma, usamos como material de estudo as fotografias produzidas a partir de visitas *in loco* ao prédio do Instituto para identificar as características arquitetônicas preservadas e para conhecer os projetos, relatórios de execução das obras, registros fotográficos e depoimentos relacionados à construção e reformas de restauro. Recorremos também aos jornais, que reportavam às condições das instalações do Instituto, revistas do período que faziam recomendações sobre a higiene e moral, além das mensagens enviadas pelos governadores ao Congresso do Estado do Pará, disponibilizadas nos *sites Center for Research Libraries*, e *Global Resources Network*, em formato de relatórios.

Em termos dos procedimentos metodológicos, esta é uma pesquisa histórico-documental, pois utilizamos como fonte o documento escrito e não escrito para elucidar determinadas questões, utilizando como conceito de documento “tudo o que é vestígio do

passado, tudo o que serve de testemunho” (Cellard, 2008, p. 296). Utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Maria Lauro Franco (2018) para tratamento das informações, partindo da pré-análise, quando se realizou uma leitura flutuante por diversos documentos referentes aos assuntos pertinentes ao objeto como a Instrução Pública do período, a Arquitetura utilizada nos prédios públicos na Primeira República, bem como os assuntos políticos, econômicos e sociais no qual o Instituto Lauro Sodré estava inserido. Esta fase:

é chamada de leitura flutuante, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função das hipóteses emergentes, da projeção das teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas com materiais análogos (Franco, 2018, p.55)

Seguindo o plano de pesquisa da análise de conteúdo de Franco (2018), integramos a teoria, a coleta, a análise e a interpretação de dados para finalmente escolher o “universo de documentos adequados para fornecer informações sobre o problema levantado” (Franco, 2018, p. 55). Nossa teoria estava baseada na arquitetura escolar, a qual foi balizada pela instrução pública na Primeira República e pela política higienista de Antônio Lemos, o que gerou inúmeros questionamentos: Qual o motivo de mudar o Instituto para um lugar tão distante? Por que foi construído com tanta imponência e monumentalidade? Qual a razão do novo prédio possuir aquele projeto arquitetônico e o que influenciou sua elaboração? Para nos ajudar a responder estes questionamentos, definimos os documentos pertinentes ao recorte temporal e ao objeto para serem aprofundados, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1: Fontes exploradas nesta Dissertação.

<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Monografia do Instituto Lauro Sodré	Janeiro de 1904	Descrição da visita oficial do governador Augusto Montenegro ao instituto; construção e descrição do Instituto e dependências; organização pedagógica e administrativa; programa dos cursos teóricos e profissionais; trabalhos feitos nas oficinas em 1903; o que se dizia sobre o instituto; fotografias e planta baixa das dependências.
Decreto n. 986	26 de março de 1901	Reorganiza o Instituto Lauro Sodré
Decreto n. 1092	04 de dezembro de 1901	Aprova o regulamento do Instituto Lauro Sodré
Lei nº 276	3 de julho de 1900	Código de polícia municipal de Belém
A instrução pública no Estado do Pará em 1900	1901	Relatório apresentado ao Governador Justo Leite Chermont, governador do estado do Pará em caráter provisório, pelo Diretor da instrução Pública José Veríssimo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Definimos como principal fonte a Monografia do Instituto Lauro Sodré, documento que elenca alguns eventos oficiais que ocorreram entre a visita oficial de 19 de agosto de 1903 e a abertura das aulas ocorrida no dia 15 de janeiro de 1904. A visita oficial descrita foi realizada a convite do Governador Augusto Montenegro e estavam presentes Antônio Lemos, Intendente de Belém, Secretários de Estado, membros do Congresso Legislativo, todos os Intendentes dos diversos municípios do Estado, a alta magistratura e os chefes de todas as repartições públicas. A abertura das aulas era organizada pelo sr. Ernesto Mattoso, diretor do Instituto, com a presença do representante do governador, Dr. Celso Vieira, onde realizou-se a diplomação dos alunos concluintes, discursos de alunos e autoridades e a abertura oficial do ano letivo. Outrossim, o documento reúne: descrição do evento de celebração nomeado “almoço dos 100 talheres”; detalhes sobre construção e descrição das dependências do instituto; informações pertinentes à organização pedagógica e administrativa e o currículo dos cursos teóricos e profissionais; receitas, despesas e trabalhos feitos nas oficinas em 1903; as impressões dos convidados sobre sua visita ao instituto; além de fontes iconográficas que retratavam as dependências da instituição e o projeto arquitetônico.

Destacamos também como fontes fundamentais para explorarmos nosso objeto o Decreto n. 986, de 26 de março de 1901, que reorganizou o Instituto Lauro Sodré, substituindo o decreto n. 726 de 12 de julho de 1899, que organizava o Instituto com modificações para melhor "economia para o Thesouro e vantagens para o ensino" (Pará, 1904, p. 21); e o Decreto n. 1092, de 04 de dezembro de 1901, que aprovou o regulamento do instituto. Também nos debruçamos sobre a Lei municipal n. 276, de 3 de julho de 1900, que instituiu o Código de Polícia Municipal pelo intendente Antônio Lemos, substituindo o antigo Código de Posturas de 1894. O Código de Polícia era dividido em oito títulos e 26 capítulos e estabelecia um conjunto de normas, infrações e punições direcionadas tanto à vida pública quanto à vida privada dos habitantes de Belém. Seus 156 artigos regiam sobre Higiene, moradia e garantia da população, respeito à moral e aos bons costumes, repartições públicas e privadas, tratamento de animais, alimentação, saneamento, serviços, construção. Por fim, destacamos o uso da obra “A instrução pública no Estado do Pará em 1900”, um relatório apresentado ao Governador Justo Leite Chermont pelo Diretor da instrução Pública José Veríssimo. Nele aprofundamos sua visita às instalações do Instituto Paraense de Educandos Artífices e suas recomendações para a criação de um edifício adequado.

Ainda dentro da pré-análise definimos os objetivos da pesquisa e levantamos a hipótese de que o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré serviu de instrumento para transmitir a instrução destinada a meninos órfãos e pobres a partir da concepção educacional republicana

caracterizada pelo higienismo e pela disciplina para a formação de operários “úteis” à concretização da República idealizada no Pará.

O Brasil no final do século XIX vivia um período de transição política e buscava na educação um meio para a formação de um novo homem. Portanto, o ensino nas escolas foi questionado quanto a sua qualidade pedagógica, formação cívica e liberdade. Ele passou a ser laico, adotou a moral cívica e tomou como referência outras experiências, principalmente a francesa, para renovar as bases da pedagogia na educação, de acordo com a proposta do projeto civilizador da República. Os acontecimentos políticos e sociais foram presentes e marcantes na educação do século XIX, fato que já vinha acontecendo nas épocas anteriores. Nesse cenário, entra em cena também a Revolução Industrial, trazendo mudanças na forma de organização da produção, nas relações sociais, políticas e culturais. Isso exigiu uma nova postura dos sujeitos perante o mundo e a necessidade de educar o povo para atender as emergentes demandas do mundo do trabalho, em decorrência da dinâmica do sistema capitalista e sua manutenção. O grande esforço do século XIX foi “por efetivar a educação do ponto de vista nacional” (Luzuriaga, 1985, p. 180).

A educação do ponto de vista nacional foi objeto de disputa extrema entre os partidos políticos, que viam através da educação e da pedagogia, principalmente nas escolas, setores-chaves do controle social. Portanto, um canal para fins políticos da própria gestão do poder social e político. Assim, a luta foi intensa entre os conservadores e progressistas, reacionários e liberais. De forma geral foi uma luta entre a Igreja e o Estado, e este último acabou por assumir em cada país a organização da educação pública nacional. Foi a partir do século XIX que surgiram os sistemas nacionais de educação e as grandes leis da instrução pública de todos os países europeus e americanos. A educação foi organizada em outros moldes: gratuita, universal, obrigatória, sendo na maior parte leiga ou extra-confessional.

No desenvolvimento do estudo sobre a relação entre a arquitetura escolar e o pensamento republicano, definimos como categorias o higienismo e as práticas disciplinadoras que refletem diretamente a concepção do projeto arquitetônico do nosso objeto. Estes serão apresentados conceitualmente de forma isolada e em conjunto nos capítulos a seguir, pois estarão constantemente presentes nas fontes analisadas.

Acerca do Higienismo, utilizamos o conceito de Penteadó, Chun e Silva (2005), que considera a corrente como uma preocupação “relacionada ao processo saúde-doença de coletividades, comporta concepções de sujeito, educação e de saúde que se desenvolvem vinculadas ao desenrolar das tensões existentes nas relações de poder entre as classes sociais” (Penteadó, Chun e Silva, 2005, p. 11). O higienismo ganha força na transição de uma sociedade

escravocrata para capitalista e o surgimento de uma nova elite, com novos interesses econômicos e produtivos e, portanto, anseios pela dominação da classe hegemônica. De acordo com Penteadó, Chun e Silva (2005), a partir do século XVII, o termo “limpo” adquire conotações morais, significando também distinção, elegância, ordem e disciplina, valores constantemente presentes nos discursos, regulamentos e normas durante a Primeira República, e que procuraram interferir em “diversos segmentos sociais ainda por muito tempo e relacionados à higiene, à alimentação, à abstinência, à ordem e às regras do bem viver e da vida comportada” (idem, p. 12), como poderemos ver no Código de Polícia de Belém. Esta normatização de hábitos, gestos, saberes e modos de viver é minuciosamente observada a partir de uma política social de coerções, descrita por Foucault como

o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’ (Foucault, 2000, p. 118).

Sob a ótica de Foucault, buscaremos compreender os mecanismos de disciplinarização nos dispositivos legais do instituto aliados à sua arquitetura, com destaque para a sua obra *Vigiar e Punir*. Seja como regime de ordem imposta ou consentida, como ordenamento conveniente ao bom funcionamento de uma organização, como uma relação de subordinação a alguém ou a um regulamento, a expressão cabe perfeitamente em um contexto no qual “a educação (considerando o aparato que a define: currículo, professores, prédios, legislação) se colocou como dispositivo de controle social; de uso político; de ascensão e prestígio social; e de legitimação política” (Miguel; Menezes; Santana, 2021, p. 7).

Para Foucault, a disciplina e a vigilância estão intrinsecamente ligadas para tornar ambas eficazes e o poder da vigilância produz o autocontrole dos gestos e atitudes, obtendo sucesso apenas causando a sensação de estar sendo vigiado sem necessariamente usar violência ou força. Para Candioto (2012), a sociedade disciplinar não é aquela com múltiplos visitantes espalhados por todos os cantos.

Pelo contrário, nas instituições de vigilância precisou-se cada vez menos

desses personagens. Ele se vale de espaços arquiteturais organizados de modo a incrementar e facilitar a sensação de vigilância múltipla, detalhada e minuciosa de cada indivíduo que compõe seus interiores (Candiotto, 2012, p. 20).

Principalmente em prédios construídos para funcionarem como internatos e praticarem a instrução de crianças pobres é observada uma arquitetura destinada para vigiar, para adestrar e para expurgar antigos hábitos.

Nosso plano de exposição compreende a introdução, na qual apresentamos os aspectos formais da produção acadêmica: tema, temática, objeto, recorte temporal, justificativa pessoal, relevância acadêmica, histórico, objetivos, problemática, exposição das fontes e o referencial teórico-metodológico. No primeiro capítulo, buscamos entender que concepção de instrução os republicanos almejavam transmitir para os meninos pobres e órfãos do instituto e as possíveis influências na arquitetura do Instituto. Para tanto, iniciamos explorando algumas pistas históricas que levaram a criação do Instituto Paraense de Educandos Artífices, bem como evidenciamos as dificuldades provindas da carência de espaço adequado que contribuiu para a construção de um novo prédio, objeto do nosso estudo.

Em seguida discutimos a atuação dos republicanos na instalação do novo regime, principalmente nos assuntos relacionados à instrução pública, e os regulamentos e normas arquitetônicas que consideramos como influências para o projeto arquitetônico do Instituto. Para finalizar a unidade, nos debruçamos sobre a política sanitária de Antônio Lemos e o código de polícia instituído para compreender os novos hábitos e comportamentos almejados pelo poder hegemônico, assim como o reordenamento urbano considerado higiênico e adequado.

Por fim, no segundo capítulo analisamos como a arquitetura do instituto materializou a concepção educacional almejada para meninos pobres e órfãos, identificando as prescrições higiênicas e os dispositivos disciplinares presentes implicitamente, bem como a estética dotada especialmente aos prédios destinados à instrução pública do novo regime. Além disso, relacionamos as semelhanças do Regulamento Francês de 1880 e as possíveis influências do Código de Polícia de Lemos na Instrução e arquitetura do Instituto Lauro Sodré.

## **1. DO “DUPLO EMPREGO” AO “ESTABELECIMENTO TODO ESPECIAL, DUPLAMENTE PRODUCTIVO”: A TRANSFORMAÇÃO DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES EM INSTITUTO LAURO SODRÉ**

José Veríssimo, diretor da instrução Pública no Governo Provisório (1889-1891), em seu relatório, sobre a organização do sistema de ensino público no Estado, afirma que “tal qual está, o Instituto Paraense de Educandos Artífices está fazendo, como dizem os francezes, duplo emprego, sem perfeitamente corresponder a nenhum d'elles. Nem é um estabelecimento industrial, nem uma escola” (Veríssimo, 1890, p. 152). O tom crítico usado por Veríssimo revela que, como estava instalado, o IPEA não estava cumprindo seu papel em instruir os meninos desvalidos e nem em produzir receitas para o Governo. Isso tem tanto mais importância porque eram grandes as expectativas dos jornais na época em que o Instituto foi criado, a ponto de ser caracterizado como “o maior grão de prosperidade” (Diário de Belém, 25/12/1873, p. 01). Entretanto, a realidade foi frustrante e tornou-se alvo de críticas pela imprensa durante todos os anos finais do Império, principalmente devido às instalações inadequadas em que o IPEA funcionava.

### **1.1 Instituto Paraense de Educandos Artífices: “o maior grão de prosperidade”?**

A criação da Instituição para instrução de meninos desvalidos<sup>4</sup> no Pará, ainda no Império, seguiu o movimento de várias outras instituições no restante do Brasil na segunda metade do século XX, quando houve a promulgação de leis abolicionistas com destaque a Lei do Ventre Livre (Lei no 3.279), instituída em 28 de setembro de 1871, e que concedeu liberdade<sup>5</sup> às crianças nascidas de mulheres escravizadas no Império do Brasil - a partir daquela data. Isso nos leva aos debates acerca trabalho livre iniciados desde o fim do tráfico de escravos abaixo da linha do equador. De acordo com Costa (2021), a perspectiva sobre a abolição da escravatura no Brasil “sinalizou para alguns membros da elite política a importância de se

---

<sup>4</sup> A partir do estabelecimento do Código Criminal de 1830, classificou-se os indivíduos menores de 14 anos que não estavam sob os cuidados de suas famílias nas seguintes categorias: órfãos, infratores, abandonados e desvalidos. Desvalido, conjugação do verbo desvaler, significava “faltar com a proteção”; “desprotegido, desamparado”, logo, desvalidamento correspondia a “falta ou perda de favor, de proteção, de valimento” (Aulete, 1881, p. 520). Há diferenças entre ser desvalido e abandonado, pois o desvalido poderia ter uma família ou responsável, mas não havia condições para o sustento do mesmo, enquanto o abandonado era desprovido de familiares e igualmente desamparado financeiramente.

<sup>5</sup> Para crianças de até 8 anos ficaria sob tutela do proprietário de sua mãe, não podendo exercer nenhum tipo de atividade pelo menos até os 8 anos de idade. Após esta idade, e se o dono da escravizada quisesse, ele poderia manter a criança junto com a mãe até os 21 anos e prestaria serviços para custear sua alimentação e abrigo. Caso contrário, ela seria entregue aos auspícios do Estado mediante uma indenização.

pensar um processo de adesão a um modelo de trabalho livre que não prejudicasse a elite econômica e não alterasse a ordem social” (Costa, 2021, p. 34).

Bezerra Neto (2009), utilizando dos dados de Tavares Bastos, realizou um levantamento sobre a população escravizada no Grão-Pará e demonstrou que - entre os anos de 1848 e 1852 - o número de escravizados se aproximava da média de 33 mil (em torno de 19% da população) e em 1862 já apresentava uma leve queda para 30 mil, representando 14,18% da população. Em 1872, ano de criação do Instituto Paraense de Educandos Artífices, existiam em torno de 27.237 escravizados, o que correspondia a quase 10% da população da província. A partir destes dados, é possível imaginar o número expressivo de crianças desvalidas oriundas de mães escravizadas, sem contar com os filhos de famílias pobres e livres que não tinham condições financeiras para criá-los.

Além disso, neste mesmo período há o início da intensificação da exploração da Borracha na Amazônia e, conseqüentemente, a chegada de imigrantes nordestinos à região de aproximadamente “350 mil pessoas entre os anos de 1850 e 1915” (Benchimol, 1977, p. 201). Embora fosse “vendido” um discurso de prosperidade econômica a partir da extração da borracha, França (2004) revela que sua cadeia de produção era profundamente marcada pela exploração do trabalho alheio.

Os nordestinos que chegaram à região amazônica já começavam a trabalhar endividados, pois eram obrigados, via de regra, a reembolsar os gastos provenientes da sua viagem, dos instrumentos de trabalho que lhe adiantavam; enfim, de todas as despesas relativas a sua instalação nessa longínqua região. Além do mais, os gêneros alimentícios fornecidos pelo patrão, com o qual já estavam endividados e para quem vendiam a sua produção, eram adquiridos por preços elevadíssimos. A exploração, o endividamento e o isolamento marcavam o dia a dia dos seringueiros. Submetidos ao isolamento, aos perigos da floresta, à insalubridade e a um regime de servidão, viam a cada dia diminuída sua vida de trabalho (França, 2004, p. 16-20).

A intensa atividade econômica e os fluxos migratórios na capital da província do Grão-Pará a tornaram a quarta mais populosa cidade do Império em 1872, superando inclusive São Paulo. Nessa mesma dinâmica, a demanda por produtos fabricados em oficinas de cunho industrial também aumentou, o que nos leva à importância da “criação de curso responsável por treinar um bom número de indivíduos, apoiado pelo crescente discurso liberal de difusão da educação e que já dava sinais do seu desagrado da Escravidão” (Sarges, 2000, apud Costa, 2021).

Assim, a formação técnica foi impulsionada em internatos infantis para garantir as emergentes demandas industriais e servir de “solução para que os menores não se envolvessem

em atividades ilegais, como se fosse uma Pedagogia do Trabalho” (Ujiie; Pietrobon, 2008, p. 338). O debate em defesa de uma instituição com tal finalidade chega à Assembleia Provincial em 1870 onde João Alfredo Corrêa de Oliveira<sup>6</sup>, ao deixar o cargo, registra para seu sucessor, Abel Graça<sup>7</sup>, o projeto do engenheiro Guilherme Francisco Cruz para apreciação juntos às justificativas da necessidade de assistência aos desvalidos, utilitarismo para o progresso da cidade, da moralização e seu de custo-benefício. Abel Graça acata as recomendações as e apresenta à assembleia provincial, embora sugerindo a redução do orçamento destinado à instrução pública.

Um forte argumento para a criação do IPEA também girava em torno da geração de receita através das obras produzidas pelos artífices, tomando como exemplo instituições com fins semelhantes, a exemplo da Casa dos Educandos do Maranhão e do Amazonas. A partir da Lei n. 660 de 31 de outubro de 1870, o instituto foi criado e funcionou em um prédio provisório nos seus anos iniciais na estrada de Nazareth<sup>8</sup> e posteriormente mudou-se para uma residência arrendada na mesma estrada, na região que funciona atualmente o Colégio Gentil Bittencourt. No primeiro artigo da referida lei encontramos como sua finalidade a de abrigar crianças pobres e a oferta de instrução primária e o ensino profissional, amparado pelo discurso que considerava nobre “a instrução das classes populares para o avanço da sociedade envernizados pelo brilho da civilidade” (Costa, 2021, p. 22), distante do caráter caritativo da Casa dos Educandos do Pará<sup>9</sup>, criada em 1840 e fechada em 1852 devido as suas dificuldades orçamentárias.

No dia 3 de junho de 1872 houve a cerimônia de inauguração do Instituto Paraense de Educandos Artífices no espaço<sup>10</sup> destinado ao seu funcionamento, onde foi ressaltado o propósito da instituição em “formar homens trabalhadores, cidadão instruídos” (Jornal do Pará, Belém, 04/06/1872, p. 1) inculcados de moral, higiene e disciplina. Sua importância nos jornais impressos possuía unanimidade em informar que “o Instituto não tem somente um fim muito nobre de dar educação a meninos pobres, elle tem sobre tudo um fim nobilíssimo de preparar

---

<sup>6</sup> Presidente da Província do Pará entre os dias 2 de dezembro de 1869 a 17 de abril de 1870.

<sup>7</sup> Vice-presidente da Província do Pará, de 17 de abril a 22 de setembro de 1870, Presidente da Província do Pará, de 23 de julho de 1871 a 18 de junho de 1872.

<sup>8</sup> Estrada que surgiu em 1774 com a construção de uma capela em devoção à N. Sra. de Nazaré, atual Basílica de Nazaré. Inicialmente, a região foi “ocupada pela população pobre, mais tarde foi invadida pela elite que fugia da confusão urbana” residindo em construções de caráter rural. Hoje é denominada Avenida Nazaré, via tombada por sua importância cultura, pois integra a manifestação religiosa do Estado do Pará: o Círio de Nazaré.

<sup>9</sup> A Casa dos Educandos do Pará foi a primeira a surgir no país, em 1840. Extinta em 1852, somente em 1872 o governo paraense voltou a investir no preparo de meninos desvalidos para o trabalho artesanal, instalando em Belém o Instituto Paraense de Educandos Artífices. A finalidade consistia em tornar paraenses natos, provenientes de famílias pobres ou desvalidas, úteis a si, à família e à pátria (Rizzini, 2004, p. 265).

<sup>10</sup> Neste mesmo local, após a mudança do IPEA para o novo prédio, foi construído o Instituto Gentil Bittencourt para acolher meninas órfãs e desvalidas do antigo Recolhimento das Educandas Órfãs.

artistas hábeis e morigerados” (A Constituição, 1876, p. 1) e o estimavam que se elevaria “ao maior gráo de prosperidade, (...), a par de outras vantagens do mais alto alcance a moralidade e indústria da nossa população” (A Constituição, 1876, p. 1).

O prédio adquirido por Abel Graça, em 1872, onde passou a funcionar o IPEA, era a antiga residência do comendador Pimenta Bueno (Grão-Pará, 1872, p. 2), localizada na antiga estrada de Nazareth, no terceiro distrito da capital, espaço até então pouco urbanizado, bucólico e com baixa circulação de pessoas e veículos. Por ser projetado para a finalidade residencial, o estabelecimento mostrou inúmeros problemas de insuficiência de espaço e infraestrutura durante toda a sua permanência, tornando a decisão do presidente da província alvo de duras críticas pela imprensa local.

O jornal Liberal do Pará, pouco após a aquisição do imóvel, estampa na primeira página sob o tom de denúncia do uso indevido do dinheiro público ao revelar a compra no valor de 60:000\$000 (sessenta contos de réis) em um período de déficit das finanças públicas. A despesa aumentaria, pois seria necessária contrair mais dívidas para realizar adaptações, já que “o predio comprado pelo sr. Abel é uma casa de luxo, e como esta não se presta para o estabelecimento q’ é destinada, visto q’ para dar-se lhe as devidas accomodações será necessário despender não poucas dezenas de contos de réis” (O Liberal do Pará, 1872, p. 1).

A necessidade de reformas do edifício se contrapunha com a alegação de falta de recursos do tesouro provincial, levando os alunos a residirem no Instituto mesmo sem este condizer plenamente com sua finalidade. Em 1873, a assembleia provincial discutia a falta de alojamento dos 30 alunos quando se almejava aumentar a oferta para 100, fazendo recuar a quantidade para 40 educandos (Jornal do Pará, 1873, p. 2), pois o presidente da província julgava que o instituto oferecia a capacidade necessária para tal. Este também solicitou a elaboração de um projeto com orçamento para as obras necessárias para expandir a oferta de vagas. Neste relatório não há precisão de medidas dos compartimentos internos, mas há a revelação que a localização da enfermaria preocupava a administração por sua proximidade com os alunos sadios, solicitando uma “casa em separado com as accomodações precisas para a enfermaria” (Grão-Pará, 1874). O estado caótico da ala médica se estende pelo menos até 1879, quando o diretor alega “se 12 alunos caíssem doentes no mesmo período seria preciso deixar alguns nos dormitórios junto com os outros educandos saudáveis”, algo impensável para as prescrições higienistas da época.

Além disso, o documento de 1873 menciona a presença de duas alas para refeitório, alojamento e o setor administrativo que funcionava no corpo central do prédio, próximo às salas de aula e tudo necessitando de reparos. Para as oficinas era solicitada a construção de paredes

de alvenarias e telheiros, pois provavelmente os ofícios eram feitos na parte externa do prédio e ao relento. Embora não se tenha confirmação da execução da reforma, o regulamento de novembro de 1873 cria os cursos de latoeiro, de fundidor, de sapateiro e de cordoeiro, mas sem ofertar matrícula por falta de espaços para acomodá-las, com exceção do ofício de sapateiro.

Em 1874, com a aprovação do aumento do número de internos, as acomodações ficavam aglomeradas e impedidas de serem fechadas à noite, o que trouxe preocupação com a disciplina e a ordem dos educados, pois este já estavam na faixa etária de 7 a 16 anos e podiam fugir. Ainda sobre a falta de elementos disciplinadores, não havia um local para funcionar como reclusão dos alunos desobedientes, embora o regulamento o determine como forma de punição. Quanto a guarda e conservação dos materiais dos alunos e da instituição, havia a carência de armários e de um almoxarifado apropriado para guardar os materiais de consumo e os produtos confeccionados nas oficinas.

No ano seguinte, o diretor do instituto dirigiu-se ao presidente da província reclamando da carência de espaço para a cozinha, despensa, enfermaria, oficinas e rouparias e necessidade de reparos no telhado. As reclamações se repetem por toda a década, havendo a elaboração de visitas, orçamentos e novos projetos, mas que não eram aprovados sob a justificativa de necessidade de cortes. A situação ficou insustentável ao ponto de ser aprovado na assembleia de forma unânime o projeto acerca da investigação sobre o IPEA de modo a responder:

Qual a receita do Instituto de Educandos no anno findo e de que proveio ella; Quaes os materiais que existem em deposito, o preço porque foram comprados, e quaes as obras fornecidas pelo mesmo estabelecimento à repartições publicas e o preço de cada peça. Qual o destino dado ao pecúlio dos educandos e ao produto da banda de muzica (...) (A Constituição, 1876, p. 2).

A apuração das investigações em torno do registro orçamentário e administrativos constaram “o desvio de materiais pelo almoxarifado” (O liberal do Pará, Belém, 21/02/1877, p.01), a partir de rasuras feitas nos documentos de registro, o que causou um grande escândalo em todos os jornais, mas que também demonstrou a falta de infraestrutura para supervisionar os alunos e funcionários.

Os anos seguintes às descobertas das fraudes permaneceram com as mesmas deficiências do espaço para abrigar os alunos e realizar os ofícios. A questão da higiene era constantemente levantada pelo Diretor ao solicitar melhorias para o presidente, a exemplo do

pedido de sentinas<sup>11</sup> e construção de latrinas, pois as anteriores feitas de madeira estavam inapropriadas conforme o médico do instituto. Para os banhos coletivos, o Diretor solicitou a construção de uma banheira de madeira e de um banheiro amplo, separando os menores e médios dos maiores, cuja divisão seria necessária para preservar a moral. Para o abastecimento de água, os educandos eram encarregados de carregar baldes advindos dos poços, pois não havia bombas para captação ou acesso ao sistema da companhia de águas do Pará - fundada na década de 1880.

Não era diferente da precariedade a situação da iluminação do IPEA, pois em 1879 o diretor fez alguns pedidos para a presidência autorizar reparos no encanamento de gás da casa, os quais serviam a iluminação, ficando quase o ano inteiro sem reparos efetivos, sendo somente em novembro, sete meses depois do primeiro pedido, autorizado que o diretor entre em acordo com a companhia de fornecimento de gás. Quanto a iluminação a gás feita por candieiros, o diretor descreveu em 1879 como “a pior possível, porque há dias (sobre tudo os de chuva) em que os candieiros não se acendem (Grão-Pará, 1878)” e os custos eram altos, pois as tubulações estavam repletas de “orifícios praticados em diversos lugares dos tubos, e sobretudo nos lugares de soldura, porque nunca foram concertados nem mudados” (Grão-Pará, 1878). Neste mesmo tom crítico no relatório, o Diretor reclama dos seus aposentos, os quais “se compõe de 3 quartos simples, dos quaes 2 pequenos; não tem cosinha, nem mesmo lugar para despejos” (Grão-Pará, 1878).

Sobre o espaço externo do instituto, local onde se realizavam a recreação e realização de atividades físicas, limitados aos exercícios militares, havia carência de equipamentos adequados e uma divisão física para separar os educandos menores e médios dos maiores. O muro que cercava a instituição não cumpria o propósito de separar os internos do ambiente urbano, pois possuía alturas baixas “facilmente galdadas” e em mal estado, necessitando de reparos (Jornal do Pará, 1878, p. 2).

A falta de investimentos na instrução pública e a negação de pedidos de reparos do IPEA tornou-se assunto de artigo crítico do jornal O Liberal do Pará em 1882:

Se considerarmos o que foi feito para o Instituto de educandos artífices, vemos que não foi votado um seitel para melhoramento do edificio, que carece de oficinas largas e arejadas, de comodo para os educandos e de aumento dos dormitorios para outros, que esperam vagas sem poderem ser admittidos pelo estabelecimento (O Liberal do Pará, 1882, p. 1).

---

<sup>11</sup> Aparelho destinado para as necessidades fisiológicas, pouco confortável, porém de fácil higienização e não permitia ao usuário a permanência por tempo prolongado. O único contato do corpo do usuário com o aparelho dá-se pelos pés, por via de dois ressaltos para este fim.

Segundo Costa (2021), os pedidos de reparos só foram atendidos na década de 80 e executados em fases: “primeiro a enfermaria, depois as oficinas e por último o prédio principal”. No entanto, o edifício já apresentava problemas estruturais que careciam de reforço na fundação e nas vigas de sustentação do prédio principal.

Ao longo de todo o período imperial, o Instituto sofria carência de investimentos e funcionava em instalações precárias e improvisadas e isso foi amplamente explorado pelo Diretor da Instrução Pública José Veríssimo que visitou a instituição nos anos iniciais do Novo Regime, o qual chamou a instituição de um amontoado de oficinas que visava apenas o lucro.

## **1.2 A Primeira República no Pará e a economia da borracha**

As décadas finais do século XIX foram marcadas por uma série de eventos que transformaram a sociedade brasileira, principalmente os relacionados com a tentativa de inserir a nação ao crescente processo de modernização capitalista exigido. Nesse Período,

o Brasil deixou de ser regido por uma Monarquia e passou a se organizar como República, alterando — embora não radicalmente — algumas formas de gerir a coisa pública. Nesse período, o país passou a experimentar gradualmente mudanças modernizantes em seu cotidiano, dentre as quais podem ser destacadas a preocupação com a saúde e a higiene públicas, a incorporação de avanços científicos e tecnológicos importantes, e a implementação de um novo modelo de instrução pública. As novas exigências de ordem política, econômica e cultural estavam a demandar recursos humanos capazes de fazer frente aos desafios de um país que almejava o ingresso imediato no mundo desenvolvido, de modo que a educação se constituía no instrumento mais eficaz para a adaptação da recém-criada República às premissas da ordem e do progresso (Damasceno, 2021, p. 3).

Na Amazônia, a transição política ocorreu durante a primeira fase do ciclo da borracha que aconteceu entre os anos de 1879 e 1912 cujas principais razões principais foram a Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico na Europa e nos Estados Unidos que tornaram o látex essencial para a ascendente indústria automobilística e, portanto, um produto valorizado e rentável.

O capital em torno da economia da borracha trouxe inúmeras riquezas às regiões envolvidas na exploração gomífera, embora concentradas nas mãos de poucas pessoas, e que proporcionou o reflexo da Belle Époque<sup>12</sup> em Belém - período conhecido pelo processo de

---

<sup>12</sup> A Belle Époque foi um período de efervescência cultural europeia, iniciado em 1871, momento em que França e Alemanha assinaram o Tratado de Frankfurt, permitindo um período de paz e desenvolvimento entre as potências

reurbanização da cidade aos moldes de Paris, capital da França e referência de urbe no final do século XIX e início do século XX.

A Belle Époque praticamente coincide com a instauração da Terceira República Francesa em 1870. É importante mencionarmos este período, pois veremos inúmeras semelhanças entre as ações produzidas na Europa e, especialmente em Paris, com as praticadas em Belém. Neste Regime, o campo das artes floresceu e muitas obras-primas da literatura, música, teatro e artes visuais ganharam reconhecimento, além do surgimento de novas formas de expressão como o Impressionismo<sup>13</sup> e o Art Nouveau<sup>14</sup>.

Outra característica da Terceira República Francesa foi a continuidade dos investimentos na capital, iniciados por Georges-Eugène Haussmann para transformá-la em uma metrópole moderna. Durante o Segundo Império (1852 -1870), Haussmann como prefeito de Sena implementou um vasto programa de obras públicas de modernização em Paris no sentido de promover melhorias nas manobras militares, assim como na circulação e na higienização. Neste intento, o prefeito ordenou a demolição de inúmeras vias pequenas e estreitas residuais da era medieval, para dar lugar a imensos *boulevards*, jardins e parques. Por meio do comando de Haussmann, a elite criou “um tipo de cidade, um espaço configurado segundo a lógica da burguesia, que então se tornara a classe dominante; elas impuseram um modelo espacial específico que perdurou após Haussmann e condicionou o urbanismo no início da Terceira República” (Panerai, 2009, p. 6). Após o fim da guerra Franco-Prussiana e o Fim da Comuna de Paris, a Nova República buscou prosseguir a urbanização da cidade, dando continuidade à criação de vias largas em substituição às antigas vielas e ruas estreitas que “aos olhos do governo, a antiga estrutura urbanística favorecia revoltas populares e a construção de barricadas, que não eram incomuns (Lima, 2008, p. 3)”, portanto, a medida facilitaria o estabelecimento da ordem. Além disso, neste período a cidade recebeu saneamento básico,

---

européias (MÉRCHER, 2012: 01) e termina com o início da Primeira Grande Guerra em 1914. Este período foi marcado por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano e deram um novo rosto para as grandes cidades, especialmente Paris tomada como modelo. O período, inserido na segunda fase da revolução industrial, teve a presença de novos meios de transporte, novas invenções e, conseqüentemente, novos modos de vida, já que tais inovações foram aos poucos sendo implantadas no cotidiano das cidades mais desenvolvidas, como a eletricidade, o desenvolvimento das comunicações e dos transportes.

<sup>13</sup> Movimento estético surgido na França por volta de 1874 associado principalmente à pintura, mas exerceu influência na literatura simbolista e na música do compositor francês Claude Debussy. As pinturas impressionistas retratam paisagens, com contornos imprecisos e pinceladas rápidas.

<sup>14</sup> O *Art Nouveau* foi mais popular na Europa, mas a sua influência foi global e esteve fortemente presente durante a Belle Époque. O estilo influenciou todas as formas de expressão de arte e é inspirado principalmente por formas e estruturas naturais, não somente de flores e plantas, mas também de linhas curvas. Na arquitetura, o Art Nouveau fez uso de muitas das inovações tecnológicas do fim do século XIX, especialmente o uso de ferro exposto e grandes pedaços irregulares de vidro para a arquitetura. Em Belém o estilo foi amplamente difundido nas obras de embelezamento da cidade durante o período áureo da borracha.

energia elétrica, sistema de telegrama e embelezamento urbanístico.

Lima (2018) descreve que a remodelação da cidade também atendia interesses capitalistas, pois eliminava as atividades econômicas artesanais para dar espaço para estabelecimentos comerciais conhecidos como “os grands magasins”. Outrossim, a abertura dos boulevards só foi possível por meio da demolição dos casarões antigos que abrigavam as classes mais pobres e as obrigaram a se mudar para as áreas periféricas.

A Instrução Pública, liderada pelo ministro Jules Ferry, “que naquele momento adquiriu características de uma quase religião cívica, cujo papel era dotar a sociedade de coesão através da educação do povo e da criação do novo regime” foi reformada, estabelecendo-se as bases educacionais que ficaram vigentes por mais de um século, dentre as quais destaca-se a laicidade da escola pública, a criação de estabelecimentos de ensino secundário para moças (liceus e colégios) e a reorganização do ensino primário, tornando-o gratuito, laico e, principalmente, obrigatório para ambos os sexos, dos seis aos treze anos de idade. Segundo Carvalho (1990, p. 20), a reforma da instrução pública na Terceira República Francesa teria sido um dos modelos de inspiração para políticos da República brasileira que defendia o desenvolvimento da Instrução como determinante para o aprimoramento da civilização e se assemelha a praticada por José Veríssimo quando Diretor da Instrução Pública no Pará em 1890.

Além das inúmeras leis que implicaram na grande reforma da Instrução Pública, Jules Ferry modificou profundamente o espaço físico escolar, o qual convocou “arquitetos a comungarem crenças cívicas e progressos técnicos em prol da consolidação dos valores do regime republicano” (Bencostta; Braga, 2011) e, a partir desse grande movimento de transformações, ocorreu a publicação do Regulamento para a Construção e Mobiliário de Casas Escolares, de 1880, documento que será amplamente utilizado nas análises da arquitetura do Instituto Lauro Sodré.

Como podemos ver, a Terceira República Francesa e a corrente artística da Belle Époque foram marcadas por transformações na paisagem urbana, no modo de viver, na cultura, na arquitetura, na instrução pública, entre outras vertentes, muito similar ao que iremos explorar em Belém a partir da instalação da Primeira República e com circulação de riquezas do período áureo da borracha.

Durante o processo de instalação da Primeira República no Pará, destacamos as personalidades conhecidas como “republicanos históricos”<sup>15</sup> que se notabilizaram como

---

<sup>15</sup> Integrantes do Partido republicano Paraense (PRP) que, agremiados no “Club Republicano do Pará” (criado em 1886) fundaram o jornal “A República” em 1887 onde defendiam e divulgavam as ideias republicanas. Os

governadores do estado com discursos sobre políticas públicas de valorização da instrução pública durante a Primeira República, principalmente Justo Chermont<sup>16</sup>, Lauro Sodré<sup>17</sup> e Paes de Carvalho<sup>18</sup> e Augusto Montenegro “além de escritores de livros didáticos e literatos do período, como Paulino de Brito, Antonio Marques de Carvalho, João Marques de Carvalho, Heliodoro Brito, Higyno Amanajás, Octávio Pires, entre outros” (Farias, 2008, p. 18-19). Destacamos também José Veríssimo, diretor da Instrução Pública do Governo Provisório Republicano entre os anos de 1889 e 1891, e Antônio Lemos, intendente de Belém entre 1897 e 1911.

Compondo uma elite política e intelectual paraense, estes personagens buscaram a afirmação da República perante a sociedade, por meio de políticas de valorização da instrução pública e de exaltação dos valores cívicos e morais nos conteúdos ensinados nas escolas, objetivando a formação de um povo civilizado e cidadãos úteis à pátria, discurso que foi evidenciado tanto nas Mensagens de Governo de Paes de Carvalho e Augusto Montenegro<sup>19</sup> (Costa; Menezes Neto, 2016) quanto nos relatórios da Diretoria Geral de Instrução Pública do Pará.

Neste contexto, a instrução pública teria um papel fundamental para disseminação do modo de vida “civilizado” e formação técnica. No entanto, segundo o vice-presidente da província Roso Danin (1889), a instrução pública estava “n’um verdadeiro cahos. Reformas sucessivas sem critério e estudo plantaram a desordem” (Veríssimo, 1891, p. 8) no final do Império. Após a Proclamação da República, a administração do ensino público e a instrução primária, normal e técnica foram reformuladas para se adequarem ao propósito de civilizar a população nos moldes europeus e para a formação do cidadão republicano, consolidando o regime político e a nacionalidade. Tal estratégia já havia sido implementada em países como a França, a Inglaterra e a Alemanha, que realizaram grandes reformas educacionais no ensino primário com a finalidade de formar uma população minimamente instruída e reprodutora dos

---

integrantes do PRP assumiriam o poder no Estado do Pará a partir do sucesso do golpe de 15 de novembro de 1889. (Farias, 2008, pp.11-25)

<sup>16</sup> Governador provisório (1889-1891), que teve como Diretor Geral da Instrução Pública José Veríssimo, a quem deve ser creditado o plano de reorganização da instrução Pública.

<sup>17</sup> Segundo William Gaia Farias, para Lauro Sodré, a Instrução Pública era como “talvez o maior benefício a serviço da liberdade, que deveria começar pela liberdade de consciência” (Farias, 2008, p. 60).

<sup>18</sup> Durante o governo de Paes e Carvalho houve a criação e reorganização de várias instituições de pesquisa e ensino, destacando-se o Lyceu Paraense, a Escola Normal, o Museu Paraense, o Instituto Paraense de Artífices, a Sociedade Propagadora do Ensino, o Orphelinato Paraense, entre outras. Destaca-se também a reforma implementada em seu governo que criou alguns “grupos escolares”, no intuito de garantir condições adequadas ao ensino e respeitando as orientações higienistas vigentes. (Pará, 1900, pp. 60-63).

<sup>19</sup> No governo Augusto Montenegro, afirmaram-se algumas políticas e investiu-se em Instituições, implantadas por seus antecessores.

ideais nacionalistas de seu respectivo país. A instrução pública seria a responsável por imbuir os novos cidadãos de valores cívicos e morais, hábitos higiênicos e civilizados, ordem e disciplina. O Discurso do Novo Regime buscava sempre relacionar o período Imperial ao atraso e colocar a República, com sua concepção civilizatória, como a redenção da nação para se equiparar aos países desenvolvidos, no entanto, não cabe dizer que os republicanos pensavam o novo regime da mesma forma. As políticas educacionais propostas pelo novo regime foram regidas, principalmente, por premissas do Positivismo e do Higienismo, prezavam tanto pela modificação da organização escolar quanto pela modernização do espaço físico escolar, a ponto de os prédios destinados à instrução pública absorverem os preceitos republicanos tanto no dimensionamento espacial quanto na estética, reforçando o compromisso com os seus ideais durante seu funcionamento.

O positivismo, um dos pilares do pensamento político da época e absorvido pelos símbolos da nação brasileira, como o lema “Ordem e Progresso” estampado na bandeira, perpassou a política educacional priorizando um currículo<sup>20</sup> voltado para a formação técnica e científica, em oposição a formação humanista da religião católica, presente durante o Império. “Os positivistas se empenharam em combater a escola humanista, religiosa, para favorecer a ascensão das ciências exatas” (Iskandar; Leal, 2002, p. 3). A exaltação da ciência e da razão sobre o passado religioso, bem como a ordem<sup>21</sup> disciplinadora e civilizadora para atingir o progresso, compuseram os traços do projeto arquitetônico dos espaços escolares construídos na Primeira República.

A ciência foi exaltada como a “única forma de progresso para uma nação que se estabelecia, dando, assim, visibilidade para as produções dos ‘homens das ciências’, que eram os médicos e os sanitaristas” (Santos, 2021, p 12), nos levando ao outro sustentáculo do pensamento republicano na instrução pública - o higienismo. O movimento higienista nasceu na primeira metade do século XIX relacionado à atenção dos governantes à saúde e à moral<sup>22</sup> dos habitantes das cidades, já que de acordo com a teoria miasmática<sup>23</sup> amplamente aceita na

---

<sup>20</sup> No currículo deveriam constar as disciplinas de Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, a nascente Sociologia e a Moral (baseada nos princípios positivistas). Defendia uma reforma geral do ensino que pudesse alicerçar a sociedade sobre novas bases (Medeiros, 2020) “Reformar, no campo educacional, denotava planejar uma nova ordem, uma completa reorganização do saber, em busca de um novo consenso, para recolocar a sociedade sobre novas bases científicas e filosóficas” (Silva, s/d, p. 16).

<sup>21</sup> O positivismo tem a ordem como essência para organizar a sociedade e atingir o progresso, pois este exige ordem, sob a pena de cair na anarquia. E a ordem leva naturalmente ao progresso (Seyssel, 2012, p.52).

<sup>22</sup> Segundo Castanha (s/d, p.21), ser moral ao fim do Oitocentos “era ser ordeiro, respeitar a hierarquia, aceitar a autoridade, saber qual era seu espaço na sociedade.

<sup>23</sup> A teoria dos Miasmas foi formulada por Thomas Sydenham e Giovanni Maria Lancisi durante o século XVII para explicar o processo saúde-doença, que dizia que as doenças eram transmitidas pelo ar, águas e outros locais insalubres.

época, existia uma “necessidade da circulação, arejamento e desodorização do ambiente” (Bertucci-Martins, 2005), pois “no período acreditava-se que o contágio de moléstias se dava por comunicação entre moléculas de um indivíduo com outro pelo contato ou pelo ar, e a infecção se dava por meio dos miasmas do ambiente” (Beltrão, 2004, p. 98, apud Costa, 2021, p. 79). Tal preocupação passou a ser amplamente difundida por

intelectuais, médicos e professores na perspectiva de participar na criação de um país novo [...] isso se dava porque o país, na transição do modo de produção escravista para o mundo capitalista, precisava deixar os modos e usos que caracterizavam a sociedade brasileira como rural e escravista. Eram necessários novos hábitos e usos – assim, as pessoas deveriam saber se portar à mesa, comer com etiqueta adequada nos restaurantes e em casa, tratar as pessoas com os pronomes adequados à vida em sociedade (Roquette, 1997, p. 173).

Esta preocupação se refletiu diretamente na projeção do espaço escolar, priorizando o mobiliário adequado ergonomicamente, conforto ambiental e aspectos relativos à higiene dos seus alunos e professores, tendo como principais objetivos:

Erradicar vícios, inculcar hábitos saudáveis, disseminar medidas higiênicas e orientar a população sobre a prevenção de moléstias. Por isso, uma das preocupações concernentes aos grupos escolares ligava-se ao planejamento do prédio escolar, com atenção a aspectos de higiene, como ventilação e iluminação, além da preocupação com os próprios corpos dos alunos, desde a sua postura física até os usos feitos de diferentes objetos individuais e escolares” (Azevedo; Amorim; Santos, 2017, p. 134).

Ademais, a concepção do projeto dos prédios destinados à instrução pública era influenciada por princípios de ensino/aprendizagem que controlavam o tempo do professor e o rendimento dos alunos, valorizando e favorecendo os elementos construtivos que facilitavam a vigilância, a ordem e a disciplina.

Outra dimensão importante na concepção destes edifícios era sua proposta estética, que passou a simbolizar o projeto político de modernização do país com técnicas avançadas e embelezadas pela arquitetura diferenciada e imponente do Ecletismo, um estilo arquitetônico predominante no final do século XIX e início do século XX que passou a ser considerado como padrão arquitetônico preferencial da República. Entretanto, pelo fato de se caracterizar pela mistura, por muito tempo não foi considerado propriamente um estilo, pois era diversificado e heterogêneo, integrando inúmeras manifestações e tendências e oriundo da proposição de uma

arquitetura historicista<sup>24</sup> onde se podiam mesclar diversas tendências, inclusive aquelas que estavam em crise como o Neoclássico<sup>25</sup>, o Neogótico<sup>26</sup>, o Neocolonial<sup>27</sup>, entre outras.

### 1.3 A Instrução Pública no Pará Republicano e o Espaço Escolar

No Pará, as primeiras grandes iniciativas republicanas, no governo provisório (1889-1891), foram lideradas pelo governador Justo Chermont que teve José Veríssimo como Diretor Geral da Instrução Pública, responsável pela reforma do ensino primário de 1890 a partir do Decreto n. 149, de 7 de maio de 1890, - Regulamento Geral da Instrução Publica e Ensino Especial do Estado do Pará - elaborado após a formulação do relatório apresentado Governador Justo Chermont sobre a Instrução Pública no Pará em 1890.

O relatório de Veríssimo fez duras críticas à política educacional do Império, relacionando “a total indiferença do poder público para com a instrução escolar nessa região como o principal responsável pela sua decadência” (França, 2004, p. 121). A organização do Ensino Primário se resumia a “uma dispendiosa utilidade, apenas prestadia a fins que nenhum modo concorria à instrução pública” (Veríssimo, 1891, p. 69). Sobre os estabelecimentos que realizavam o “ensino profisional e technico. Ao menos tal é o fim de sua instituição” (Veríssimo, 1891, p. 152), o Diretor percebeu que “a realidade, porém, é outra” (Veríssimo, 1891, p. 152), o que seria o início de inúmeras críticas quanto a organização e o espaço escolar do Instituto. Veríssimo registrou que o Instituto Paraense de Educandos Artífices passava de um amontoado de oficinas que visava apenas o lucro, sem formar “haja saído um só operario hábil” (Veríssimo, 1891, p. 152-153), e que ainda feria os princípios liberais econômicos, concorrendo com empresas de forma desleal. Na sua concepção, a produção do instituto deveria

---

<sup>24</sup> Arquitetura historicista (ou revivalista) é um conjunto de estilos arquitetônicos que centrava seus esforços em recuperar e recriar a arquitetura dos tempos passados.

<sup>25</sup> Estilo inspirado na estética greco-romana, chegou para expressar os valores da burguesia que assumiria a sociedade europeia depois da Revolução Francesa. Como principais características, destacam-se: simplicidade das formas; plantas retangulares e simétricas; grandeza de escala; frontões triangulares; jardins com padrões geométricos; telhados normalmente planos; presença de abóbada de berço ou de aresta no centro da construção; pouca ornamentação; altas colunas (dóricas, iônicas ou coríntias); fachada com colonatas, rotundas, frontões e pórticos; e o uso de materiais nobres, como pedra, mármore e granito.

<sup>26</sup> Estilo de arquitetura originado em meados do século XVIII na Inglaterra. No século XIX, estilos neogóticos progressivamente mais sérios e instruídos procuraram reavivar as formas góticas medievais, em contraste com os estilos clássicos dominantes na época. As principais características da arquitetura neogótica são: verticalismo dos edifícios, torres pontiagudas e esguias, arte monumental e suntuosa, maior número de janelas e portas – grandes vitrais, planta arquitetônica com formato de cruz latina, paredes mais leves e finas, torres ordenadas por rosáceas, consolidação dos arcos feita por abóbadas de arcos cruzados ou de ogivas e abóbada de nervuras.

<sup>27</sup> O neocolonial foi um movimento estético que se propunha a resgatar a arquitetura e motivos decorativos típicos da época colonial americana de origem ibérica e empregá-los na arquitetura contemporânea. Suas principais características incluem o uso de telhados de duas águas, janelas em arco, colunas e portas de madeira, uso de elementos decorativos como azulejos, mosaicos e pinturas. Outras características incluem a presença de pátios internos, terraços e áreas abertas para fornecer boa ventilação e iluminação natural.

ser uma consequência do objetivo principal de prover o “desenvolvimento e progresso das artes industriaes - em tão lastimável estado entre nós - pela criação de artistas e operários hábeis” (Veríssimo, 1891, p. 152-153), e por não instruir e nem produzir plenamente devido à desorganização e as instalações precárias, o Instituto estava fazendo “como dizem os franceses, duplo emprego, sem perfeitamente corresponder a nenhum deles. Nem é um estabelecimento industrial, nem uma escola” (Veríssimo, 1891, p. 152). O instituto estava tão distante do seu propósito que Veríssimo sugere mudar o nome para “Escola de Artes e Offícios do Pará” (Veríssimo, 1891, p. 154).

O Diretor reprovou o programa de ensino e a organização pedagógica do instituto e sugeriu suprimir as oficinas de sapataria, funilaria, surrador e curtidor, permanecendo as de marceneiro, torneiro e entalhador; ferreiro, serralheiro e fundidor; e estucador, pintor e decorador de edifícios, as quais seriam suficientes para fazer da instituição um "utilissimo factor de nosso progresso industrial" (Veríssimo, 1891, p. 154). A administração das oficinas deveria ser confiada aos mestres e contramestres, desprendidos de preocupações com lucro e prevalecendo às práticas pedagógicas dos ofícios. Veríssimo destaca para o ensino profissional a importância de se adotar aulas de desenho para aperfeiçoar as técnicas de manufaturas aos moldes das indústrias dos países considerados desenvolvidos.

A organização do programa do curso primário sugerida compreendia as disciplinas de leitura, escrita, aritmética, geometria, geografia do estado e do Brasil, história do Brasil, instrução cívica, educação moral e desenho. O curso teórico ficaria dividido em 4 anos, realizado pela manhã (8 horas às 11 horas), reservando o período da tarde para os trabalhos práticos e as oficinas. Os educandos que concluíssem o curso primário, deveriam continuar mais um ou dois anos para aperfeiçoar-se no ofício escolhido e, ao final do curso, realizar um exame de aptidão para adquirir o diploma.

Além disso, Veríssimo não achava conveniente a admissão de educandos menores de dez anos, pois tal prática lhe parecia "inmoral e nociva" (Veríssimo, 1891, p. 158) e explica que o Instituto é um internato onde vivem meninos de 7 a 20 anos, "de toda a condição e casta, sem freio sinão o medo de algum castigo, pois toda a vigilancia, direcção e educação moral de cento e tanto alumnos é confiada a um só director, que também é professor e que se occupa também de outros misteres" (Veríssimo, 1891, p. 158).

A organização administrativa possuía “pessoal deficientíssimo” (Veríssimo, 1891, p. 161) sendo indispensável haver ser composta por no mínimo “1 Director; 1 Vice-Director; 2 Inspectores de educandos; 1 Escriuario; [...] 1 mestre e 1 contra mestre para cada officina” (Veríssimo, 1891, p. 161). Neste momento, percebe-se a inserção da inspetoria interna no

Instituto, personagem que seria fundamental no desenvolvimento de hábitos higiênicos, disciplinares e ordeiros dos alunos.

Veríssimo também propôs que o Instituto deveria ser mais bem instalado, “pois é pessima sua installação actual” (Veríssimo, 1891, p. 162), estrutura que permaneceu quase inalterável desde sua fundação e impediu de alcançar as almejadas expansões de ofertas de vagas.

Como resultado de seu relatório sobre a Instrução Pública, Veríssimo propôs a reforma do ensino primário de 1890, aprovada pelo Decreto n. 149, de 7 de maio de 1890, denominado “Regulamento Geral da Instrução Publica e Ensino Especial do Estado do Pará”. O regulamento estava dividido em 15 capítulos: organização do ensino; a direção geral do ensino; do diretor geral; do secretário geral; do conselho superior; dos conselhos escolares; das eleições escolares; da obrigatoriedade escolar; do fundo escolar; do ensino primário; a criação das escolas e nomeações de professores; dos professores públicos, seus direitos e deveres; dos exames primários e do certificado de estudos primários; da disciplina e economia escolar; as disposições gerais. O ensino declarado leigo, gratuito e obrigatório foi dividido em ensino primário, secundário e profissional ou técnico, sendo o ensino primário exercido nas escolas elementares e no Instituto Paraense de Educandos e Artífices; o ensino secundário seria ministrado no Liceu Paraense e na Escola Normal; e o técnico e profissional ensinado no Instituto Paraense de Educandos Artífices. Além disso, ficou determinado que as crianças em idade escolar (dos 6 aos 13 anos) eram obrigadas a frequentar as escolas primárias nas cidades, vilas e povoações onde residissem ou em um raio de 1 km da escola, mas reconhecia que as crianças ensinadas em casa estavam desobrigadas da determinação de frequentar as escolas.

José Veríssimo também foi o responsável pela elaboração do documento denominado “Regulamento Escolar: Programas. Horários e Instruções Pedagógicas para as Escolas Públicas”, sancionado por Justo Chermont no dia 21 de julho de 1890. O documento detalhava orientações a serem seguidas pelos professores, compreendendo sobre seu comportamento na escola e o tratamento a ser dado aos seus alunos. Além do mais, há algumas prescrições de cunho higienista sobre os alunos, professores e o espaço escolar as quais destacamos:

Art. 3º Os professores, devem apresentar-se na escola decentemente vestidos, dando aos seus alunos pela correção e asseio de seu traje e porte uma lição moral. É -lhes proibido apresentarem-se em chinelos.

Art. 7º A sala da escola será caiada todos os anos. Deve ser conservada com máximo asseio, sendo varrida e espanada duas vezes todos os dias antes da entrada da manhã e da tarde, e lavada ao menos uma vez por mês. As janelas serão conservadas abertas, e não só a sala da escola como a casa em que funciona serão objetos de minuciosos cuidados higiênicos.

Art.8º Funcionando a escola na casa de residência do professor, lhe será reservado o melhor compartimento, como as melhores dependências para as necessidades escolares.

Art. 9º Para o serviço exclusivo dos alunos haverá em toda escola latrinas, lavatório e água de beber, tudo instalado segundo os preceitos da higiene escolar e mantido sempre com o mais escrupuloso asseio.

Art. 11º A mobília escolar será instalada de acordo com as prescrições de higiene escolar, devendo os alunos quando escreverem receberem a luz pela esquerda.

Art.13º Os meninos devem apresentar-se na escola asseados e decentes.

Art.14º A primeira meia hora da entrada da manhã será em todas as escolas consagrada à inspeção do asseio, verificação do estado dos dentes, orelhas, cabelo, unha, dos alunos, acompanhada de observações morais e recomendações sobre a necessidade e higiene dos cuidados do corpo (Pará, 1890, p.7-8).

O regulamento buscou disciplinar o modo de se vestir dos professores e alunos que deviam apresentar-se asseados na sua entrada. Outrossim, percebemos as primeiras exigências quanto ao espaço escolar na legislação republicana do Pará, embebidas de preceitos higienistas. A ideia de um prédio construído para a finalidade educacional republicana foi amplamente defendida por José Veríssimo, reunindo o “amontoado” de escolas isoladas localizadas próximas umas às outras. Sobre as vantagens dessa proposta, ele indica que seriam “pedagógicas e econômicas” (Veríssimo, 1891, p. 80) e haveria maior facilidade para a atividade de inspeção, “tão difícil, sinão impossível de seriamente fazer, com essa disseminação de escolas, funcionando quasi todas na mesma casa de residencia dos professores” (Veríssimo, 1891, p. 81). Complementar aos seus anseios sobre os prédios escolares, Veríssimo argumentou que as demandas postas pela nova arquitetura escolar e pela nossa civilização exigiam do Estado casas escolares apropriadas:

Não é permitido a ninguém ignorar, e eu creio que ninguém ignora que a escola moderna, a escola popular, na qual baseiam os povos e suas mais gratas esperanças, exige uma casa apropriada, propria devia eu dizer, construída de accordo com certas e determinadas regras estabelecidas por pedagogistas, mestres e architectos. Não é lícito a ninguém desconhecer, e ninguém desconhece, que a construção de cassas para escolas é objeto de um ramo novo e especial da architettura civil, a architettura escolar (...) A ninguém é permitido não saber, e não há quem não saiba, que todos os povos, mesmo no Brazil, esforçam-se ás competências, e ás vezes com sacrificio, por dar ás suas escolas primarias a casa, sem a qual ficam de regras inúteis os programas (Veríssimo, 1891, p. 94)

No governo de Lauro Sodré, iniciado a 24 de junho de 1891, destacamos a promulgação do decreto n. 372 de 13 de julho de 1891, que reorganizou a Instrução Pública do Estado, mantendo em suas bases o Regulamento de 7 de maio de 1890, corrigindo o regulamento

anterior “em algumas das suas disposições, de acordo com as lições da prática e experiência, e harmonizando-o no todo com os princípios consagrados na nossa Constituição (Pará, 1891, p. 317). No novo Regulamento não há ineditismo sobre as recomendações do espaço escolar, mas podemos destacar o higienismo na exigência de “certificado das boas condições higiênicas do edifício, passado por autoridade competente” (Pará, 1891, art. 8º) para a abertura de um estabelecimento de ensino particular e o serviço de inspetoria escolar dos estabelecimentos de ensino público, cuja fiscalização deveria compreender “a parte material, as condições higiênicas e a parte técnica do ensino” (idem). Ressaltamos também o artigo 56 que obrigava no ensino da Educação Física, a instrução de “noções práticas de Hygiene particular sobre os alimentos e vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso [e] cuidado de asseio exigidos e recomendados” (Pará, 1891, art. 56º). Por fim, destacamos a exigência de não sofrer nenhuma moléstia para o ingresso no magistério público e para a matrícula de crianças, como podemos ver nos artigos 73 e 185:

Art. 73 – Para ser professor público da escola primaria é preciso:

[...]

3º. – Não sofrer de moléstia contagiosa, repulsiva, ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magistério.

[..]

Art.185. A criança, que pretender matricular-se n’uma escola, deve apresentar ao respectivo professor um boletim assignado pelo seu pai, responsável, ou pelo juiz de órfãos, quando não tenha curso responsável, com seu nome, filiação, lugar e data de nascimento, certificado do médico atestando que não sofre de doenças que possam prejudicar a saúde dos outros alunos, e que é vacinado (Pará, 1891).

Embora houvesse a grande preocupação por um espaço adequado para a instrução pública, o governo de Lauro Sodré finaliza com o funcionamento do ensino primário em casas alugadas e improvisadas, mesmo sendo solicitado por Alexandre Vaz Tavares, diretor da Instrução Pública em 1893 e 1894, a construção de prédios adequados em caráter de urgência “pois as irregularidades causadas pela ausência desses prédios iam desde questões higiênicas até a dificuldade de fiscalização do trabalho do professor por parte da Diretoria de Instrução Pública” (Pará, 1896, p. 245-246). Embora o ensino primário não adquirisse espaços próprios no seu governo, Lauro Sodré aprovou frente aos problemas levantados pelo Diretor da Instrução, a Lei n. 90, de 09 de março de 1893, que autorizou a construção do novo prédio do IPEA no marco da légua. Embora entusiasmado com a transformação que o instituto passava, ao ponto de denominá-lo como “uma grande esperança para um melhor futuro”, pois projetava destiná-lo para receber 300 alunos e dar-lhes uma “instrução litetaria e sobretudo profissional

suficiente” (Pará, 1897, p.35), suas obras só foram iniciadas em 04 de julho de 1894 e a situação estava insustentável, pois não comportava os atuais alunos, fazendo diminuir a oferta de matrículas:

O corpo de educandos compõe-se de 123 menores, numero excessivo e que o estabelecimento não comporta. Pretendo reduzi-lo a 92, não preenchendo as vagas que se forem dando com o desligamento dos educandos que por incapacidade physica ou qualquer outro motivo deixarem o estabelecimento (Pará, 1897, p.17)

Lauro Sodré finalizou seu mandato sem terminar as obras do novo prédio do Instituto, que somente se concretizou em 1899. Neste intervalo, seu sucessor, o governador Paes de Carvalho, edita como seu primeiro ato o decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897<sup>28</sup>, o qual altera o nome do Instituto Paraense de Educandos e Artífices para Instituto Lauro Sodré, uma homenagem ao ex-governador pelos feitos à instrução pública e, principalmente, ao Instituto.

No Governo de Paes de Carvalho, o ensino primário é novamente reorganizado a partir do Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899, passando a ser compreendido em dois níveis, elementar e complementar, e ministrado nas Escolas Isoladas, Escolas-modelos ou Escolas Anexas e Grupos Escolares. A reforma da Instrução Pública é marcada pelo início da extinção do modelo de escolas primárias que funcionavam em casas alugadas e a criação dos grupos escolares. Sobre as condições para o estabelecimento e o funcionamento dos Grupos Escolares, a seção III, determinava que:

Art. 84. – Nos districtos escolares da capital e nas sedes de municípios nos quaes houver pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderá reunil-as e fazel-as funcionar em um só prédio.

§ 1.º cada grupo escolar poderá comportar até ao numero máximo de 300 alumnos de cada sexo e funcionará em secção distinctas, sob uma só direção.

§ 2.º Os grupos escolares serão de preferencia creados nos districtos escolares da capital e nas sedes de município cujas municipalidades fornecerem os prédios adaptados ao seu regular funcionamento, ou terreno para sua edificação (Pará, 1899, p. 19).

No entanto, há a ressalva do funcionamento das escolas primárias para funcionarem em prédios alugados:

---

<sup>28</sup> O decreto também alterou o nome do Colégio do Amparo para Instituto Gentil Bittencourt, cujo prédio estava sendo construído no local onde funcionava o Instituto Paraense de Educandos Artífices.

Enquanto não forem construídos prédios destinados ao funcionamento dos grupos escolares o Diretor Geral, por si ou pelos inspetores do ensino contratará por aluguel, para aquele fim, nas cidades e vilas do interior, onde for isso possível, prédios que ofereçam acomodações para o funcionamento conjunto de toda as escolas da localidade (Pará, 1899, p. 60).

A construção dos Grupos Escolares no estado do Pará passou por vários percalços até se concretizar, todavia, quando aconteceu, esteve em consonância com as “exigências da pedagogia moderna, com a formação de turmas graduadas sob a responsabilidade de professores titulados pela Escola Normal” (Coelho, 2008, p. 73). Destacamos a criação e construção dos prédios para funcionamento dos grupos escolares, pois nestes espaços “o aluno, o professor, o espaço físico, o programa de ensino, tudo distinguiu a organização do grupo escolar das escolas isoladas ou reunidas” (Coelho, 2008, p. 89) e são importantes objetos de estudo da arquitetura escolar da Primeira República, construídos sob mesmas influências do Instituto Lauro Sodré.

Este ramo novo da Arquitetura que recebeu tanta importância pelo regime republicano, com características distintas das demais edificações públicas

foram demarcadas por uma concepção espacial historicamente construída e cuja configuração, com um prédio próprio separado dos demais edifícios públicos, dotou-lhes de identidade particular, caracterizadas por serem construções monumentais, em diferentes cidades brasileiras prósperas economicamente, que representavam um significativo empreendimento visual e simbólico de propaganda do Novo Regime Político instaurado” (Bencostta; Ermel, 2019, p. 4).

O espaço escolar tornou-se símbolo e objeto de consolidação do novo regime e, embora desde o Império já existissem instituições edificadas para a finalidade educacional, foi a partir da Proclamação da República que se difundiu expressivamente a ideia de um prédio planejado e construído com a intenção de oferecer a instrução pública. Durante o novo regime a arquitetura se tornou instrumento de atuação dos governos que identificaram nela uma forma de disseminar os valores republicanos, a exemplo do que defendem Azevedo e Stamatto (2012, p. 32), para quem “os prédios escolares fizeram parte da produção da leitura da modernidade e do progresso feita pelas elites locais e se transformaram em um dos alvos prediletos para a difusão do ideário republicano.” Logo, as instituições escolares materializaram o pensamento republicano e possibilitaram as bases da idealizada redenção da sociedade brasileira.

A partir de nosso processo de coleta de dados sobre Arquitetura Escolar Republicana no Brasil, encontramos algumas referências que possam ter influenciado a elaboração do projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré, cuja construção iniciou no dia 04 de julho de

1894, além da política educacional local. Os resultados ficaram mais restritos quando filtramos para uma arquitetura voltada aos internatos, mas como resultados podemos destacar o Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890), produzida por Benjamin Constant<sup>29</sup> que Regulamentava da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal<sup>30</sup>. O decreto dispunha sobre a organização da escola, dividia em primeiro grau para crianças de 7 a 13 anos e de segundo grau para crianças de 13 a 15 anos, exigência de salas separadas, programa de ensino, exames, entre outros componentes fundamentais para a organização da escola. Sobre o espaço, o artigo 8 dispunha que

O Governo providenciará para que se construam edificios apropriados ao ensino, de accordo com os mais severos preceitos da hygiene escolar e com habitações annexas destinadas ao professor. Nenhuma edificação deste genero se fará sem que o conselho director da Instrucção primaria e secundaria formule o projecto ou dê-lhe a sua approvação (Brasil, 1890, art. 8).

Na República, a iniciativa para construção de prédios destinados à educação inicia no Governo Federal para a Instrução Primária do Distrito Federal, devendo seu projeto seguir rigidamente as prescrições higienistas da época. Além disso, o artigo 9 define um programa de necessidades, ou seja, o conjunto de requisitos para a criação de um projeto de arquitetura para a edificação escolar:

Cada escola primaria terá, além das salas de classe e outras dependencias, sua bibliotheca especial, um museo escolar provido de collecções mineralogicas, botanicas e zoologicas, de instrumentos e de quanto for indispensavel para o ensino concreto, um gymnasio para exercicios phisicos, um pateo para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagogicos (Brasil, 1890, art. 9).

Portanto o projeto de escola republicana surge com exigências para salas de aulas teóricas, laboratórios práticos com amostras, biblioteca e espaço para ginástica e recreação, todos seguindo os preceitos pedagógicos vigentes. Além disso, o decreto é publicado entre a reforma do ensino primário do Pará proposta por José Veríssimo, promulgada em 7 de maio de 1890 e o início das obras do Instituto, podendo interferir na elaboração do projeto, principalmente a respeito das recomendações sobre museu, biblioteca, pátio e espaço para ginástica.

---

<sup>29</sup> Ministro da Instrução Pública no governo provisório.

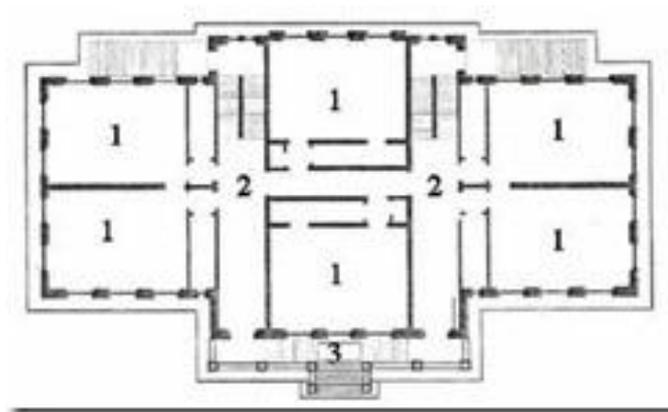
<sup>30</sup> A Constituição de 1891 reservou a responsabilidade para o Congresso Nacional legislar sobre ensino secundário e superior e transferiu, para Estados e Municípios, a educação primária, ou seja, a educação na República seria descentralizada para os entes federados e sem responsabilidades com investimentos e despesas públicas federais.

Pouco mais de um mês após o início da construção do Instituto Lauro Sodré, há a publicação do Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, referente ao regimento interno das escolas públicas de São Paulo, que dispunha sobre o ensino, a disciplina e a higiene escolar, entre outros. Devido à ordem cronológica, tal legislação não influenciou no projeto arquitetônico do Instituto, discordando da possibilidade levantada de que a “hegemonia econômica e cultural do Estado de São Paulo sobre os outros Estados [possa ter] influenciado a propagar o edifício e seu novo estilo” (Arruda, 2010, p. 116), pelo menos, não no nosso objeto, embora não possamos inferir se influenciou na Reforma da Instrução de 1899 - no governo de Paes de Carvalho e na arquitetura dos grupos escolares do Pará.

No estado de São Paulo, destacamos também a construção do edifício projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo para abrigar o Grupo Escolar Prudente de Moraes, antiga Escola Modelo da Luz, na Avenida Tiradentes, em 1893.

A escola possuía dimensões amplas, divididas em três pavimentos: sendo um porão, o andar térreo e o pavimento superior e suas salas de aula eram distintas com entradas independentes para meninos e meninas. Segundo Melo (2012), sua arquitetura mostrou notoriedade não apenas por remeter ao estilo neoclássico, mas também por exibir escadarias externas, dando acesso à escola, e internas, que levam até o pavimento superior; a presença de entradas independente na parte posterior ao prédio; e a distribuição das salas em corredores; a presença de porões para evitar a umidade e elevar o edifício.

**Figura 1** - Planta baixa e organização funcional do nível térreo da Escola Modelo da Luz (1. Sala de Aula; 2. Circulação; 3. Entrada Principal).



Fonte: Buffa e Pinto (2002).

A partir da análise dos fatores relacionados à configuração geométrica do espaço arquitetônico propostos por Reis (2002), percebe-se que a planta apresenta simetria axial, havendo reflexão de um lado para outro dos elementos que compõem a planta, gerando uma

organização estruturada a partir de um eixo. Esta proporção horizontal e vertical, com o uso de um pé-direito<sup>31</sup> superior a 4 metros, confere destaque e suntuosidade ao edifício. A simetria também é evidenciada pela presença rítmica de janelas em vãos amplos que preenchem quase toda parede com peitoril mínimo de 1 metro, conferindo o aspecto de monumentalidade e destaque, principalmente na região até então pouco edificada.

**Figura 2:** Escola Modelo da Luz, atual Grupo Escolar Prudente de Moraes.



Fonte: Centro de Referência em Educação Mário Covas, São Paulo.

A construção de prédios destinados exclusivamente para fins educacionais, com aspectos arquitetônicos que conferiam suntuosidade, monumentalidade e limpeza, transmitiam a “valorização que o Estado dava ao ensino e serviam, ainda, para que a população os admirasse” (Buffa; Pinto, 2002, p. 32), tornando a edificação escolar como propaganda para o novo governo. Estas características serão presentes nas edificações escolares construídas na Primeira República em Belém, incluindo o Instituto Lauro Sodré.

Segundo Arruda (2010), o Regimento Interno das Escolas Públicas de São Paulo 1894 foi elaborado com referências legais do Decreto n. 981, de 1890, e seguiu as ideias europeias, assim como aconteceu com outras normas para arquitetura ou para a engenharia. Na Europa, a arquitetura escolar já era amplamente explorada - com destaque para países como França, Espanha e Inglaterra.

Na França, ressaltamos algumas iniciativas importantes acerca da arquitetura escolar durante a Monarquia de Julho (1830-1848) e na II República (1848-1851). Na Monarquia de Luiz Felipe I, segundo Bencostta e Braga (2011), foi promulgada em 28 de junho de 1833 a

<sup>31</sup> Diferença (altura) entre o piso e o teto de um cômodo ou de uma edificação inteira.

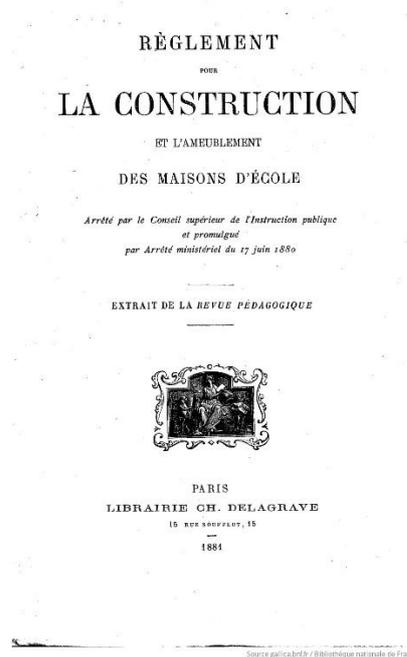
primeira grande lei escolar relativa ao ensino elementar na França sob a liderança de François Guizot, Ministro da Instrução Pública da França (1832-1837). A lei compreendia a exigência de construções de escolas primárias em todas as comunas com mais de 500 habitantes e o fornecimento de um local conveniente para habitação do professor comunal que serviria também para receber os alunos. As recomendações dessa legislação influenciaram a considerada a primeira coleção de modelos de plantas tipo de edifícios escolares públicos da França: *De la construction des maisons d'école primaire*, do arquiteto A. Bouillon (1833).

Na II República, por conta do alto índice de alfabetização feminina, o Ministro da Instrução Pública Alfred de Falloux, aprovou em 15 de março de 1850 a lei Falloux, que obrigava a construção de pelo menos uma escola para menina nas comunas com mais de 800 mil habitantes (France, 1854). Ainda na Segunda República, Gustave Rouland, ministro da Instrução Pública de Napoleão III, publicou a circular de 30 de julho de 1858 que especificava algumas exigências na construção de escolas sobre aspectos referente a ventilação, iluminação e dimensões que deveriam ser proporcionais à classe. Apesar deste histórico,

a historiografia francesa reconhece a circular de 14 de março de 1872 como a primeira tentativa de um programa arquitetônico nacional para os edifícios escolares públicos, portanto, já nos anos iniciais da III República. Naquela ocasião, para ajudar os prefeitos, o Estado central enviou a cada uma das comunas um exemplar do livro de César Pompée intitulado “Plans Modèles pour la construction de maisons d'écoles et de mairies” a fim de orientar as construções escolares (Bencostta; Braga, 2011, p. 55).

Na Terceira República, após se recuperar da guerra Franco-Prussiana, a França alcançou estabilidade interna e, posteriormente, um novo período de desenvolvimento econômico, cultural e social, com destaque ao desenvolvimento tecnológico da segunda revolução francesa, a efervescência cultural da Belle Époque e o avanço na urbanização de Paris. A instrução pública, liderada pelo ministro Jules Ferri, foi amplamente reformada, principalmente a partir da lei de 16 de junho de 1881, que assegurou a gratuidade absoluta do ensino primário e reafirmou o princípio da laicidade, e depois a laicização do ensino e a obrigatoriedade escolar dos 6 aos 13 anos, pela lei de 28 de março de 1882. Nesse contexto, os prédios escolares são alvos da política de Jules Ferry, o qual “convoca os arquitetos a comungarem crenças cívicas e progressos técnicos em prol da consolidação dos valores do regime republicano” (Bencostta; Braga, 2011, p. 56), culminando na publicação do Regulamento para a Construção e Mobiliário de Casas Escolares em 1880.

**Figura 3** - Capa do Regulamento para a Construção e Mobiliário de Casas Escolares em 1880.



Fonte: France (1880).

O documento é introduzido pela fala do Ministro da Educação Pública e Belas Artes que considera diversos documentos anteriores na formulação do Regulamento:

Considerando a instrução de 30 de julho de 1858 que determina as condições de instalação escolares; Tendo em conta a circular de 19 de janeiro de 1875 relativa à vizinhança das casas-escola; Tendo em conta a circular de 15 de junho de 1876 relativa aos edifícios escolares; Tendo em conta a lei de 1º de junho de 1878 que cria um fundo especial para construção de casas escolares; Considerando a instrução de 16 de outubro de 1878 para a execução da referida lei; Tendo em conta o decreto de 30 de março de 1879 que cria uma comissão especial para o estudo questões relativas a edifícios e equipamentos escolares; Considerando as deliberações da referida comissão; O Conselho Superior de Educação Pública ouviu, Estabelece a seguir as disposições a serem observadas para a construção e Mobiliário de escolas primárias públicas (France, 1880, p. 3)

O Regulamento estabelecia parâmetros arquitetônicos que deveriam ser adotadas na construção e mobília de edifícios escolares, dividido em 4 seções: condições gerais, classes, serviços anexos e mobília.

A primeira seção - condições gerais – dispunha sobre a localização, especificações construtivas e de materiais e a disposição dos grupos escolares. Quanto à localização, o terreno deveria estar centralizado, “bem ventilado, acesso fácil e seguro, longe de qualquer estabelecimento ruidosos, insalubres ou perigosos, a pelo menos 100 metros dos atuais

cemitérios [...] isento de umidade [ou] limpo por drenagem (France, 1880, p. 3-4)”. Havia também especificações para dimensões mínimas, devendo seguir a proporção de “10 metros no mínimo por aluno; em nenhum caso poderá ser inferior a 500 metros (France, 1880, p. 4)” e orientação no terreno que deveria levar em conta o clima e as condições higiênicas da região. Além disso, havia a determinação para que a escola e o alojamento do professor fossem instalados em locais separados ou, pelo menos, independentes um do outro. Na subseção de construção, havia exigências para os materiais a serem usados, a espessura da parede e altura mínima do piso. Por fim, na subseção “Grupos escolares”, indicava que cada escola deveria limitar-se a 750 vagas, sendo 300 para meninos, 300 para meninas e 150 para crianças em salas de asilo, sendo as suas instalações dispostas separadamente.

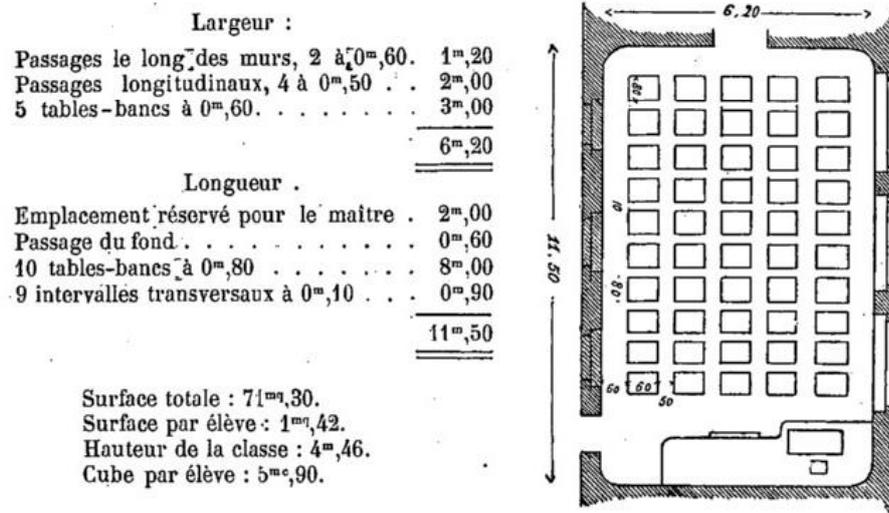
A segunda seção trata sobre disposições comuns a todas as salas de aula e inicia com minuciosas especificações para o espaço das aulas teóricas, estabelecendo o número máximo de alunos por turma, o dimensionamento, o formato e tamanho da sala de aula, a iluminação natural das salas, o tamanho dos vãos da janela e sua posição, a exigência do pé-direito “de pelo menos 4 metros” (France, 1880, p. 9), formato e acabamento do teto, recomendações sobre o piso, teto, ângulos entre as paredes e tipos de portas. Nesta subseção também se estabelece que as turmas mistas não deveriam ser mais divididas por barreiras físicas, podendo os meninos serem agrupado separadamente “bancos mais próximos da professora e das meninas do fundo da turma. Será reservado um intervalo de 0,80 entre eles” (France, 1880, p. 9). Há também a preocupação na disposição da mobília na sala de aula minuciosamente orientada a partir dos espaçamentos estabelecidos:

34. Espaço entre a parede frontal e a primeira fila de mesas. — Será deixada uma distância de pelo menos 2 metros, na cabeceira da turma, para a mesa do professor, entre a parede voltada para os alunos e a primeira fila de mesas. As mesas de bancada nunca devem ser colocadas a menos de 0,60 das paredes.
35. Passagens longitudinais. — A largura dos corredores longitudinais previstos entre as linhas das mesas-bancos será de no mínimo 0,30m.
36. Intervalos transversais. — Será deixado um intervalo de pelo menos 0,10m entre o encosto de cada banco e a borda da mesa seguinte.
37. Arranjos e arranjos. — As modalidades a serem observadas para a disposição de uma turma de 48 ou 50 alunos tomada como típica podem variar de acordo com os planos abaixo elaborados de acordo com quatro hipóteses (France, 1880, p. 9)

Os planos citados referem-se a quatro tipos de layout para a sala de aula que dependem do número de alunos e das paredes que permitem iluminação. Na legenda das plantas, há a somatória dos espaçamentos que compreendia a passagens ao longo das paredes, passagens

longitudinais e as dimensões das mesas-bancos para o cálculo da largura, e o espaço reservado ao mestre, passagem para o fundo, a dimensão das mesas-bancos e os intervalos transversais para o cálculo do comprimento; e as dimensões totais compreendidas em área total, área por aluno, pé-direito e volume para cada aluno. Como exemplo, há a Classe de 50 alunos com mobília de mesas-bancos de um lugar em um espaço com iluminação unilateral, que demonstra a riqueza de detalhes do manual para a construção do espaço escolar francês.

**Figura 4:** Planta para salas de aula de 50 alunos tipo mesas-bancos de um lugar com iluminação.



Fonte: France (1880).

A subseção seguinte discorre sobre o pátio cuja área devia ser calculada “na proporção de pelo menos 3 metros por aluno; não pode ser inferior a 200 metros”, bem como possuir plantações, bancos, mesas, fonte para água potável e lavatórios, levando em consideração as especificações estabelecidas. Por fim, há as seções que prescrevem sobre área para ginástica, privadas, alojamento para os funcionários, jardim e o cercamento da propriedade.

A terceira seção do regulamento tratava dos Serviços Anexos, especialmente escolas com mais de quatro salas, compreendido em sala de desenho, ateliês para trabalhos manuais, vestiários, corredores e o dimensionamento das escadas.

A quarta parte trata do mobiliário de todos os ambientes da escola. Destaque especial para o mobiliário da sala de aula compreendido em bancos-mesas de um ou dois lugares e possuíam tamanhos em quatro tamanhos, tornando-os ergonomicamente adequados: “tipo I para crianças cuja altura varia de 1 metro a 1,10m; tipo II para aqueles de 1,11 a 1,20m; tipo III para quem tem de 1,21 a 1,35m; tipo IV para quem tem de 1,36 a 1,50m”, ficando sob responsabilidade do professor para “medir seus alunos uma vez por ano, no início do ano letivo”

As mesmas especificações são dispostas para os bancos e mobiliários da sala de desenho.

O regulamento francês de 1880, elaborado por uma comissão especial<sup>32</sup>, compreende um rico conjunto normativo para a construção de edificações escolares que influenciaram diversos países no desenvolvimento da instrução Pública, em especial aos países que “sintonizaram no discurso de um mundo moderno e civilizatório as representações construídas intencionalmente pela gramática racional dos modelos arquiteturais empregados” (Bencostta; Braga, 2011, p. 68) como o caso da Primeira República no Brasil.

A partir da revisão sobre as normas arquitetônicas de espaços escolares na República no Brasil, percebemos que houve a preocupação desde os anos iniciais do regime em normatizar parâmetros de projetos para a escola do Novo Regime. Percebemos que tais prescrições refletiram o higienismo e o positivismo e procuraram facilitar a ordem e a disciplina sob a forma como foram dispostas as edificações. Outrossim, há o apelo propagandista na estética desde edifícios a partir do uso de técnicas que conferiam monumentalidade e suntuosidade a fim de destacá-los do restante do cenário urbano e impressionar os civis. Destacamos também o Regulamento Francês de 1880 que define detalhadamente aspectos sobre o prédio e a mobília escolar que entendemos como documento que influenciou na concepção do projeto do nosso objeto por conta das similaridades que iremos destacar na seção a seguir.

Destacamos a atuação de personagens que foram fundamentais na construção do novo prédio do Instituto Lauro Sodré. Na esfera estadual, evidenciamos as ações e políticas dos governadores Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Gentil Bittencourt, responsáveis pela construção do novo edifício, e de José Veríssimo, responsável por analisar as antigas instalações do Instituto, que serviu de respaldo para autorização do novo edifício e realizar a primeira reforma do ensino primário no novo regime, mas ainda há mais uma influência para compreender o nosso objeto em sua totalidade: a política de urbanização do intendente Antônio Lemos<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Comissão composta por 20 membros, entre arquitetos (5), engenheiro (1) e educadores (14), responsável pela análise das condições que deveriam ser adotadas na construção de edifícios escolares (Châtelet, 1999 apud Bencostta; Braga, 2011, p. 56).

<sup>33</sup> Antonio José de Lemos possuiu uma longa carreira política que remonta desde os anos finais do Império quando era deputado. Lemos adquiriu grande influência no cenário Belenense a partir do Jornal A Provincia do Pará, jornal onde começou a trabalhar quando chegou na cidade e posteriormente o comprou por um preço simbólico do seu antigo dono Dr. Moraes. Durante o golpe da Proclamação da República, Lemos era vereador e presidente da Câmara de Belém e assim realizou a posse da primeira junta constituída por Justo Chermont, José Maria do Nascimento e José Fernando Júnior, que passaram a governar o Pará nos primeiros momentos do regime republicano. Lemos foi eleito duas vezes senador do estado, sendo uma delas como membro do Congresso Constituinte do Pará e, em 1897, é eleito Intendente de Belém e permanece no cargo até 1912.

#### 1.4 A Intendência de Lemos

Antônio Lemos assume a intendência de Belém durante o período áureo da borracha, cuja circulação de capital trouxe o crescimento acelerado e desordenado com a chegada de imigrantes para trabalharem na exploração e um rápido desenvolvimento econômico da região, embora concentrado nas mãos de poucos, mas que permitiu financiar uma nova fisionomia urbana para as áreas mais abastadas.

Se Belém havia crescido muito pouco nos duzentos anos anteriores, a partir de 1880 a cidade teve o seu crescimento acelerado, com a criação de novos bairros, muito deles burgueses. A inevitável expansão urbana da capital paraense levou a cidade para áreas mais afastadas do centro, ocupando, assim, as áreas periféricas, situadas em locais alagáveis e consideradas impróprias para a habitação. [...] Belém moderna evoluiu em meio às contradições sociais e urbanas inerentes ao período de desenvolvimento econômico da região. Essas contradições urbanas cresceram paralelamente à sua expansão, em grande parte motivadas pela negligência do próprio Poder Público, que desenvolvia políticas e intervenções de forma desigual no espaço urbano da cidade (Soares, 2008, p. 47)

O espaço urbano de Belém foi reorganizado “sob a égide do pensamento positivista associado ao movimento urbanizador que ocorria na Europa, especialmente na capital francesa” (Sarges, p. 134). Sua intendência foi marcada por uma série de melhoramentos

realizados no espaço urbano de Belém, como pavimentação das ruas, construção de praças e jardins, usinas de incineração de lixo, limpeza urbana, tudo isso controlado por um código de posturas, baseado em ideias liberais, entretanto, todo esse ‘progresso’ era localizado e dirigido à área central da cidade, onde habitava a elite local e parte da classe média nascente (Sarges, 2002, p. 142).

A política de reordenamento urbano de Antônio Lemos extrapolava a finalidade estética e se caracterizou também pelo uso demasiado de prescrições higienistas para criar hábitos saudáveis e combater as epidemias históricas que assolavam a cidade. Sobre as constantes e históricas doenças epidemiológicas que assolavam a região, Arthur Vianna<sup>34</sup> realizou um estudo em 1906 intitulado “As epidemias no Pará”, a partir dos registros da Santa Casa de Misericórdia, onde destacamos a febre-amarela, a cólera e a varíola por conta sua alta taxa de mortalidade.

A febre-amarela chegou à Belém a partir do “desembarque no porto da cidade da barca

---

<sup>34</sup> Diretor da Biblioteca e Arquivo Público entre os anos de 1899 e 1906, nomeado pelo Governador Paes de Carvalho.

dinamarquesa Pollux, vinda de Pernambuco e, que ali atracara em 24 de janeiro de 1850 (Costa, 2006, p. 23)” e logo tomou proporções epidêmicas rapidamente, pois, segundo Jerônimo Francisco Coelho<sup>35</sup>, a estimativa era “em 12.000 o numero dos enfermos, dando para a população de Belém 16.000 habitantes” (Vianna, 1906, p. 48), causando a morte de 593 pessoas.

Pouco tempo depois, a partir de navios portugueses atracados no porto em 1855, ocorreu a primeira epidemia de cólera, doença bacteriana contraída ao beber água contaminada pelas fezes de pessoas contaminadas. De acordo com Vianna, estimava-se o número dos atacados entre 6.000 e 7000, até 24 de junho, e até o mês de fevereiro de 1856 a ocorrência de 1052 óbitos em uma cidade que “não possuía então mais de 20.000 habitantes” (Vianna, 1906, p. 120). Logo a situação se alastraria para o interior, como o caso de Cameté descrito por Vianna:

A cidade parecia erma; as portas e janellas das casas todas fechadas; ninguem nas ruas, apenas de tempos a tempos um morador passava quasi correndo, com um lenço a tapar-lhe a bocca e o nariz. Os mortos só não ficavam insepultos porque o subdelegado de policia, com uma energia admiravel, empregava a força, obrigando os populares a carregarem os cadaveres para uma carroça, que os conduzia ao cemiterio. A auctoridade em pessoa dirigia o serviço, mas não poucas vezes aconteceu-lhe ficar isolada no caminho, porque os conductores, ao aproximar-se da necropole, tomados de um invencivel horror, abandonavam a carroça e internavam-se de carreira, pelo matto (Vianna, 1906, p. 114).

O quadro de alta mortalidade na localidade fez com que o Presidente da Província, Ângelo Custódio, fosse pessoalmente à região. Poucas horas após deixar Cameté, o presidente da Província começa a sentir os sintomas da doença, falecendo no dia seguinte ainda na embarcação.

A década de 50 do século XIX sofreu com mais um flagelo – a epidemia de Varíola - que embora de acordo com Arthur Vianna, teve uma duração relativamente curta, registrando um alto número de ocorrência entre maio de 1851 a setembro de 1852, resultando em 598 óbitos. No espaço de 56 anos, decorridos de 1850 a 1906, Vianna registrou a ocorrência de sete epidemias<sup>36</sup> de varíola que causaram a morte de 5.299 pessoas e relatou como as causas do quadro epidêmico: “a imprestabilidade do serviço sanitario maritimo e a ignorancia do povo. Aquella abre de par em par as portas da cidade ao mal, esta desvela-se em mantel-o e propaga-o” (Vianna, 1906, p. 40).

<sup>35</sup> Presidente da Província do Grão-Pará de 7 de maio de 1848 a 31 de maio de 1850.

<sup>36</sup> 1851-1852 (598 óbitos), 1866-1868 (431 óbitos), 1872-1876 (1.162 óbitos), 1878-1885 (834 óbitos), 1887-1890 (927 óbitos), 1895-1902 (683 óbitos) e 1904-1905 (664 óbitos).

Este discurso que culpa a “ignorância do povo” como motivo para proliferação de doenças se refletiu também na política higienista de Antônio Lemos, pois atribuía a proliferação de doenças aos hábitos da população “que mantém focos de infecção em suas casas” (Lemos, 1907, p. 48) e, por consequência, ordenou a inspeção das casas para avaliá-las quanto à condição de higiene e iluminação, determinou inspeção dos alimentos e proibiu a aglomeração de pessoas.

Cabe ressaltar que na segunda metade do século XIX, os intelectuais-médicos consideravam os pobres uma classe duplamente “perigosa”, pois por um lado se reproduziam e as “crianças pobres ficavam expostas aos vícios de seus pais” (Chalhoub, 1996, p. 29) e, portanto, seria necessário “reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores” (Chalhoub, 1996, p. 29). Por outro lado,

os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo [...] E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (Chalhoub, 1996, p.29).

As habitações populares eram um obstáculo para o plano de urbanização e embelezamento da cidade e usava principalmente do discurso higienista para realizar uma política de expulsão destas habitações que eram pejorativamente chamadas de “cortiços”. Segundo Soares (2008), o uso do termo “cortiço” era utilizado para qualquer habitação considerada desagradável ou insalubre, podendo ser de uso unifamiliar ou coletivo. “Contudo, ambos os tipos de cortiços deveriam ser demolidos e retirados da área central da capital paraense” (Soares, 2008, p. 216). Sob as alegações que tais habitações eram insalubres e considerados centros de imoralidades, o intendente decidiu demoli-las:

Cumprindo libertar a cidade do grande numero de cortiços, situados em diversos logares do perimetro urbano, na mór parte insalubres, sem proporções nem condições hygienicas, verdadeiros centros de immorallidade, perigosos á saúde publica, sem que, entretanto, haja motivo algum, n'uma capital tão vasta como esta, para permittir a construcção ou conservação de semelhantes habitações: resolvo, usando das attribuições que me confere o art. 149 do Codigo de Policia Municipal, determinar o fechamento e demolição de todos os cortiços existentes n'esta cidade (Belém, 1903, p. 21).

O horror que o Intendente possuía aos cortiços extrapolava sua concepção de moral e higiene, pois também lhe interessava expulsar assentamentos populares de áreas tão próximas

do centro, uma preocupação que os “governantes republicanos tinham de desestabilização política” (Sarges, 1998, p. 154) e possíveis revoltas. Deve-se levar em consideração também a crescente lógica capitalista que se instalava na República e que implicava na ordenação do espaço urbano conforme o liberalismo:

Não se pode prescindir na análise das reformas urbanas do século XIX e princípio do XX, da percepção que elas expressam, uma diferenciação interna imposta pela lógica capitalista que reorganizaria, dentro de um perímetro urbano alargado, a população por níveis de renda, sendo esta reacomodação, exercida através de demolições e da valorização de áreas seletivas. [...] Dentro desta ótica Paris foi sem dúvida, o modelo formal e conceitualmente mais difundido. Os planos europeus de controle de crescimento urbano sofreram, porém, adaptações devidas a tempos, locais e circunstâncias históricas diferentes. (Derenji, 1994, p. 265)

A partir desse deslocamento de habitações populares do centro urbano para áreas mais afastadas, o poder público decide então criar vilas operárias seguindo as concepções higiênicas exigidas para habitações.

No período de 1905 e 1907 começaram a aparecer referências a uma nova tipologia: a casa proletária. Muitas vilas operárias foram construídas nos anos seguintes, especialmente no bairro do Reduto, em Belém, junto às fábricas que ali permaneciam. Em 1905, o construtor Benjamim Lamarão obteve um contrato da municipalidade para a construção de Vila Operária; no ano seguinte o Intendente Lemos autorizou a criação de grupos de casas operárias em Marituba, próximo à capital, ‘como assistência ao proletariado de nossa terra, onde as condições de vida se tornam cada vez mais melindrosas, por causa da carestia geral’, em 1907 foi autorizada a construção de uma vila modelo no terreno de Queluz (zona urbana de Belém) (Derenji, 1998, p. 106-7)

As ruas próximas às casas de luxo e palacetes, bancos e casas de aviação, onde circulava a elite econômica paraense, foram alargadas e as principais transformadas em Boulevards com espaço livre para circulação intensa de veículos. As vias receberam serviços de arborização e calçamento, praças e bondes.

16.600 casas remodelam-se em elegantes construções, com a persistência das captaes onde se manifesta firme progresso. 15 belas praças e centenas de ruas guarneçadas com cerca de 30.000 árvores bem alinhadas e vastos jardins bem cuidados e elegantes, são hoje servidas por iluminação e viação electricas dignas de menção. (Revista Da Semana, 1908, apud Soares, 2008)

A organização dos estabelecimentos comerciais também sofreu forte interferência da

municipalidade. Dois mercados na área do Ver-o-Peso foram construídos e outros privados foram autorizados com o intuito de retirar os vendedores ambulantes da paisagem urbana e aglutiná-los em uma área que facilitasse a inspeção sanitária. Outro feito da intendência foi a criação do Matadouro municipal, onde se abatiam os animais para a distribuição de carne para consumo, em áreas longínquas, localizado em terras da vila de Pinheiro (atualmente Icoaraci) e foi explorado pela Companhia Pastoril Paraense a partir de fevereiro de 1905 sob as exigências “da estética e higiene hodierna.”

Na crise sanitária da peste bubônica, promoveu a criação do Crematório Municipal para incinerar as vítimas da doença e do Necrotério próximo ao porto da cidade, local aonde quase sempre chegavam as moléstias. Além disso, promoveu a limpeza e manutenção dos cemitérios Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel, os quais criticou sua arquitetura, pois “não possuíam uma sensibilidade estética refinada” (Sarges, 1998, p. 146).

Lemos buscou apagar o passado de “atraso” da capital da ex-província do Grão-Pará e fazer jus aos títulos conferidos a Belém de “Paris dos Trópicos”:

A abertura de novas avenidas, para fazer penetrar o ar e o sol em bairros e quarteirões insalubres; o calcamento em larga escala e conservação das vias publicas, para impedir a infecção do solo; a arborisação systematica das praças e avenidas, para entreter a pureza da atmosphaera; a regulamentação da edificação urbana; a incineração das immundicies; o aterro e drenagem dos pantanos; a construção d'um cemiterio modelo; a remoção matadouro e estabelecimentos insalubres; a creação de novos arrabaldes; o desenvolvimento material e moral dos districtos do interior; e a construção de uma rêde de exgottos destinada a recolher os residuos da vida animal, para 56 transportal-os ao longe e utilisal-os em proveito da agricultura, a par com uma distribuição d'agua sã e largamente abundante, para satisfazer a todos os usos domesticos e a todas as necessidades do serviço publico, tudo isto indica em suas grandes linhas as condições fundamentaes do saneamento de Belém e revela que na administração do municipio um dos maiores cuidados sem prendido á salubridade publica e á hygiene geral da cidade. (Belém, 1902 Apud Pantoja, 2021, p. 55)

Como podemos observar, a concepção de urbe de Lemos particiona a cidade em espaços de acordo com a finalidade e classe social e assim o fez: havia espaços para venda de gêneros alimentícios, ambulantes, estábulos para criação de animais, espaços de lazer, etc. O processo de urbanização de Belém foi palco de inúmeras contradições, pois à medida que se investiam no aburguesamento de novos bairros, outros novos também eram criados para moradias pobres e conseqüentemente o seu afastamento do centro da cidade.

A partir de uma série de leis, buscou influenciar a vida privada dos habitantes para assegurar que os espaços e hábitos fossem praticados de acordo com sua visão de civilidade e,

portanto, aplicar a ordem social e higiênica que buscava. Um desses atos foi a substituição do antigo “Código de Posturas” de 1894, por um “Codigo de Policia Municipal” instituído pela lei nº 276, de 3 de julho de 1900, evidenciando

o caráter controlador da administração lealista, como base de aplicação de medidas que viessem porventura a ser contestadas e cujo interesse, na voz do administrador, era “o progresso do opulento município de Belém”. Importa lembrar que a idéia de codificar as leis municipais, embora já existissem as posturas, está associada ao interesse que tinha em torná-las “modernas” e colocá-las a serviço da disciplinarização do meio urbano. ” (Sarges, 1998, p. 135).

O Código seguia basicamente “dois princípios formais: os de higiene e o das normas estéticas que, na prática, eram comumente associados” (Derenji, 1998, p. 110) e seus 156 artigos eram distribuídos em oito títulos e 26 capítulos e estabelecia um conjunto de normas, infrações e punições direcionada tanto a vida pública quanto a vida privada dos habitantes de Belém e regiam sobre Higiene, moradia e garantia da população, respeito à moral e aos bons costumes, repartições públicas e privadas, tratamento de animais, alimentação, saneamento, serviços, construção.

Entre os 156 artigos do Código, trazemos o artigo 58 do título III denominado “Commodidade e garantia dos habitantes”, onde se proibia uma série de práticas consideradas impróprias para uma sociedade civilizada:

- I - Limpar vasilhas ou seccal-as.
  - II - Joeirar, peneirar ou seccar generos.
  - III - Matar animaes ou preparal-os.
  - IV - Fazer curativos em animaes, salvo caso de urgência reconhecida.
  - V - Partir Lenha, cozinhar, torrar café
  - VI - Acender fogareiros, fazer fogueiras.
  - VII - Sacudir tapetes, esteiras ou coisas semelhantes.
  - VIII - Urinar fora dos mictorios públicos
  - IX - Deixar lixo, entulho, detritos ou qualquer coisa liquida ou solida que cause damno, suje ou incomode, salvo o lixo que for destinado á usina de cremação e que será depositado em vasilhas apropriadas, nas horas para esse fim designadas pela intendência;
  - X - Estender ou bater couros, assolhar peixe, carne ou qualquer outro objeto: lavar, córar, extender ou enxugar roupa mesmo que seja nas janelas de prédios.
- (Belém, 1900, p. 49).

Percebe-se o esforço da intendência em erradicar os antigos hábitos da população que eram muito comuns a uma pequena cidade que acabara de sofrer um acelerado crescimento, pois ainda reproduzia atividades de cidades pequenas e campestres como lavar louças e roupas

em rios, preparar alimentos ao ar livre e fazer fogueiras. Estas práticas eram incompatíveis com a idealização de cidade moderna e civilizada por Lemos e, portanto, passaram a ser reprimidas.

Algumas posturas que perturbassem a ordem e o bem-estar dos habitantes do centro aburguesado podem ser observadas no artigo 110:

- I - Fazer bulha e algazarra e dar altos gritos sem necessidade;
- II - Apitar ou dar qualquer signal de que usam as patrulhas e officiaes rondantes, excepto nos casos de pedir socorro;
- III - Fazer batuques ou sambas;
- IV - Tocar tambor, carimbo ou qualquer instrumento que perturbe o socego publico;
- V - Disparar armas de fogo, excepto por dever de serviço público ou necessidade de defesa propria;
- VI - Accender fogos do ar, disparar roqueiras e bombas depois das 10 horas da noite, sem licença da Intendencia (Belém, 1900, p. 55)

Estas tais posturas consideradas impróprias incluem principalmente tradições da população mais pobre como festejos, batuques, danças e soltar bombas, portanto, percebe-se novamente a repressão aos grupos que não faziam parte da elite gomífera e deviam se adequar aos novos hábitos ou serem afastados do centro da cidade.

Práticas consideradas ataques contra a moral, como a embriaguez, descrita no artigo 111, também foram combatidas com detenção, sendo a pessoa levada para as estações policiais e permanecia até passar os efeitos do álcool e liberada após o pagamento de uma multa. Ainda sobre a Moral e os bons costumes, o código estabelecia em seu artigo 128 proibição de práticas como:

- I - Proferir palavras obscenas, nas ruas e logares publicos;
- II - Escrever ou desenhar; nos muros e paredes dos edificios, phrases ou figuras obscenas e immoraes;
- III - Distribuir jornaes ou qualquer impresso e gravuras de desenhos immoraes e indecentes;
- IV - Praticar em publico actos ou gestos reputados ofensivos á moral e á decência;
- V - Andar em público em completa nudez ou com trajo indecente ou dilacerado;
- VI - Tomar banho nos poços e fontes publicas, ou despido no litoral;
- VII - Chegar á janela ou porta em trajo indecente ou em completa nudez ou conserva-se em casa em taes condições de maneira que seja visto pelos traesentes. (Belém, 1900, p. 63).

A linguagem tanto escrita, quanto falada também foi alvo de coerção da Intendência, sendo combatido qualquer hábito que fosse considerado imoral, inclusive o costume de tomar banhos despido publicamente que, segundo Almeida (2010) era comum em baixo das pontes,

quintais e nas praias do litoral da cidade entre uma boa parte da população, principalmente sua parcela mais pobre e que desde o Império, o poder público preocupava-se em combater tais práticas por considera-las atentatórias à “moralidade pública”, principalmente entre um “povo civilizado”.

Além do comportamento dos habitantes, a forma de construção de casas e prédios passou a ser regulamentada a partir do Código de Polícia. O Capítulo XII intitulado “Pantanos, aguas pluviaes, lixos e imundícies” fixava regras sobre a aterramento, esgotamento de águas da chuva e dejetos e no seu artigo 46, obrigava os proprietários “a dar sahida ás agua pluviaes dos quintaes ou pateos para a rua, derivando-as por meio de canos ou exgottos cobertos” (Belém, 1900, p. 35). Já no capítulo XVII intitulado “Regularidade da edificação: numeração dos prédios e hygiene dos mesmos” era estabelecido padrões arquitetônicos e materiais à luz do higienismo, ou seja, que permitisse os ambientes permanecerem iluminados, aerados e construídos com materiais duráveis e resistentes à ação de insetos. Podemos observar no artigo 85 a fixação destes padrões de construção:

Art. 85º - A edificação ou reedificação de um prédio depende das seguintes condições, que devem ser rigorosamente satisfeitas:

I - A altura minima entre a soleira e a linha de base da cornija será de cinco metros;

II - A altura minima das portas quatro metros, e das janellas tres metros;

III - A altura da cornija será proporcional à altura dos predios;

IV - A altura da platibanda nunca será inferior a 0,80;

V - Nenhum commodo ou divisão terá menos de doze metros de área;

VI - A altura da soleira das portas será no máximo de 0,20 sobre a calçada ou passeio, salvo no proprio predio áquellas que precisarem soffrer alteração por causa do declive da rua.

§ 1º - Não será permittido:

I - O uso de madeira nas nesgas, hembreiras e em geral no quadro da fachada que dêr para a via publica, embora seja o predio recuado do alinhamento;

II - Construir portas, janellas, venezianas ou cancellas, de modo que as folhas abram para a rua. A's que já existirem fica marcado o praso de tres mezes, contados da publicação d'este, para a sua transformação ou regularização;

III - Construir meias-aguas na linha da roa, excepto afim de resguardar materiaes para obras em construcção e durante ella, mediante licença especial;

IV - Construir alpendres, sapatas, degráos ou escadas fóra do alinhamento da parede externa dos predios, muros ou cercados;

V - Empregar madeira de pinho na construcção das casas;

VI - Cobertura de palha nas casas situadas no perimetro urbano da cidade e no resto da área a esta destinada, sem licença especial da Intendencia;

VII - Construir cercas de madeira em terrenos situados em ruas, travessas, praças e estradas calçadas, ou naquelas em que, embora não calçadas, não fôr isso permittido (Belém, 1900, p. 47).

Além disso, havia exigências a respeito da delimitação de propriedades situadas em

ruas, praças, travessas, avenidas e calçadas que deveria ser murada “solidamente ou com aparência exterior de casa, ou com gradil de ferro” (Belém, 1900, p. 49) e a necessidade de elevação da edificação por meio de

uma camada de pedra britada, cimento e areia, de 0,20m de espessura, no mínimo, ou de um porão sem compartimento, de altura mínima de 0,80m e máxima de 2,50m, o qual nunca poderá servir de habitação, devendo tais porões ser providos de aberturas ou oculos para arejal-os convenientemente (Belém, 1900, p. 50)

Esta medida tinha a finalidade combater infiltrações provenientes da humidade do solo e, portanto, tornar o ambiente menos suscetível a degradação e aparecimento de mofo. As normas arquitetônicas impostas pela intendência para melhorar a aparência ou as condições habitacionais das casas não seriam acatadas pelo cumprimento da lei “mas, sim, por medidas de coibição contra a construção das demais edificações que não estivessem condizentes com o projeto de modernização de Belém” (Soares, 2008, p. 88). Outrossim, as inúmeras exigências para tentar padronizar as habitações à uma estética condizente com a urbanização da cidade, modificando a antiga “planta ‘monótona, das fachadas inexpressivas,” (Derenji, 1998, p. 109) em um modelo aburguesa europeu refletiu “mais que preocupações higiênicas e estéticas, pois materializou as radicais modificações socioeconômicas ocorridas nas metrópoles amazônicas, em especial a ascensão e enriquecimento de alguns segmentos da sociedade ligados à economia da borracha. A arquitetura tornava-se, assim, uma das linguagens da construção de uma identidade social para esses segmentos da sociedade nortista” (Derenji, 1998).

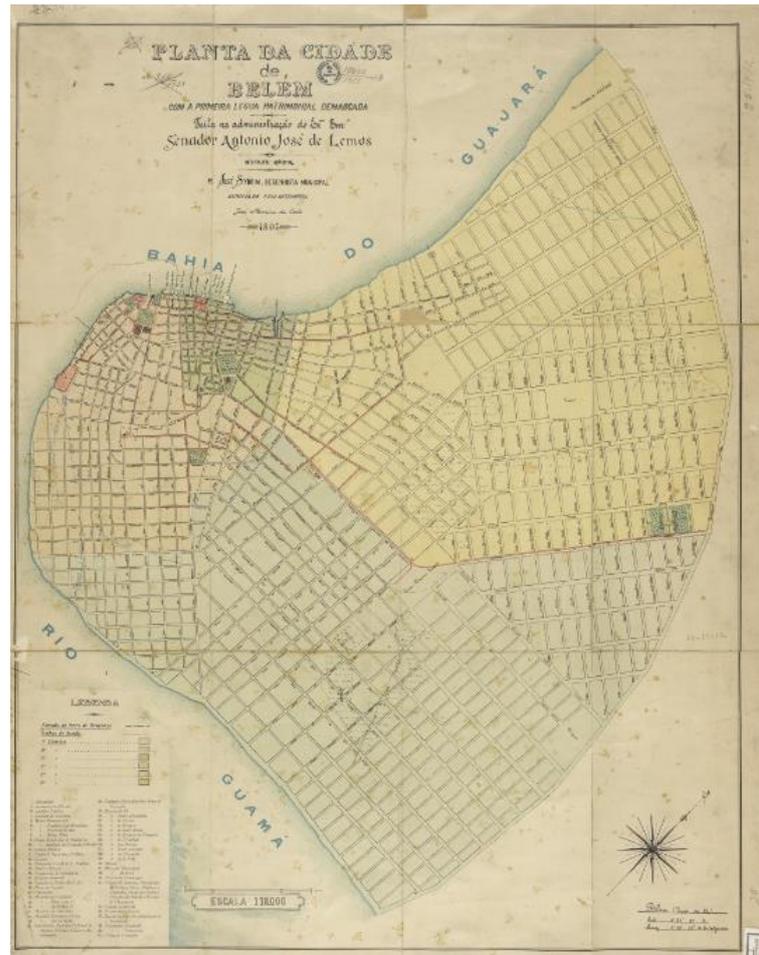
Além do mais, o código de polícia proposto objetivou regular o comportamento das pessoas, eliminando antigos hábitos e vícios que não estavam alinhados à proposta de civilidade do Intendente e influenciou diretamente nas normas arquitetônicas da época e conseqüentemente na Arquitetura da Primeira República em Belém. Iremos observar adiante que estas exigências poderão ser observadas ao analisamos o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré.

A cidade de Belém surge redesenhada na Primeira República e se insere definitivamente na lógica Liberal em ascensão desde as décadas finais do Império. A localização dos imóveis sofreu o fenômeno da especulação imobiliária e passou a se evidenciar como um fator de riqueza, tendo-se como referência “boa localização” as áreas próximas ao Porto da cidade. Além disso, o código de polícia tinha “um caráter autoritário e segregacionista, posto que, obrigava o seu construtor a seguir um conjunto de regras que, em suma, serviam para a obstrução da construção de casas não condizentes com o projeto de modernização urbana de

Belém, o que provocava uma redistribuição da população no meio urbano” (Soares, 2008, p. 87). Desta forma, a zona portuária, fundamental para o escoamento da produção da borracha e importação de produtos europeus, se tornou a região mais elitizada, causando especulação também nas áreas próximas à Cidade Velha, que “acabaram cedendo espaço para as funções comerciais ligadas à borracha, o que provocou um efeito cascata, forçando a migração de famílias ali residentes para bairros mais afastados”. Segundo Sarges (2002), esse movimento originou os atuais bairros de Nazaré, Umarizal e Batista Campos, onde os lotes de terra ainda eram mais baratos e a criação de assentamentos periféricos mais afastadas como os bairros da Pedreira e Canudos. O bairro de Nazaré possuía inúmeras rocinhas e chácaras no qual uma delas morava o comendador Pimenta Bueno, cuja residência foi comparada para instalar o Instituto Paraense de Educandos Artífices.

A partir da Planta de 1905, desenhada por José Sidrim, que obedece ao plano urbano elaborado por Manoel Odorico Nina Ribeiro até o limite da 1ª Léguas Patrimonial, podemos visualizar a disposição dos bairros e o desenho ordenado das novas vias criadas pela Intendência para venda de novos lotes de terra e, conseqüentemente, a captação de recursos para a municipalidade.

**Figura 5** - Planta da Cidade de Belém por José Sidrim (1905).



Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

Veremos adiante a descrição da região onde se situou as origens do instituto Lauro Sodré e que por conta do crescimento da região, necessitou ser transferido para um prédio adequado e em uma região mais afastada. Havia grande preocupação na disposição dos prédios destinados ao funcionamento de instalações para crianças desvalidas, como vemos na revista Educação e Ensino de 1892 que “encravado em uma rua, entre muitas edificações de uma cidade, não sómente respira uma atmospherá impura, como se torna, por seu turno, um fóco de augmento a estas impuresas, para uma área apreciável” (Pires, 1892b, p. 18). Também era importante que a instituição não ficasse próxima à cidade para facilitar a vigilância dos educandos e impedi-los de fugir, prática comum no Instituto Paraense de Educandos Artífices. Portanto, segundo o pensamento higienista, o ideal seria um prédio afastado das agitações urbanas e sem edificações ao seu redor para facilitar a ventilação e iluminação.

O Orfanato Municipal é um exemplo de projeto ideal para a instrução de desvalidos na concepção Lemista. Inicialmente a instituição funcionou em prédios arrendados para abrigar meninas órfãs e desvalidas, porém o Intendente pretendia transferi-la para uma edificação a ser

construída distante do centro da cidade e isolada para impedir fugas. O orfanato funcionaria em Santa Izabel, localizado a aproximadamente 40km do centro, e acessada por meio do chamado varadouro dos índios Tupinambá<sup>37</sup>, vila na qual “Lemos possuía uma relação proximal com a referida Vila, pois lá possuía um sítio chamado Moema, no qual costumava repousar” (Pimenta, 2012, p. 85). Além disso, a estrada de ferro Belém – Bragança, via que interligaria o Norte do Pará ao Nordeste do estado, seguindo até o Maranhão, já estava sendo construída. Segundo Pimenta (2012), até o ano de 1910, as órfãs não haviam sido transferidas para o novo prédio, pois estava com o seu primeiro pavilhão por ser terminado. Devido à crise econômica causada pelas quedas nas exportações da Borracha e a deposição de Lemos do cargo de Intendente, “as educandas continuavam em Belém morando no prédio alugado pela intendência, até o ano de 1930 (Pimenta, 2012, p. 88)”, sendo transferidas para o prédio com as obras concluídas em Santa Izabel apenas no fim da Primeira República.

Ressaltamos também no plano espacial proposto pela intendência a criação de duas instituições do campo da assistência social: O Asilo da Mendicidade e o Asilo dos Alienados.

O Asilo dos Alienados foi fundado em 1892 como “solução para o problema dos loucos na cidade” (Meira, 1984), pessoas que perturbariam a ordem proposta pela intendência. Sua arquitetura era monumental e seguiu os parâmetros higiênicos para esconder o tratamento do poder público aos deficientes, visto ser descrito pela Intendência como um prédio “rasgado em janellas para a alegria perenne das mattas, mal pensará que ali estejam encerradas dezenas de loucos e maníacos, uma multidão grotesca de desgraçados, indiferentes” (Belém, 1902, p. 7). A escolha da sua localização perpassou o plano higienista de Lemos, sendo alocado na estrada de ferro Belém-Bragança, na proximidade do Marco da Léguas, que registrava o fim dos primeiros limites da cidade. O edifício situava-se em frente ao Bosque Rodrigues Alves e possuía algumas casas de verão ao redor e foi demolido para funcionar o campus de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Pará.

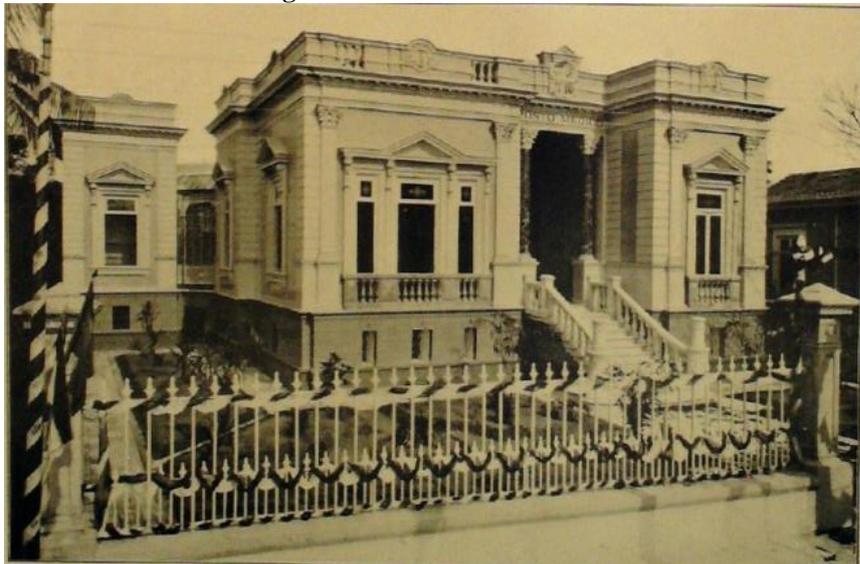
Já o Asilo da Mendicidade foi criado para abrigar gratuitamente indigentes que esmolavam nas ruas da cidade desde que comprovassem “estado de completa indigência”, a partir do fornecimento de atestados fornecidos por pessoas idôneas e submissão de exames médicos que certificassem a sua incapacidade para o trabalho. Sua criação foi determinada pelo Conselho Municipal de Belém, através da Lei n. 238, de 3 de julho de 1899, e a partir desta

---

<sup>37</sup> Grupo indígena que habitava no Pará dizimado com a chegada dos colonizadores, por meio de confrontos, ao serem forçados ao trabalho escravo, e por doenças que eram comuns aos colonizadores. Tal grupo faz parte da formação étnica do estado do Pará (Pinto, 2004).

data, estabelecia que: “(...) fica proibido, n’esta cidade, esmolar à caridade publica nas ruas, praças, igrejas e edificios públicos ou privados, sendo recolhido ao referido hospício todo aquelle que for encontrado n’aquelle exercício”. O local escolhido para a construção do asilo situava-se além da Primeira Légua Patrimonial da cidade, à margem da avenida Tito Franco e Estrada de Ferro Belém-Bragança, “localizado no surburbio mais saudável de Belém e dispõe de todos os melhoramentos e comodidades” (Relatório da Intendência Municipal, 1897-1902, p. 222).

**Figura 6** - Asilo da Mendicidade



Fonte: Lemos, 1907, p. 41

O Instituto Lauro Sodré teve seu prédio construído entre os anos de 1893 e 1904, também na estrada de Ferro Belém-Bragança, entre estes dois asilos já mencionados, em uma região de afastamento descrita por Lemos como “subúrbio mais saudável de Belém”. Portanto, já podemos perceber que era fundamental para a instrução de desvalidos no Instituto deveria ser longe das agitações do centro e da pomposidade burguesa. Além disso, entre “loucos” e “mendigos”, os meninos desvalidos foram colocados em uma região de alto grau de isolamento.

### **1.5 O Instituto Lauro Sodré: “um estabelecimento todo especial, duplamente productivo”**

O afastamento de crianças pobres do centro urbano, sua instrução para atender as demandas por serviços pertinentes ao desenvolvimento da cidade e o combate a mendicância é mascarado por um discurso de enaltecimento da Instrução Pública como requisito para civilidade e evolução da sociedade. Na concepção dos republicanos, o Instituto simbolizava o

projeto de Instrução Pública primária e profissional para crianças pobres simboliza

**um estabelecimento todo especial, duplamente productivo:** entrega annualmente á sociedade um grupo de operarios instruidos e deixa accumular no erario publico avultadas sommas economisadas, devido á orientação pratica que n'elle imprimiu o Sr. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado (Pará, 1904, p. 118) (grifo nosso).

O discurso sobre a instituição como um grande feito chegou ao auge no evento intitulado “A visita”, uma cerimônia realizada no dia 19 de agosto de 1903 pelo governador Augusto Montenegro, o qual convidou o intendente de Belém Senador Antônio Lemos, os Secretários de Estado, os membros do Congresso Legislativo, todos os Intendentes dos diversos municípios do Estado, a alta magistratura e os chefes de todas as repartições públicas para conhecer as instalações do Instituto.

Os visitantes percorreram as dependências da instituição e assistiram o funcionamento das aulas e oficinas durante toda a manhã e tudo foi registrado e estampado no jornal A Provincia do Pará do dia seguinte:

O sr. Dr. Augusto Montenegro, ladeado pelo sr. senador Antonio Lemos e Ernesto Mattoso percorreram, demoradamente, todos os compartimentos do instituto, as aulas, o refeitório, onde estava posta a meza para o almoço; a enfermaria em que havia apenas tres doentes; a cozinha, etc. D'alli passaram os visitantes para os pavilhões situados na parte posterior do edificio, examinando a lavanderia, o estabulo, as officinas de marcenaria, de alfaiataria, de encadernação, de typographia, de funilaria e de ferraria e a horta cheia de viçosos legumes. Em todas as officinas, garridamente enfeitadas, notamos os retratos dos srs. drs. Augusto Montenegro, Paes de Carvalho e sr. senador Antonio Lemos (Pará, 1904, p. 9).

O Governador do Estado ao lado do Intendente de Belém e do Diretor do Instituto realizaram uma visita simbólica em todos os compartimentos, sendo tudo minuciosamente registrado para a Monografia do instituto e para a Imprensa, como artifícios para exaltar o governo. Percebemos a importância dada aos governadores Augusto Montenegro e Paes de Carvalho e ao Intendente de Belém, inclusive sendo destacado seus retratos em todas as oficinas da Instituição.

Pela estacadaria larga e arejada que conduz ao pavimento superior, toda ella enfeitada vistosamente de ramos vegetaes, subiram os hospedes, visitando os dormitorios, a secretaria e a rouparia. Eis-nos finalmente no salão de honra. Não sabemos de nada mais requintadamente artistico do que a disposição dos ornamentos d'esse salão onde teve logar o almoço de 180 talheres (Pará, 1904,

p. 10).

Há destaque também para enaltecer os detalhes arquitetônicos da instituição durante a visita finalizada no refeitório onde é registrado o “Almoço de 180 talheres”, capítulo destinado para enaltecer a decoração do ambiente e de todos os símbolos usados para da República:

No fundo do salão, lado do corredor, avultava custoso docel de velludo vermelho e branco. As cortinas d'esse magestoso adorno, franjadas de oiro, cahiam de uma dupla galeria doirada, arrepanhadas por amplas fitas auri-verdes. Ao fundo, feito de velludo carmezim, destacavam-se em quadrados em custosas molduras os retratos dos drs. Augusto Montenegro e Paes de Carvalho e do senador Antonio Lemos.

Sobre o primeiro achavam-se as armas da Republica e sobre os dois ultimos as do municipio de Belem. No soalho, coincidindo com” cada quadro, tres columnatas erguiam-se sustentando vasos em que plantas naturaes abriam os leques viridentes e tenros. Ao longo das paredes outras columnatas e vasos também com vegetaes davam um aspecto de jardim inglez áquelle salão magnifico.

Adornando os muros, escudos variados, de phantasia, atravessados por uma zona branca em diagonal, onde se liam os nomes dos quarenta e nove municipios do Pará (Pará, 1904, p. 11).

Ressaltamos por fim o discurso do governador Augusto Montenegro que evidencia a valorização da instrução pública e sua suposta finalidade:

Que bella coisa a instruccção popular! Que extraordinaria auerola para o administrador, seuioso de gloria e de renome! [...] hoje, posso mostrar aos vossos olhos admirados esta casa, gloria e honra da nossa tera, arsenal em que a paz e a sciencia preparam os futuros cidadãos que hão de servir á patria com carinho e amor, officina em que o Estado cumpre o mais nobre dos deveres, a caridade, não essa que se contenta com a esmolaque humilha e abate, que desmoraliza o que dá e avilta o que recebe, mas aquella outra que doutrina, que todo o cidadão, por mais pobre, por mais desprovido dos favores que a fortuna ou as posições podem dar, tem o direito sagrado de exigir da communhão social, que o apparelhe para as asperas luctas da vida, que ensine a crança para não encarcerar o homem (muito bem, plamas), que, enfim, transforme um parasite, condemnado a viver á custa da sociedade, em um elemento productor de vida instensa material, intellectual e moral (Pará, 1904, p. 13).

Nota-se que o apoio caritativo realizado às crianças desvalidas na Casa dos Educandos é totalmente abandonado e até repudiado. No lugar da caridade, há a substituição da instrução primária e técnica como instrumento de controle social dirigida a crianças “contaminadas pelo vicio do meio em que vivem” (Pará, 1904, p.13), antes vistas como “uma ameaça para o futuro” (Pará, 1904, p.13), e que passaram a ser “futuros cidadãos e trabalhadores

fundamentais para o progresso da nação” (Pará, 1904, p.13).

A instrução primária no Instituto seguia o programa de ensino dos grupos escolares do Estado, já os cursos profissionais se dividiam às áreas agrícolas e industriais. O curso agrícola era "constituído pelo estudo de tudo quanto se relaciona com a agricultura em qualquer dos seus ramos e com a pecuária, particularmente sua hygiene, e zootechnia" e possuía três cadeiras durante a especialização: "Historia Natural, compreendendo noções de geologia, botanica e zoologia, com applicação à agricultura tropical; agricultura, horticultura, fruticultura e sylvicultura; Zootechnia e veterinaria. O curso agrícola é uma novidade para o instituto que antes possuía apenas formação industrial. É possível que a criação do curso tenha ocorrido por conta da preocupação com os alimentos e a criação dos animais em Belém, que recebeu inúmeras intervenções por conta do código de polícia de 1900. Já o curso industrial compreendia a formação de “carpinteiro, marcenaria e torneiro; typographo e impressor; encadernador; serralheiro mechanic; funileiro; sapateiro, surrador, curtidor e corrieiro; e alfaiate”. Ambos os cursos tinham 6 anos de duração, sendo quatro de instrução primária e 2 de especialização no curso. O curso teórico era compreendido em elementar (4 primeiros anos) e complementar (2 últimos anos). Sobre o programa de disciplinas, o curso elementar possuía:

- Primeiro ano: leitura, escrita e aritmética;
- Segundo Ano: leitura, escrita e aritmética;
- Terceiro Ano: leitura, escrita, português e aritmética;
- Quarto Ano: Leitura, escrita, português, aritmética, geometria, geografia e história.

Já o curso complementar possuía no:

- Primeiro Ano: leitura, escrita, português, aritmética, geometria, geografia e história;
- Segunda Ano - leitura, escrita, português, aritmética, geometria, geografia e história.

Há importantes observações no fim do programa do curso teórico que dizem a respeito da finalidade do ensino, como por exemplo, o ensino de Português que deveria se limitar a

dar aos almnos o conhecimento preciso para que possam falar e escrever regularmente a lingua materna”. Assim como o ensino de Aritiméca onde o "professor deveria ser **o mais restricto possivel** nos limites da materia, evitnado assim excesso de extesão e difficultade. Attenderá especialmente o lado practico das operações, de modo que o ensino se torne util pelos exercicios e escolhas de problemas consoantes á vida commum. [...]De acordo com estes preceitos, **o professor evitará a fadiga e confusão do alumno,**

**aproveitando o que de mais utilidade julgar das materias do programma por meio de compendios resumidos e claros** em suas definições (Pará, 1904, p.48) (Grifo nosso).

O ensino de geometria, buscava especializar o aluno ao "desenho à mão livre, o qual, além de superficial, será restrictivamente pratico" (Pará, 1904, p. 48). A geografia deveria garantir que o aluno aprendesse

noções syntheticas da terra e das cinco partes do mundo, dos paizes da America do Sul, especialmente do Brazil e do Pará, com accentuada preocupação de **evitar minucias, nomenclaturas extensas, dados estatisticos e tudo quanto possa sobrecarregar a memoria do alumno** (Pará, 1904, p. 49) (Grifo nosso).

O estudo de cosmografia limitava-se às definições e exposição das leis elementares [...] de modo verdadeiramente simples e, tanto quanto possível, intuitivo (Pará, 1904, p. 49).

Percebe-se a frequência de termos que limitem o ensino, onde se justifica na preocupação do desgaste dos alunos. Porém, o que se pode perceber é que o ensino deveria ser básico e restrito ao que seria útil para o curso profissional, ou seja, o discurso enaltecido sobre a Instrução republicana se contradiz com a limitação de saberes a serem passados aos educandos, uma vez que seu real propósito seria a formação de operários hábeis e não de pessoas com senso crítico para questionar a ordem estabelecida.

Por fim, o ensino de história era realizado por meio da lição oral, pois era "preciso considerar que não venha elle redundar em sobrecarga para o cerebro melindroso da creança". Assim procedia-se inicialmente "a narração pelo professor ou lida pelo alumno, deverá ser reproduzida oralmente, primeiro com o auxilio de perguntas, depois como exercicio de e locução e finalmente como trabalho escripto. É este o verdadeiro caracter que deve ter o ensino de historia" (Pará, 1904, p. 49)

A história que compreendia ao destaque de personalidades importantes para o Brasil segundo os republicanos e à crítica ao regime monárquico era realizado pela oralidade e repetição, sem debates com questionamentos dos fatos e, portanto, sem uma formação crítica.

Segundo Ernesto Mattoso, diretor do Instituto, o curso secundário sofreu redução para priorizar o ensino técnico:

No programma de ensino d'esta casa, se por ventura suprimiu alguns livros ao estudante, augmentou consideravelmente as ferramentas ao **alumno-operario**. Se os nossos discipulos com a supressão de certas cadeiras do ensino secundario, tiverão menos livros a estudar, aprenderão em

compensação nos bancos do officio maior somma de conhecimentos uteis (Pará, 1904, p. 110).

Percebemos que o ensino profissional é priorizado em detrimento ao teórico e a formação de operários habilidosos é tratada como finalidade principal do instituto, seja para promover receitas para a instituição ou para transformar meninos pobres em operários e, portanto, para continuarem pobres. Em um de seus discursos, Ernesto Mattoso utiliza uma fala do Ministro Jules Ferry, “universalmente respeitado pelo seu saber, dirigindo-se em 1890 a uma das sociedades divulgadoras do ensino profissional” (Pará, 1904, p. 110), para reforçar a importância de um programa voltado ao ensino de ofícios em detrimento do curso primário/secundário:

A formação do homem pelo officio era uma das mais seguras garantias de sua moralidade e da plena autonomia de sua consciencia. O officio, dizia elle, prende-se mais profundamente á cultura scientifica, do que a erudição escolastica. Póde-se apoiar sobre o officio uma concepção social ou philosophica mais reflectida do que sobre as theorias e a logica puramente da razão. Em uma palavra, o ensino profissional prepara uma precoce maturidade, enquanto que a educação demasiadamente classica contribue para uma infancia caduca. E assim pensando o nosso querido Governador deenvolveu com extraordinaria efficacia o ensino profissional n'esta casa de instrucção e de trabalho (Pará, 1904, p. 110-111).

Desta forma, ao analisarmos os elementos que conceberam a instituição desde o Império e as influências que permearam o projeto arquitetônico em questão, percebemos que a concepção de educação para meninos desvalidos na Primeira República no instituto tinha vários objetivos.

Primeiramente, desde o IPEA, os alunos deveriam receber a formação profissional para servir de mão de obra no desenvolvimento da cidade que crescera aceleradamente com a efervescência da economia da Borracha.

Para a construção da nova paisagem urbana [...] surgiria uma nova força de trabalho, composta por operários, serventes, ajudantes e construtores que ajudariam na construção e manutenção de obras públicas, e no desenvolvimento de outros ofícios propriamente urbanos, como alfaiates, sapateiros, relojoeiros, marceneiros, dentre outros profissionais (Sarges, 1998, apud Soares, 2006, p. 46).

Estes trabalhadores, além de serem capacitados, deveriam estar alinhados ao novo modo urbano de viver em Belém, ou seja, respeitar o código de polícia que alinharia o ser civilizado ao seu projeto de cidade moderna. Desta forma, pretendia-se criar um habitante que vivesse

conforme as normas higienistas impostas, trabalhasse conforme as regulações das atividades do código, reproduzisse práticas e hábitos considerados civilizados, respeitasse a moral e os bons costumes e morasse em habitações condizentes com o conjunto arquitetônico aburguesado. Esta última principalmente tornou inviável se morar no centro da cidade, servindo de instrumento de afastamento dos mais pobres para os bairros periféricos. Além disso, os republicanos viam instrução pública como propulsora do projeto político de desenvolvimento do país e consolidação do Novo Regime, associando-a com o progresso da sociedade e com o desenvolvimento econômico. Portanto, à instrução pública “cabia formar intelectual e moralmente a população, daí, sua pertinência para o controle e a ordem sociais” (Souza, 1998, p. 27). Assim, construir e consolidar tal política pressupunha “[...] difundir a escola primária para ‘redimir os analfabetos’ e criar base para o exercício da democracia e para recomposição do poder, que se tratasse de remodelar o sistema educacional para criar uma nova ordem econômico-social” (Xavier, 1990, p. 65). Nesse contexto, a escola profissional

teria se organizado para utilizar seus espaços pedagógicos, com o intuito de disciplinar as camadas pobres e trabalhadoras do Brasil, invertendo assim a desordem nas ruas e a mendicância, na medida em que ensinavam um ofício e inculcavam valores sociais nos alunos, como a ordem social e a valorização do trabalho, tornando seus corpos disciplinados e ordeiros (Cunha, 2005 apud Coelho, 2018, p. 10)

Os documentos que traduzem a política educacional do Instituto nos revelam um currículo que priorizava o ensino profissional ao ensino teórico, tendo este um currículo influenciado pelo positivismo, que valoriza o conhecimento científico em detrimento das ciências da humanidade e que é repassado de forma sucinta para não causar “fadiga” ou “confusão” nos alunos. O regimento também priorizava a ordem, disciplina e o respeito a hierarquia, nos trazendo mais características à concepção educacional do Instituto: um cidadão com valores republicanos, capacitado tecnicamente, ordeiro e disciplinado.

Portanto, percebemos o lugar do menino desvalido no projeto civilizatório e modernizador dos republicanos – receber a mínima instrução teórica para priorizar o ensino de ofícios durante o trabalho nas oficinas a partir de práticas higiênicas e disciplinadoras e estimulados de produtividade e competição, formando assim operários dóceis, empenhados e civilizados, corroborando com tese de Nagle (1990) na qual afirma que a organização escolar manteve durante a Primeira república o mesmo caráter dualista herdado do Brasil Imperial, traduzido na “contraposição entre as escolas de ‘elite’ – secundária e superior- e as escolas ‘do povo’ – primária e técnico-profissional” (Nagle, 1990, p.266). A ideologia do trabalho utilizada

para a criação de instituto para crianças desvalidas, baseada na “exaltação do trabalho honesto e repúdio à preguiça, na condenação redobrada do desperdício e da ostentação, à vida sóbria e respeito pelo corpo” (Schwarz, 2000, p. 610) foi fundamental para atender o contexto de industrialização e os interesses dos setores dominantes.

Entendido quais concepção permeavam a educação dos meninos pobres e órfãos do Instituto, poderemos observar como uma política se transforma em paredes, portas e janelas e descobriremos que as normas arquitetônicas ultrapassavam a finalidade estética e o conforto ambiental, pois elas serviam de instrumentos para adestrar e formar o cidadão/operário ideal.

## 2. A ARQUITETURA ESCOLAR DO INSTITUTO LAURO SODRÉ

O novo prédio do Instituto Lauro Sodré, instalado na Avenida Tito Franco, paralela à Estrada Belém-Bragança, no marco da légua, refletiu as aspirações dos republicanos para a instrução pública de meninos desvalidos. Estes ideais somaram-se às demandas e carências historicamente existentes desde sua instituição-embrião e que foram dotadas de requinte pelo autor do projeto, arquiteto Castro Figueiredo<sup>38</sup> e pelo engenheiro Bento Miranda<sup>39</sup>.

Inicialmente buscamos entender o porquê de as novas instalações não continuarem no mesmo local da instituição anterior e da sua mudança para uma região distante do centro urbano, partindo das reflexões propostas por Escolano (1998), no qual

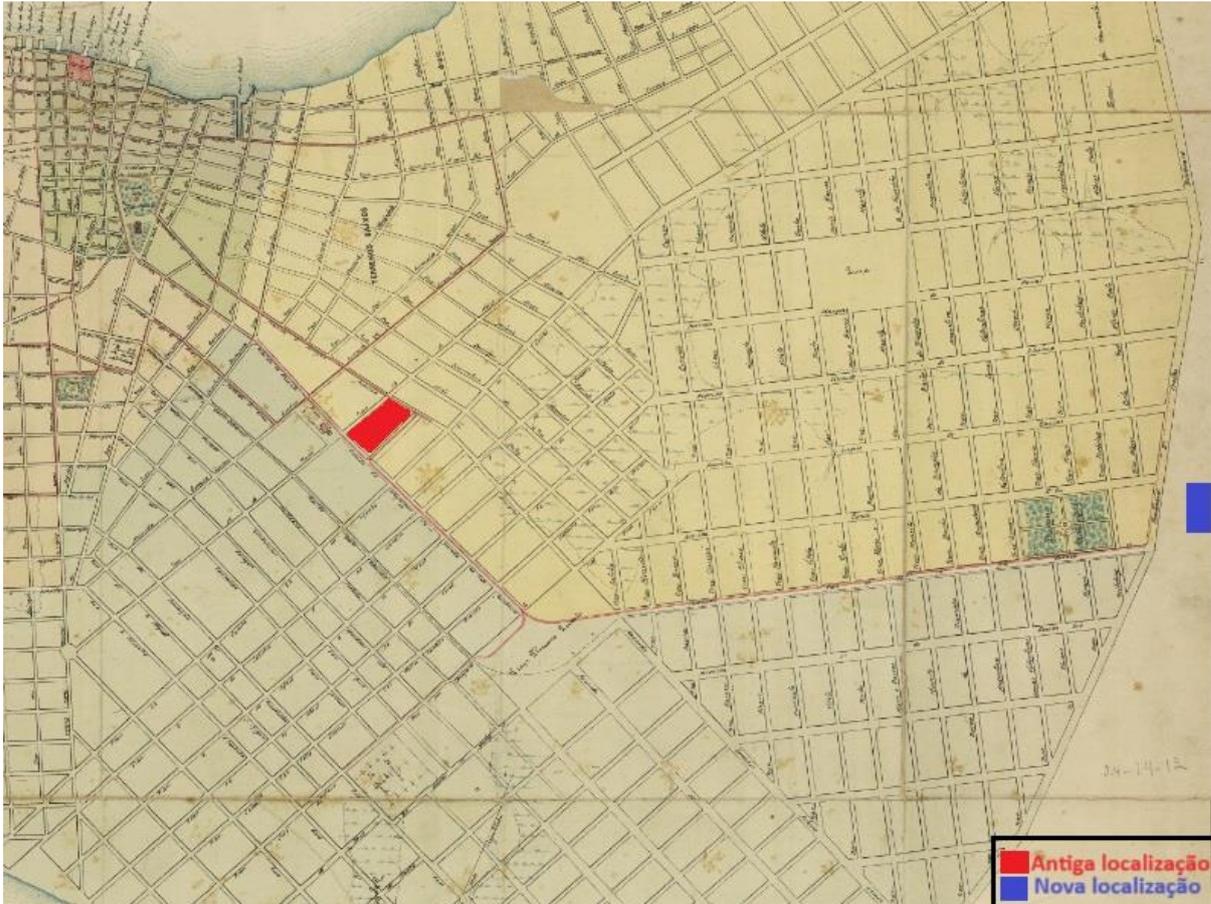
a construção dos espaços escolares não engloba apenas o edifício-escola, mas também o seu entorno e a sua localização na trama de uma cidade, povoado, região, os quais devem ser examinadas como elemento curricular. Nesse sentido, a produção do espaço escolar no tecido urbano pode, por um lado, desencadear leituras que dizem respeito a escola como um componente privilegiado de um urbanismo planificado e, por outro, como uma instituição localizado em suas margens (Escolano, 1998, apud Ermel, 2019, p. 4)

Para visualizarmos esta alteração de local e interação com o tecido urbano, usamos do mapa do município de Belém, elaborado durante a Intendência municipal de Antônio Lemos (1897 - 1911).

**Figura 7** - Planta de Belém com a primeira légua demarcada (1905).

<sup>38</sup> O arquiteto José de Castro Figueiredo foi um profissional de importância na virada do século XIX. Nascido em Belém em 1865, teve seus estudos superiores financiados pelo governo paraense, na administração de Lauro Sodré. Diplomou-se pela Real Academia de Belas Artes de Turim, obtendo primeiro lugar, medalha de prata e uma viagem pela Itália ao finalizar o curso. Suas construções no período incluem obras no Bosque Rodrigues Alves, onde são de sua autoria a gruta e a cascata. Na construção para particulares destaca-se a residência na Avenida Nazaré, esquina da Dr. Moraes, para a família Faciola, projeto datado de 1895. Um dos trabalhos mais duradouros de Castro Figueiredo é, talvez, o de autoria menos divulgada. Foi ele o autor do escudo do Pará que, ainda hoje, é o emblema oficial do Estado (TJPA, 2021)

<sup>39</sup> O engenheiro Bento Miranda foi um dos engenheiros que propôs a construção do Mercado de Ferro em 1899. (IPHAN, s/d).



Fonte: PARÁ, 1905.

A estrada de Nazareth, onde se situava o Instituto Paraense de Educandos Artífices antes da Belle Époque, possuía inicialmente paisagem bucólica, repleta de chácaras e rocinhas e era considerada distante do centro urbano (1º distrito). Devido ao desenvolvimento da economia da borracha, o intendente municipal expandiu a cidade rapidamente a partir de normas sanitaristas e higienistas presentes nos ideais civilizatórios dos republicanos:

A abertura de novas avenidas, para fazer penetrar o ar e o sol em bairros e quarteirões insalubres; o calcamento em larga escala e a conservação das vias publicas [...] a arborização systematica das praças e avenidas, para entreter a pureza atmosfera; a regulamentação da edificação urbana, a incineração de imundícieis; o aterro e a drenagem dos pântanos; a construção d'um cemitério modelo; [...] a construção de uma rêde de exgottos destinada a recolher os resíduos da vida animal [...], uma distribuição d'agua sã e largamente abundante, para satisfazer todos os usos domésticos e a todas necessidades do serviço publico, tudo isso indica em suas grandes linhas as condocões fundamentais do saneamento de Belém e revela na administração do município um dos maiores cuidados sem prendido à salubridade publica e à hygienica geral da cidade (Belém, 1902, p.16).

Os arredores da propriedade do antigo instituto já não estavam mais distantes das

dinâmicas da cidade e, portanto, não atendiam à proposta de “estabelecimentos totais<sup>40</sup> de internamento e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes carentes e sem-família” (Marcílio, 2006, p. 206). Produtores de mão de obra especializada e imbuídos dos valores convenientes à elite, esses estabelecimentos buscavam isolar os educandos para não sofrer “más influências”, inclusive dos familiares pois “para os implementadores das políticas públicas, as famílias eram incapacitadas<sup>41</sup> para criar suas proles” (Barbosa, 2011, p. 101).

Assim, o novo prédio foi idealizado em uma propriedade além da primeira légua de Belém, utilizando a posição geográfica como primeiro elemento de imposição de disciplina dos educandos, uma vez que esta “procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço e, para isso, utiliza diversas técnicas (Foucault, 2000, p. 121) e, portanto, como uma instituição localizado em suas margens para afastar os educandos do aburguesado urbanismo em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, para não haver influências da família sobre a instrução dos alunos.

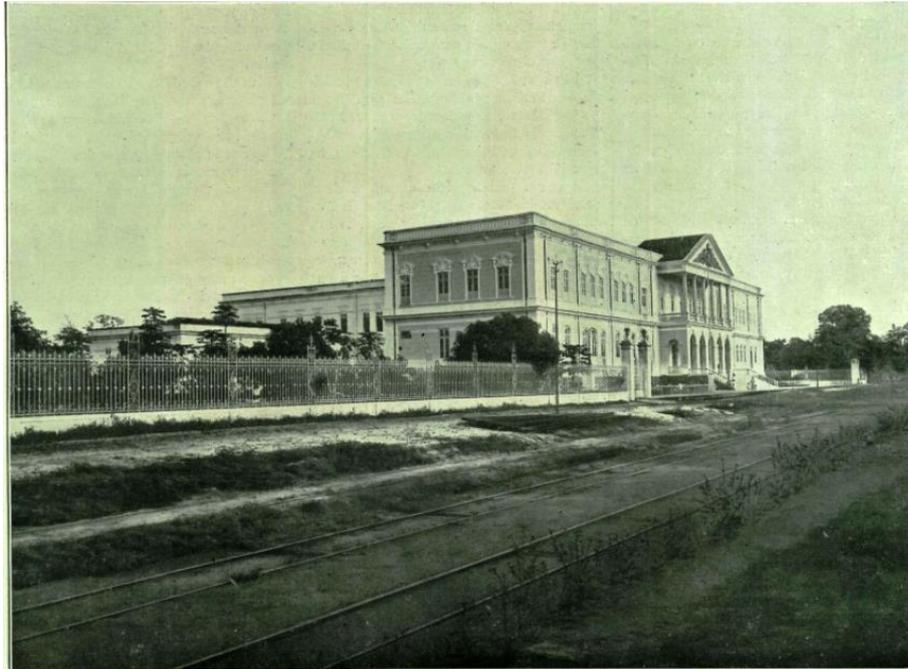
Distante do centro urbano o Instituto reforça a separação física do meio externo, citado por Foucault como “cerca” para separar um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, *um* local protegido da monotonia disciplinar (Foucault, 2000, p. 121). Esta técnica é materializada pelos “cercados de gradis elegantes” (Pará, 1904, p. 9) que contornam toda a propriedade, cujo acesso se dá pelo “amplo portão de ferro, artisticamente feito [...] de ferro batido, bem como o gradil de ambos os lados e forão manufacturas nas oficinas do Instituto” (Pará, 1904, p. 19)

A locação do prédio na propriedade coloca sua fachada rente a via pública, a avenida Tito Franco, resguardando as dependências da visão do expectador externo. Esse limite visual e espacial “é decorrente da antítese entre o espaço exterior e o interior, que tem, na sua fachada, alinha divisória que desperta a admiração daquele que contempla ao mesmo tempo que produz o ocultamento de seu interior (Bencostta, 2005, p. 111).

**Figura 8** - Fachada do Instituto Lauro Sodré.

<sup>40</sup> Estabelecimentos e/ou instituições totais são locais “onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974).

<sup>41</sup> De acordo com Rizzini (2009, p.107), “A ignorância e moralidade da população brasileira era repetido por muitos, principalmente como argumento para justificar a urgência intervenção dos poderes públicos” e, portanto, os internatos seriam o nicho ideal para transmitir à infância desvalida “a educação, a formação, a disciplina, e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família dentro do amor e do preparo para o trabalho (Marcílio, 2006, p.207).



Fonte: Pará, 1908.

A fotografia da fachada demonstra inúmeras intencionalidades: isolamento, afastamento de outras edificações e a natureza ao redor da propriedade. Como já mencionamos, o isolamento era fundamental para “polir” os educandos à concepção educacional hegemônica. Já o afastamento de outras propriedades seria fundamental para dar o aspecto higiênico às instalações, uma vez que adentra melhor a ventilação e a iluminação. A vegetação no entorno também é proposital, pois a utiliza como “barreira acústica, isolando e ocultando o espaço escolar, exigindo a utilização de outra tonalidade de voz, quase sussurrantes” (Schimmelpfeng, 2005, p. 151), o que será evidenciado na economia de gestos e palavras presentes no Regulamento e nas fotografias do cotidiano escolar mostradas ao longo das análises dos ambientes internos do Instituto.

Separar fisicamente a instituição do meio externo sempre foi uma preocupação dos seus dirigentes a fim de garantir a moral e a higiene dos educandos e a segurança interna desde o IPEA, porém a altura do muro era insuficiente e poderiam ser “facilmente galdadas” (Grão-Pará, 1881, p. 1). Na antiga instalação, havia constantes fugas dos internos, fato atestado pela presença de moléstia em um educando até então desconhecida pelos demais. No relatório médico de 1881, costa que o interno Francisco Mendes sofria de gonorreia, uma doença sexualmente transmissível causada por bactéria. Sobre este episódio, o diretor do instituto João Coelho reforça a necessidade de melhor estrutura para segurança interna, pois “não obstante a disciplina e vigilância que emprego, vossa excelência sabe que as vistas do diretor não podem acompanhar os educandos por todas as partes” (Pará, 1881, p. 1).

O novo prédio - que, segundo o Estatuto do Instituto, comportaria 250 internos, podendo ser elevado a 300 quando as circunstâncias permitirem - não poderia se limitar ao isolamento geográfico e aos muros para garantir a ordem e a disciplina e por este motivo a disposição dos compartimentos foi projetada para garantir o acompanhamento dos internos em todas as suas atividades. A monografia do Instituto de 1904, onde constam as plantas baixas e fotografias da nova estrutura recém-inaugurada, descreve sucintamente os compartimentos do prédio principal, permitindo a visualização dos ambientes e mobiliários:

O edifício principal do Instituto, cuja fachada vê-se na gravura, tem: de frente = 93 metros; de fundo = 88 metros.

Os dormitórios cada um d'estes tem 35,5 metros de comprimento por 13,7 metros de largura.

O refeitório tem 36 de comprimento sobre 18,10 metros de largura.

O salão de estudo igualmente tem 35,5 metros de comprimento sobre 13,7 metros de largura.

Os três recreios dos alunos maiores e menores, são todos cercados de gradis elegantes e ocupão a seguinte área: médios e menores = 10,50 metros quadrados; maiores 10,92 metros quadrados.

No recreio dos menores estão instalados os aparelhos para gymnastica.

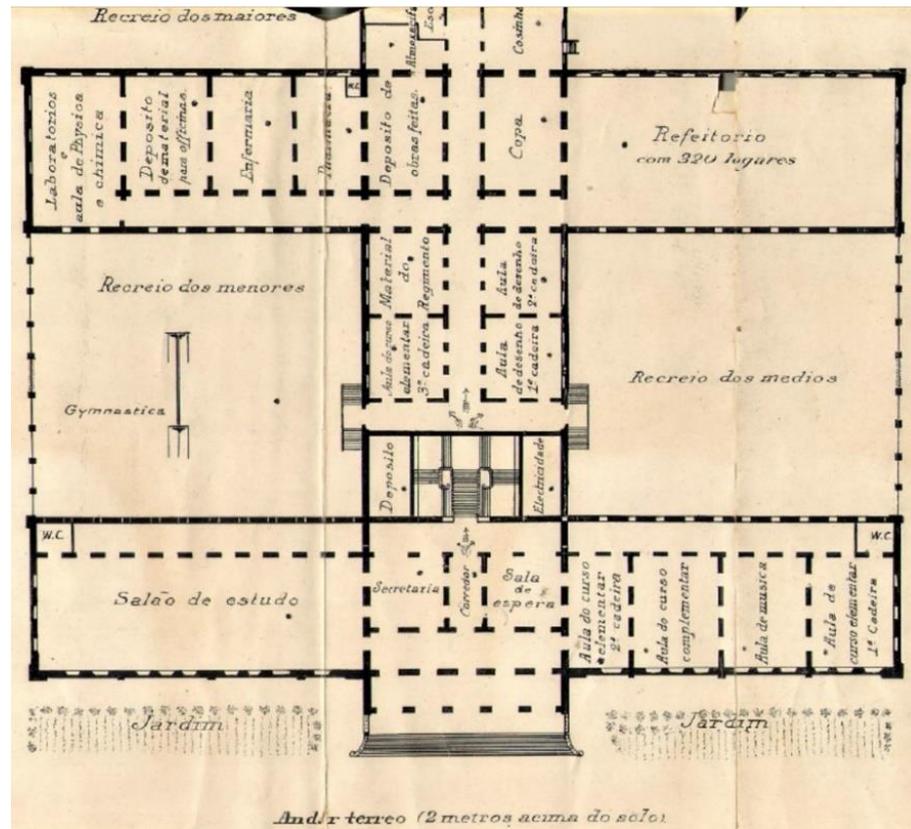
Em todos esses recreios existem bicas de água, sentinas e mictórios. (Pará, 1904, p. 19)

O pavimento térreo, conforme descrito na planta baixa a seguir, pode ser acessado pela escadaria principal na entrada embelezada por jardins nas adjacências até a antessala onde funciona a secretaria. Este elemento administrativo possuía a função de atender os visitantes e levá-los à sala de espera e, principalmente, para guardar os livros de ponto<sup>42</sup> “onde todo o pessoal irá assignar a presença e serão encerrados diariamente pelo sub-diretor” (Pará, 1904, p. 32).

**Figura 9** - Planta baixa do pavimento térreo do instituto.

---

<sup>42</sup> Havia “um livro de ponto para o seguinte pessoal: professores, thesoureiro, officiaes, inspectores, enfermeiro, economo-ajudante; e um outro livro para o ponto dos mestres e contra-mestres” (Pará, 1904, p. 32).



Fonte: Pará, 1904.

A respeito da saída dos estudantes, o regulamento do Instituto estabelecia que os educandos poderiam sair a passeio nos domingos e feriados, quando obtivessem boas notas de estudo e comportamento, sob autorização e conveniência do Diretor.

Quanto ao serviço de portaria estava determinado que:

Art. 76 - Servirá de porteiro do Instituto, um educando designado pelo Director e deverá abrir o portão ás 6 horas na manhã e fechá-lo ás 8:30 da noite, salvo ordem em contrario do Director.

Art. 77 -O porteiro deverá conduzir à secretaria ou á sala de recepção as pessoas que procurarem qualquer funcionario do Instituto obtida a competente licença.

Art. 78 - É expressamente proibido o ajuntamento ou palestras no portão do estabelecimento.

Art. 79 - Nenhuma comunicação pessoal ou por escripto poderá dar-se entre os educandos e pessoas extranhas ao Instituto sem previo consentimento do Director.

Único - O porteiro será responsavel pela execucao d'este artigo (Pará, 1904, p. 42).

Contraditoriamente, o Instituto não possuía o cargo de porteiro e alocava um aluno para cumprir com as tarefas pertinentes à portaria. Esta prática, na qual o educando assume cargos de responsabilidade, de manutenção e de organização, era comum e se repetiu em funções

mencionadas adiante. Além disso, é possível perceber que era proibido qualquer tipo de comunicação, entrada ou saída de alunos e funcionários sem a autorização do Diretor. Tais impedimentos corroboram a importância da posição estratégica da secretaria, cujo ocupante deveria se preocupar, principalmente, com o fluxo de pessoas exteriores à instituição. Outrossim, a visita de familiares aos educandos somente era permitida em dias não-letivos, em horários restritos e sua estadia se restringia à sala de espera<sup>43</sup>, estreitando o contato da criança com a sua família e, portanto, a influência na sua formação: Art. 86 - Os paes, tutores ou protectores dos educandos poderão visital-os todos os Domingos e dias feriados das 8 ás 11 horas da manhã (Pará, 1904, p. 43).

A secretaria possuía também localização privilegiada para observação da circulação interna com vista para o acesso à escadaria principal, ao depósito e a todos os corredores do pavimento, o que pode sugerir a adoção de regras do panoptismo explorado por Foucault (2000). O corredor esquerdo permitia acesso ao salão de estudo; o direito às salas de aula do curso elementar 2ª cadeira, do curso complementar, de música e do curso elementar de 1ª cadeira (na ordem da esquerda para a direita) e pelo corredor norte às aulas do curso elementar de 3ª cadeira e de desenhos. A partir destes corredores, era possível adentrar a todas as salas de aulas teóricas, com exceção do curso de matemática que se localizava no andar superior.

A secretaria como uma “torre de controle” permitia visualizar a movimentação de alunos e professores entre as salas de aula e o acesso aos banheiros, se tornando uma “uma espécie de laboratório de poder [que], graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens” (Foucault, 2000, p. 169), tornando-os disciplinados até mesmo pelo aluno responsável pela portaria, motivado a cumprir suas tarefas pelas recompensas de assiduidade que o Instituto premiava anualmente. Outrossim, como em todo panóptico, o vigilante pode ser facilmente observado, visto que “um inspetor que surja sem avisar no centro do Panóptico julgará com uma única olhadela, e sem que se possa esconder nada dele, como funciona todo o estabelecimento” (Foucault, 2000, p. 169).

A divisão dos alunos por níveis de aprendizado, distribuindo por sala de aula e com o seu respectivo professor, foi uma prática bastante disseminada durante a Primeira República, principalmente com a implantação dos grupos escolares. Esta organização seriada, que também se fazia presente no Instituto, foi

---

<sup>43</sup> No Regulamento Francês (1880) qualquer escola com quatro turmas ou mais deveria incluir uma sala de espera para os pais, compatível com o tamanho da escola.

uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo da aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (Foucault, 2000, p. 126)

Para aprofundarmos a análise sobre os elementos que compunham a arquitetura da sala de aula buscamos compreender como os atores deste espaço atuavam e que princípios regiam tal dinâmica. Para isso, nos utilizamos de fotografias e dos dispositivos legais referentes às competências dos alunos e professores e o papel do inspetor na sala de aula presentes no Decreto 1092, de 4 de dezembro de 1901, que aprovou o Regulamento do Instituto.

No que se refere aos deveres dos professores, além de seguir o programa de ensino adotado pelo Instituto, era necessário o acompanhamento contínuo da assiduidade e obediência<sup>44</sup> e a reportagem imediata ao Diretor em caso de falta ou descumprimento de ordens por parte dos educandos. Também era dever dos professores “dar mensalmente ou em qualquer momento que lhes seja pedido pelo Director, uma nota média da aplicação e aproveitamento de seus alunos” (art. 32, § 6).

Além disso, a “todos os professores, cada um em sua especialidade, incumbe a organização, a guarda e conservação dos utensílios, instrumentos, modelos, exemplares, preparados ou colleccções do museu e as indispensáveis às experiências ou lições de suas respectivas cadeiras” (art. 8). Aos professores-adjunto cabia “Presidir o estudo dos alumnos e, auxiliado pelos inspectores, manter a ordem e silêncio no salão” (art. 9, § 1).

Quanto aos alunos, estes deveriam “presar e respeitar o seu Director, professores e inspectores, obedecendo ás suas ordens, seguindo os seus conselhos e procurando conquistar-lhes a estima pelo seu estudo e bom comportamento” (art. 33), além de “zelar escrupulosamente pela bôa conservação dos seus livros, ferramentas, estojos, roupa e outros objectos que o Estado fornece para o seu vestuario e educação (art. 33, § único).

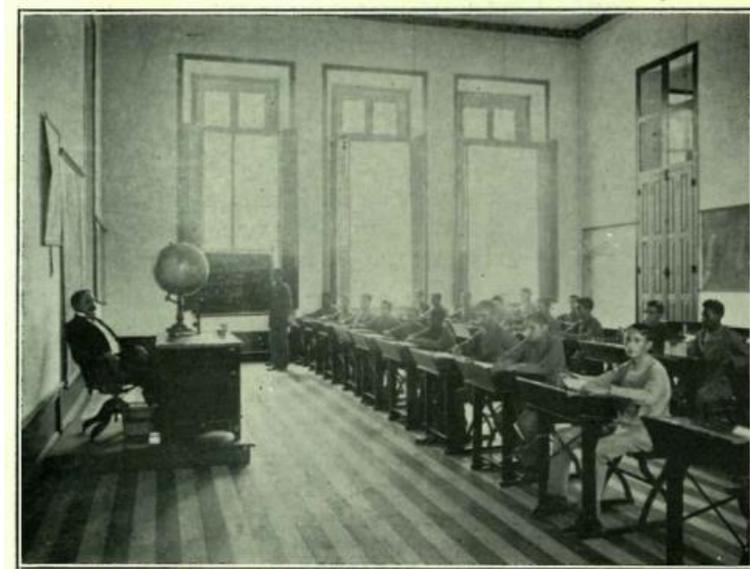
Nos dispositivos referentes às atividades de ensino/aprendizagem, merece atenção o destaque dado à “ordem e a disciplina nas salas de aulas que durante as horas de lição, ficão o cargo dos respectivos professores” (art. 39). Com eles ficavam os inspetores que deviam

---

<sup>44</sup> Segundo o Art. 47, § 3.º da Regimento interno, “O mau comportamento de qualquer alumno priva-o do direito” (Pará, 1904, p. 38) a receber às premiações mensais referentes a produtividade nas oficinas.

"manter o suceso e a ordem entre os educandos"(art. 25, §1), "dar parte ao Diretor das faltas dos educandos e as de qualquer empregado subalterno"(art. 25, §2) e "participar qualquer falta que haja no horário das aulas [...] ao diretor"(art. 25, §3). Como é possível perceber, a ordem, a vigilância, disciplina e a conservação permeavam as relações nas salas de aula, onde professores e, principalmente, educandos eram permanentemente vigiados fato que se projeta no espaço físico como podemos deprender a partir das figuras a seguir.

**Figura 10** - Sala do curso complementar.



Fonte: Pará, 1904.

**Figura 11** - Sala de aula de desenho.



Fonte: Pará, 1904.

A disposição dos educandos em filas espaçadas por corredores para circulação entre as

carteiras permitia a movimentação vigilante e constante das atividades dos alunos e a mensuração de sua produtividade, numa estrutura similar à manufatura de Oberkampf em Jouy, descrita por Foucault (2000):

Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. (Foucault, 2000, p. 124)

A mensuração da qualidade desta “futura” força de trabalho fazia-se necessária em todas as atividades dos educandos, seja por assiduidade, obediência ou produção nas oficinas, quesitos que influenciavam diretamente nas premiações<sup>45</sup> e, conseqüentemente, geravam competição interna nos moldes do liberalismo. Dispor em fileiras, posicionar hierarquicamente e atribuir lugares fixos para os alunos permite empregar o princípio da localização imediata ou quadriculamento, inerente à prática disciplinadora de grupos, que consiste em dispor

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (Foucault, 2000, p. 123).

Portanto, o arranjo organizacional estipulado pelo professor permitia situar os assíduos e os faltosos, os esforçados e os desinteressados, dispersar grupos que ele achasse prejudicial para a ordem, constranger ou destacar, enfim espaço analítico permite inúmeras classificações para alcançar a ordem e a disciplina.

Outro elemento interessante é a posição de destaque do professor, posicionado à frente do quadro-negro e acomodado em uma imponente cadeira e mesa de madeira, ambos elevados

---

<sup>45</sup> Para os dois alunos que mais se destacarem nos trabalhos de cada oficina, "já pela quantidade de obra produzida, durante o mez, já pela perfeição, a juízo do respectivo mestre" (Pará, 1904, p. 37) receberão prêmios em dinheiro entregues mensalmente, sendo que o mau comportamento interfere no direito de recebê-los.

por um palanque de madeira – símbolo de autoridade - que permitia assistir a todos. Sobre esta disposição, “objetivando civilizar e moralizar, na sala de aula, cada um ocupava seu lugar, geralmente determinado pelo professor regente, evitando deslocamentos e propiciando a concentração” (Schimmelpfeng, 2005, p. 155). A ordem também era transmitida no mobiliário escolar, pois as carteiras dos estudantes, geralmente fixadas ao assoalho de madeira, compunham a constância da localização dos lugares e, conseqüentemente, do controle dos corpos dos educandos memorizados pelo mestre. Além disso, as disposições sobre organização, a guarda e conservação com os materiais reforçavam a pedagogia disciplinar imposta.

Ainda dentro das salas de aula, os preceitos higienistas podiam ser observados nos elementos que permitiam aproveitar a ventilação e a iluminação natural. O pé-direito de quase seis metros aliado aos janelões espaçados a cada metro e vedados com esquadrias de vidros proporcionavam aeração e iluminação ao interior. Um ambiente salubre e ambientalmente confortável era uma preocupação frequente desde o IPEA, que sofria com o amontoamento de alunos e problemas na iluminação. A baixa luminosidade trazia moléstias oculares e acreditava-se que a infecção de doenças acontecia por meio dos miasmas do ambiente (Beltrão, 2004), portanto, seria imprescindível para a educação de educandos saudáveis a constante circulação de ar e o aproveitamento da luz natural.

A projeção do espaço das salas de aula recebeu influência direta do projeto apresentado no regulamento para a construção e mobiliário de casas escolares proposto pelo Ministério da Instrução Pública Francês (1880). As janelas do Instituto possuíam o mesmo desenho prescrito, sendo “divididas em duas partes. A parte inferior, cuja altura será igual a três quintos da altura total, será aberta com folhas. A parte superior, composta por painéis móveis, abrirá pelo interior” (France, 1880, p. 7). O local só tinha possibilidade de obter iluminação do sol apenas por um lado, logo seguiu a recomendação de construir vãos opostos às janelas “destinados a serem utilizados para ventilação e introdução do sol durante a ausência dos alunos” (France, 1880, p. 5). Além disso, o posicionamento e distanciamento dos alunos e professor seguiu às orientações do regulamento, descrito em formatos que dependiam da capacidade e formato da sala e da posição da porta.

**Figura 12** - Refeitório do Instituto.



Fonte: Pará, 1904.

No refeitório, os preceitos disciplinares e higiênicos imperavam tão ou mais rigidamente que nas salas de aula, uma vez que os inspetores tinha a função de “manter a mais rigorosa hygiene e limpeza em todo o estabelecimento<sup>46</sup>; [..] presidir as refeições e fazer observar as boas regras da civilidade á meza e manter a ordem entre os educandos” (Pará, 1904, p.35).

A disposição dos alunos era regimentada, possuindo mesas exclusivas para educandos e para funcionários, sendo “a primeira meza [aquela] na qual tomarão parte os inspectores, thesoureiro, adjuncto, enfermeiro e ecônomo [e] [...] a segunda meza, que será para o pessoal de salario, cosinheiros, serventes, guardas, etc.” (Pará, 1904, p.41). O diretor e o sub-diretor recebiam suas refeições em suas residências, localizadas no pavimento superior do prédio.

**Figura 13** - Refeitório do Instituto.



<sup>46</sup> A limpeza diária do Instituto era realizada por uma turma de educandos escolhidos pelos inspetores de preferência entre os “alunos de mão comportamento e pouco estudiosos” (Pará, 1904)

Fonte: Pará, 1908.

Tal arranjo reforçava a disciplinarização dos alunos ao determinar desde o local para sentar-se até o ato de se portar à mesa, inculcando assim os hábitos considerados civilizados pelos republicanos e que podemos ver na Figura 13 que tal disciplina é intencionalmente retratada pelos educandos. Na mesma podemos ver a “primeira meza” numa posição estratégica pra vigiar, semelhante ao exemplo dado por Foucault (2000) na escola-edifício, vista como “um operador de adestramento [...], que tinha um estrado um pouco alto para colocar as mesas dos inspetores dos estudos, para que eles possam ver todas as mesas dos alunos de suas divisões, durante as refeições” (Foucault, 2000, p. 145).

A mesma rigidez se dava na copa e cozinha, localizadas próximo à entrada do refeitório, pois diariamente eram feitas visitas de inspetores para verificar a presença dos funcionários e entregar “à secretaria do Instituto uma nota onde mencione as faltas de cada um” (Pará, 1904, p.35).

Os compartimentos relacionados ao preparo e ingestão das refeições localizavam-se em uma ala com o maior número de janelões e separada para que o cheiro da comida não permeasse os compartimentos das atividades administrativas e discentes e, por conseguinte, interferisse na salubridade e na ordem. Além disso, havia dois acessos às dependências, uma destinada aos educandos - facilmente vigiada - e outra externa, destinada aos funcionários da cozinha, que possivelmente era a única permitida para entrar, sendo proibida a circulação em outras dependências, o que demonstra a existência de uma hierarquia e uma nítida divisão entre os funcionários resultante da ordem imposta na instituição.

Outras dependências de grande preocupação para educar e manter os meninos saudáveis desde o Império foram as destinadas aos cuidados médicos. Para o tratamento de doentes, o instituto contava com:

uma enfermaria estabelecida em 3 salas: 1 para os maiores, outra para os menores; esta com 20 camas e aquela com 8; .na 3.º está montada a pharmacia, tendo o banheiro e as sentinas em um quarto contiguo. Cada uma d'essas salas tem 3 janellas amplas dando para o jardim e 2 portas dando para o vasto corredor, que vae aos laboratórios (Pará, 1904, p. 67)

É visível a preocupação em separar os maiores dos menores e a disposição de amplas janelas para arejar o ambiente e melhorar a qualidade do ar, diminuindo a infecção e contágio de doenças. Estas características higienistas são reforçadas nas competências do enfermeiro que, além de seguir as ordens do médico, deveria “tratar escrupulosamente do asseio da

enfermaria; [...] e zelar pela bôa conservação dos medicamentos em deposito” (Pará, 1904, p. 34). A organização dos leitos em fileiras seguiu “a primeira das grandes operações da disciplina [...] que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (Foucault, 2000, p. 126-127) que aplicada à lógica hospitalar, buscou “repartir os doentes, dividir com cuidado e espaço hospitalar e fazer uma classificação sistemática das doenças” (Foucault, 2000, p. 127).

**Figura 14** - Enfermaria.



Fonte: Pará, 1908.

Há uma contradição entre nas fontes, pois a descrição da enfermaria na Monografia remete a criação de dois compartimentos separados e na planta baixa um desses compartimentos está reservado para “depósito de material para oficinas”. Em virtude da descrição ser mais recente, acreditamos que a preocupação em separar os meninos maiores dos menores superou a de guardar os materiais, podendo estes serem conservados no compartimento próximo denominado “depósito de obras feitas”. O acesso à enfermaria podia ser vigiado pelo inspetor através dos corredores para evitar a indisciplina dos alunos, visitados diariamente “pela manhã, por um dos médicos do Serviço Sanitário do Estado” (Pará, 1904, p. 67).

Os laboratórios supracitados se referem à sala onde eram ministradas as aulas práticas de química e física e que também era considerado anexo do Laboratório de Higiene do Estado.

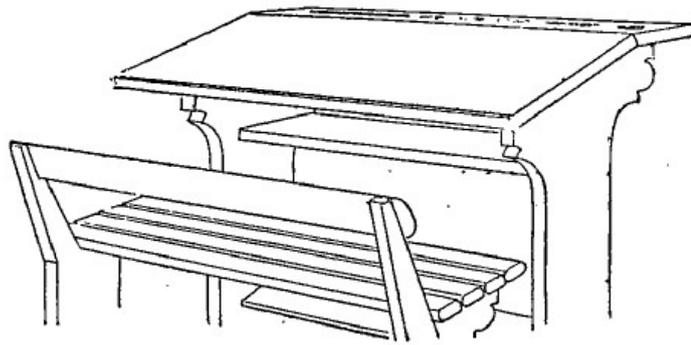
**Figura 15** - Laboratório de química e física.



Fonte: Pará, 1904.

O laboratório ficava sob a responsabilidade do respectivo professor e se destinava – como mencionamos anteriormente - ao ensino prático de química e física, preparo de “experiencias necessarias ás lições da cadeira de chimica e ás manipulações, como complemento do ensino theorico; [...] analyses e experiencias, que fôrem ordenadas pelo Director; proceder ás investigações scientificas ou technologicas, que fôrem precisas” (Pará, 1904). Assim como nas salas de aulas teóricas, no laboratório também imperavam os cuidados com a guarda e conservação dos equipamentos, a limpeza era realizada por dois alunos escolhidos pelo professor e a ordem observada na disposição das carteiras em formato circular de frente para a mesa do professor, destacada pelo característico palanque de madeira que denotava autoridade. O mobiliário foi inspirado possivelmente nas recomendações do regulamento francês, que se preocupava com a ergonomia para a formação de corpos saudáveis. Entre tais recomendações estavam as medidas das cadeiras e tabletas de escrita (altura até o piso, largura, comprimento e a inclinação variante entre de quinze a dezoito graus, sem nunca ser inferior a quinze graus) proporcionais à altura dos educandos - que compreendia entre um e um metro e meio.

**Figura 16** - Modelo de carteira proposto pelo regulamento francês.



Fonte: France (1880)

O pé-direito e as grandes janelas seguiam as mesmas recomendações higiênicas adotadas nas salas de aulas teóricas, repetindo inclusive as cores claras nas paredes para evidenciar o aspecto de limpeza e o conforto térmico.

Outro ambiente que merece destaque é o apontado na planta baixa como “material do regimento” onde acreditamos que guardava os documentos referentes a legislação pertinente ao funcionamento do instituto e aberto para consulta por todos, o que reforça o apego rígido à política educacional interna, bem como aos preceitos de ordem, disciplina e higiene.

No que se refere aos ambientes internos do pavimento inferior destacamos, por fim, a grande estrutura destinada à guarda de materiais compreendida nos ambientes denominados “deposito de obras feitas” e “almoxarifado”, que ficavam sob a responsabilidade do tesoureiro-almoxarife o qual tinha a competência de arrecadar receitas, controlar o livro de caixa, tratar da folha de pagamento, comprar insumos e vender os produtos agrícolas e industriais advindos da Instituição. O controle sobre o fluxo de insumos e produções do Instituto refletiu diretamente na projeção dos espaços destinados a cumprir tais funções, demandas advindas desde o IPEA, os quais inicialmente não foram efetivas ao ponto de haver desvio de verba pelo próprio almoxarife.<sup>47</sup>

Para o deslocamento ao andar superior, havia no centro da instituição o salão com as longas e elegantes escadarias de madeira feitas com pisos<sup>48</sup> sobressaltados sobre espelhos<sup>49</sup> e

<sup>47</sup> O desfalque no Instituto, dado pelo seu então almoxarife Guilherme Heskth, teria começado, segundo o jornal Liberal do Pará de 21 de fevereiro de 1877, com alterações nas listas de materiais armazenados no armário do almoxarifado. Heskth assumiu o cargo em 1873, substituindo Xavier Rodrigues Moraes. O desfalque vem a público em 1877. O presidente da província alega uma desconfiança em relação a administração do Instituto, desta vez não somente uma crítica, como vinha sendo feito às atribuições do diretor, mas sim em tom de exigência por investigações. Assim sendo, Bandeira Mello, em visita ao instituto, atesta a fraude.

<sup>48</sup> Parte da escada onde se pisa para subir ou descer.

<sup>49</sup> Superfície vertical que fica entre um degrau e outro.

corrimões<sup>50</sup> sustentados em balaústres<sup>51</sup>. Os patamares<sup>52</sup> possuíam borda de madeira escura e no centro um mosaico de madeira marrom com ipê-amarelo. As paredes do salão eram todas vazadas por arcos resguardados por guarda-corpos<sup>53</sup> compostos por balaústres de gesso e o forro, ornamentado com flores-de-cal, possui uma cúpula rica de detalhes que iluminam as escadas naturalmente.

**Figura 17** - Abóbada do salão da escada.



Fonte: Autor (2022).

**Figura 18** - Escadarias internas.



Fonte: Autor (2022).

<sup>50</sup> Apoio lateral de uma escada para sustentação e proteção do usuário.

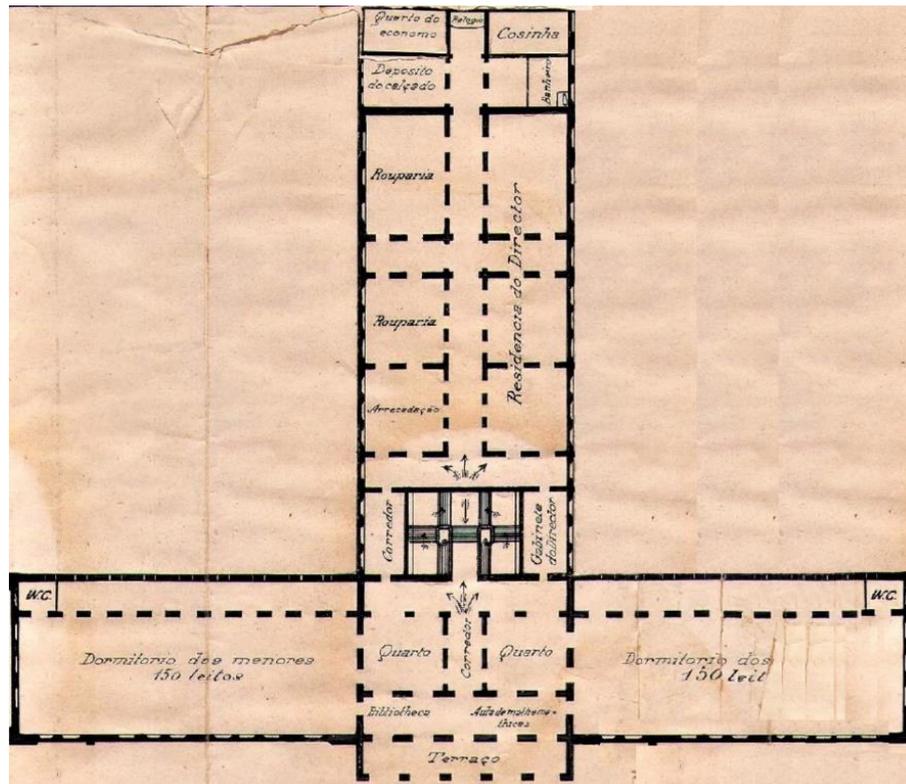
<sup>51</sup> Um elemento de ornamentação formado por pequenos pilares ou colunas que, quando alinhados lado a lado, formam corrimões e guarda-corpos

<sup>52</sup> Piso que separa os lances de uma escada.

<sup>53</sup> Proteção à meia altura, em gradil, balaustrada, alvenaria, entre outros; que resguarda as faces laterais de escadas, terraços, rampas, varandas, sacadas ou vãos; em função de desnível de pisos ou de ambientes mais altos em relação aos outros.

O pavimento superior, basicamente, destinava-se à rouparia e acomodações, com exceção da biblioteca e da sala de matemáticas. Nele estavam os dormitórios dos menores e dos maiores, “cada um d’estes tem 35,5 metros de comprimento por 13,7 metros de largura” (Pará, 1904, p.19) cuja entrada coincidia com a dos quartos dos inspetores e, na ala norte, estavam as rouparias e dependências do diretor.

**Figura 19** - Planta baixa do pavimento superior do prédio principal do instituto.



Fonte: Pará, 1904.

A localização central dos setores administrativos e de inspeção na disposição dos compartimentos também nos mostra a prática do controle sobre a circulação das pessoas na instituição, logo, sua disposição no espaço revela a adoção de regras de vigilâncias panópticas e “táticas de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração” (Foucault, 2000, p. 123).

Os compartimentos destinados à instalação dos inspetores possuía localização estratégica, pois tinha a sua vista as escadarias, o acesso aos banheiros e quartos dos educandos e às dependências do diretor -uma visão panóptica que permitia “espionar [a] todos [...]”: enfermeiros, médicos, contramestres, professores, guardas; poderá julgá-los continuamente, modificar seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores; e ele mesmo, por sua vez, poderá ser facilmente observado” (Foucault, 2000, p. 169). Desta forma, sua vigilância acontecia mesmo fora do seu olhar, pois a disposição dos compartimentos transmitia disciplina e controle.

A disposição de dois dormitórios, um para menores e outro para maiores, com capacidade para 150 leitos cada, demonstra a preocupação de separar os educandos menores dos mais velhos e da acomodação individual em leitos em nome da higiene – pois diminuir aglomerações implicavam em reduzir infecções através de miasmas - e “moral da instituição” (Costa, 2021, p. 73). Tal preocupação, advinda desde a fundação do estabelecimento anterior, resultou de ocorrências de evasão noturna e amontoamento nas acomodações, o que provocou a criação de um dos espaços mais vigiados através da distribuição espacial da instituição e da inspeção interna.

Mesmo durante o descanso os educandos eram vigiados pelos inspetores que deviam “manter o maior sossego e ordem entre os educandos, principalmente na forma, à noite nos dormitórios, [...] impedindo tumultos e conversações em voz alta” (Pará, 1904, p. 34). Além de pernoitar no dormitório designado, os inspetores dividam os educandos em três turmas: maiores, médios e menores, e escolhiam chefes de turma, os quais seriam responsáveis pelo asseio das camas dos dormitórios e dos lavatórios de cada turma.

**Figura 20:** Dormitório dos menores.



Fonte: Pará (1904).

Os dormitórios eram contornados por janelas em todos os lados, seguindo o mesmo padrão das salas de aula, cuja dimensão seguia  $3/5$  do pé-direito, propiciando um ambiente purificado pela luz do sol durante o dia e arejado durante a noite. A disposição dos leitos, com um largo espaço vago entre os médios dos menores para separá-los e facilitar as rondas noturnas reforçava a vigilância. A posição dos educandos disposta em filas utiliza o mesmo princípio do espaço analítico, utilizando de arranjos como ferramenta para classificar, dispersar e aproximar

do inspetor os educandos desordeiros. Nos dormitórios também havia uma hierarquia entre inspetores e alunos intermediadas por chefes de turmas que tinham a função de manter a ordem e asseio das camas, dos dormitórios e dos lavatórios de cada turma, mantendo a ordem e a higiene aos moldes civilizados propostos pela instituição.

As dependências do Diretor se compunham de 3 quartos, 1 cozinha e 1 banheiro, além do seu gabinete que se localizava no centro da instituição ao lado das escadarias. Esta configuração denota um avanço em relação ao IPEA que possuía “3 quartos simples, dos quais 2 pequenos; não tinha cozinha, nem mesmo lugar para despejos (Grão-Pará, 1879, p. 2).

Em relação à localização teríamos que considerar o distanciamento do gabinete em relação à entrada do instituto e às salas de aula, que se caracteriza uma administração escolar dirigida aos docentes e, portanto, “escassamente implicada na vida cotidiana do centro docente, distante das famílias, professores e alunos (Vinão Frago, 2005, p. 24)”

A partir do projeto arquitetônico e do regulamento interno, percebe-se que o responsável pela “direção técnica, moral, profissional e administrava” (Pará, 1904, p. 28) cumpria o papel burocrático e de contato com as instituições governamentais exteriores, desempenhando as suas funções disciplinares e de vigilância, dirigida a alunos e funcionários, a partir das interações com os inspetores, reforçando o papel da inspeção na administração do instituto.

No mesmo corredor de acesso aos vestíbulos e dependências do diretor, há destaque na planta baixa para um elemento incomum em projetos arquitetônicos: o relógio. Este, colocado geralmente em um “lugar visível, num dos espaços de maior circulação, [...] exigiam pontualidade, impunham disciplina e marcavam o tempo das atividades escolares. (Schimmelpfeng, 2005, p. 164)

O controle do tempo era reforçado pela rotina repleta de atividades determinada pelo diretor e pelo inspetor por meio dos “toques de sineta para despertar, banho, refeições, aulas, estudos, formaturas, oficinas, recreios, ensaios de música, recolher e silêncio” (Pará, 1904, p. 35). Essa arquitetura que monitorava o tempo dos educandos

demandava uma organização sequenciada das atividades (avaliações), dos saberes (pré-requisitos), e das competências (fortes, médias, fracos), proporcionando uma visão da aprendizagem como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, de avanços e progressos. Uma arquitetura temporal, com dias, horas e minutos planejados esquemática e gradualmente para cada curso, atividade e/ou tarefa, desenhada para atender às exigências de controle e regulamentação do tempo útil” (Vinão Frago, 1995, p. 72)

O controle sobre os corpos pode ser constatado no texto da legislação interna onde

imperavam os termos disciplina, fiscalização, obediência e ordem, bem como no plano arquitetônico que permitia executar tal ideário político. O controle das atividades utilizava dois princípios para disciplinar: o horário e a utilização exaustiva. A divisão do tempo dos educandos minuciosamente planejada e supervisionada pelo inspetor “torna-se cada vez mais esmiuçante; as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente” (Foucault, 2000, p. 128). Além de uma rotina determinada, havia o olhar hierárquico pelo rendimento calculado pela produção e pelo tempo, portanto este último devia ser empregado “sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar” (Foucault, 2000, p. 129).

Seja pelo relógio no corredor ou pelos toques de sineta do inspetor, a utilização exaustiva do tempo sob uma rotina repetitiva e incansavelmente supervisionada transformava crianças em adultos disciplinados para produzirem mais com menos tempo sob estímulos de promoção de cargos e premiações mensais em dinheiro.

Quanto aos espaços destinados à recreação e atividades físicas, estes se constituíam em três “recreios” para alunos, médios e maiores, todos

cercados de gradis elegantes e [que] ocupão a seguinte área: médios e menores = 10,50 metros quadrados; maiores 10,92 metros quadrados. No recreio dos menores estão instalados os aparelhos para gymnastica. Em todos esses recreios existem bicas de água, sentinas e mictórios (Pará, 1904, p. 19).

Os ambientes para recreação receberam destaque no texto de descrição das dependências na monografia do Instituto, onde se evidencia a preocupação em detalhar que havia áreas distintas de acordo com a faixa etária, condições de isolamento para não haver fugas e a presença de aparelhos sanitários e de ginástica, inerentes à aplicação dos preceitos higienistas na instrução pública.

**Figura 21** - Espaço para recreio e aula de ginástica.

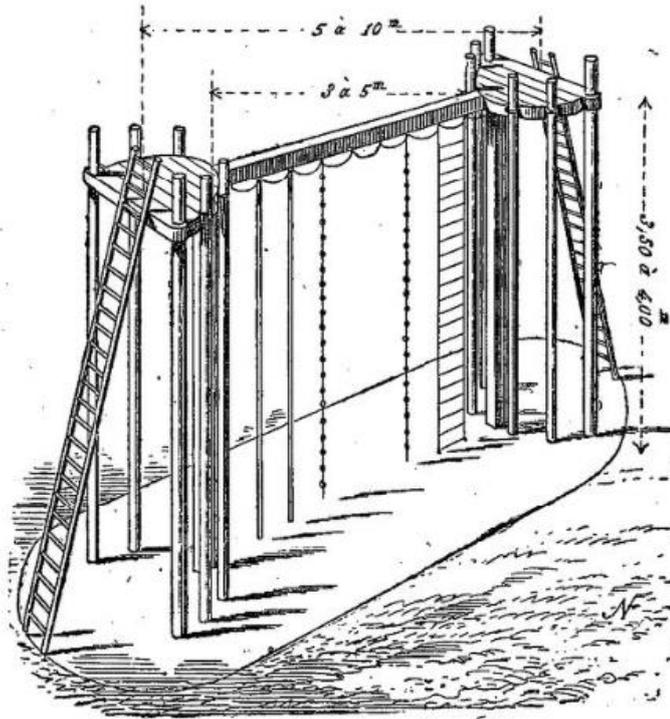


Fonte: Pará (1904).

Durante o horário recreativo faziam-se presentes os inspetores para proibir “os divertimentos perigosos”. O currículo das aulas de ginástica apresentava técnicas para “fabricar corpos ao mesmo tempo dóceis e capazes” (Foucault, 2000, p. 244), a partir de exercícios com saltos, corridas e equilíbrio, além de ensinar a marchar e se organizar em ordem nas fileiras da aula de modo a discipliná-los, uma vez que “a disciplina era a arte de dispor em fila e a técnica para a transformação dos arranjos” (Foucault, 2000, p. 121). A ginástica produzia corpos disciplinados e saudáveis, mas contribuía também “para cansar e afastar os maus pensamentos; assim cuidamos que os jogos se componham de exercícios violentos. À noite, eles adormecem no mesmo instante em que se deitam” (Foucault, 2000, p. 262). Desta forma, as aulas de ginásticas possuíam múltiplas funções e todas alinhadas para garantir a ordem, higiene e disciplina dos alunos.

A projeção desses espaços alinhou-se com as recomendações do regulamento francês de 1880, que prescrevia que todas as escolas deviam possuir aulas de ginástica em um ambiente adequado, no qual deveria ser “montado um pórtico para receber os equipamentos e aparelhos necessários” (France, 1880), conforme a figura abaixo, bastante semelhante ao instalado no Instituto.

**Figura 22** - Pórtico descrito no regulamento francês para escolas profissionais.



Fonte: France (1980).

Estes espaços também foram resultados de décadas de solicitações no estabelecimento anterior<sup>54</sup> que carecia de aparelhos e uma divisão adequada para vigilância que, ao se concretizarem, receberam função estratégica para beneficiar a instituição, não somente do ponto de vista das atividades físicas e recreativas, mas, também, da ótica arquitetônica, levando em consideração proporcionar ventilação e iluminação para toda a instituição.

Como influência no planejamento do pátio do instituto, observamos as prescrições do Inglês Edward Robert Robson, arquiteto-chefe do recém-criado Conselho Escolar de Londres, em 1871, e autor de “Arquitetura escolar”, livro sobre suas visitas às construções escolares na América e na Europa e que a partir delas, elaborou observações arquitetônicas sobre o planejamento, projeto, construção e mobiliário de escolas (1877).

Para Robson, os pátios tinham diversas funções: “fornecer ar fresco e luz, exercício, diversão, recreação e disciplina” (Dussel, 2019, p. 35). Além disso, ele recomendou proporcionar exercícios com “barras paralelas, redes e planos duplos inclinados, que lhes permitiam subir e descer rampas de madeira” (Dussel, 2019, p. 35), além de uma série de regras

incluindo que todas as escolas tenham parques infantis separados para meninas e meninos (maiores para estes últimos, que segundo ele tinham mais

<sup>54</sup> A ginástica prevista no Instituto Paraense de Educandos Artífices para seus recreios não funcionou até a saída de todos os membros em 1878 (Costa, 2021, pg. 68).

necessidades físicas) e que o parque infantil era um espaço [...] nivelado, drenado e fechados de maneira adequada. Junto com a preocupação higiênica com o ar e a limpeza, já são observadas notas de engenharia, cálculos de materiais e superfícies adequadas aos usos a que se destinam os espaços (Dussel, 2019, p. 35)

Desta forma, a disposição da instituição em formato de “H” teve a intencionalidade de dispor de espaços abertos no seu interior, pois a partir deles foi possível a entrada de ar e luz pelos grandes janelões com alisares de madeira e vedações em vidro para todos os compartimentos da instituição, propiciando um ambiente claro e ventilado e, na concepção da teoria miasmática, livre de infecções de doenças. Portanto, foi mais um elemento dentro do plano arquitetônico-ideológico que acompanhou os planejamentos escolares europeus da segunda metade do século XIX, apresentando o pátio com “certa complexidade [e] como peça arquitetônica dentro dos prédios escolares [que] passaram a agregar diferentes funções: espaços de reunião, recreação e exercícios de ginástica” (Dussel, 2019, p. 35).

Outra preocupação com a higiene se refletiu nos banheiros e salas de banho. No interior da instituição havia apenas banheiros para lavar as mãos e realizar as necessidades fisiológicas (lavabos) enquanto no exterior estavam os chuveiros onde se realizavam os banhos coletivos dos educandos.

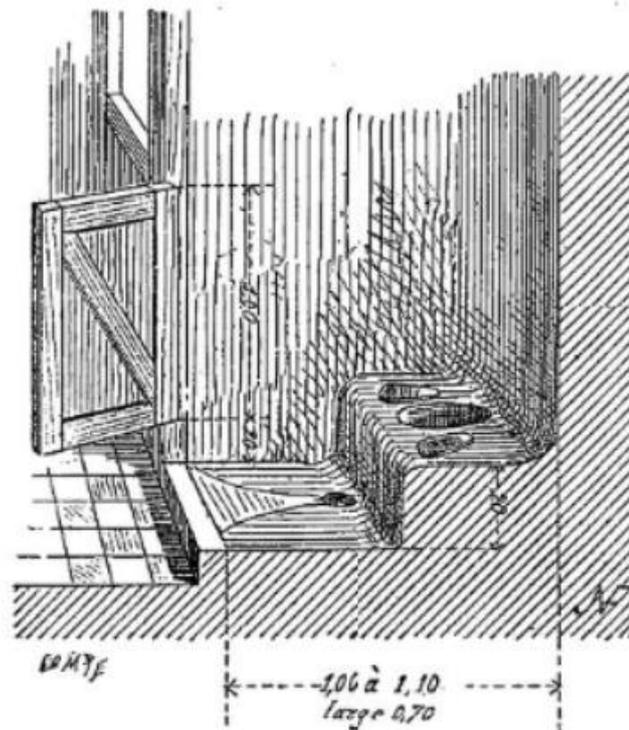
Para os alunos, havia dois lavabos no pavimento inferior, próximos à sala de estudo e salas de aulas, e dois no pavimento superior junto aos dormitórios. Estes, no horário de descanso, das 6 da tarde às 5 da manhã eram iluminadas e vigiadas no sentido de evitar aglomeração de estudantes, o que condizia com a localização estratégica no final do corredor e às vistas do quarto da inspetoria.

Os pavilhões-banheiros, local onde se realizavam os banhos coletivos, localizavam-se na avenida em frente às oficinas e tinham “42 chuveiros fortes, sendo 12 no pavilhão dos maiores e 30 no dos menores”, ou seja, também separavam os educandos durante o asseio cujo tempo era supervisionado pelo inspetor. Quanto aos equipamentos do banheiro, não encontramos fontes, mas destacamos que era um dos elementos com mais exigências tanto no Regulamento Francês (1880) quanto no Código de Polícia de Belém (1900).

O regulamento estabelecia que o dimensionamento do número de privadas devia ser de “4 para os primeiros cem alunos e 2 para cada cem subsequentes” (France, 1880, p. 14) e localizadas no “pátio aberto, para que o professor possa exercer vigilância de todos os pontos da escola” (France, 1880, p. 14). Devendo “ser preservados com o maior cuidado da ação solar direta; dispostos de forma que os ventos predominantes não levem os gases para os edifícios ou para o pátio” (France, 1880, p. 14). A dimensão da privada deveria ter 0,70m de largura e 1

metro a 1,10 de comprimento, com suas paredes revestidas de faiança<sup>55</sup>, ardósia<sup>56</sup> ou cimento. Fazia-se exigência também para que o orifício fosse fechado “hermeticamente tanto quanto possível” (France, 1880, p. 14), o piso fosse de materiais impermeável e com declividade em direção ao assento e o assento, que deveria ser de pedra ou cimento, teria “uma projeção de 0,20m acima do solo” (France, 1880, p. 14) formando “um plano inclinado em direção ao orifício” (France, 1880, p. 14), além de possuir seus cantos arredondados.

**Figura 23** - Modelo de privada.



Fonte: France (1980).

Podemos observar que as especificações francesas ultrapassavam as prescrições higienistas, projetando um banheiro em que seria fundamental a vigilância do educando a todo momento, que pode ser evidenciado pela localização em uma área aberta e a projeção da porta com abertura inferior e superior, deixando apenas 1,0 metro para encobrir o aluno. Já o Código de Polícia se limitava às especificações técnicas que não prejudicassem a salubridade da cidade, impondo que a canalização possuía "juntas hermeticamente fechadas" (Belém, 1900, p. 51) com um respiradouro denominado chaminé para "desprendimento de gases partindo da corôa do

<sup>55</sup> Uma espécie de cerâmica branca menos pura produzida com menos caulino e em temperatura mais baixa que a porcelana.

<sup>56</sup> rocha metamórfica sílico-argilosa formada pela transformação da argila sob pressão e temperatura, endurecida em finas lamelas.

syphão [...] e abrindo acima do telhado, sem prejuízo do prédio vizinho" (Belém, 1900) e a utilização de "syphão hydraulico e caixas automaticas de duas descargas por hora, fóra a lavagem permanente" (Belém, 1900).

Outra dimensão característica do Instituto, comum aos prédios escolares construídos na Primeira República, reside na sua estética. Estas foram demarcadas por “uma concepção espacial historicamente construída e cuja configuração dotou-lhes de identidade particular, representando um significativo empreendimento visual e simbólico de propaganda do Novo Regime Político instaurado” (Bencostta; Ermel, 2019). O Instituto Lauro Sodré, por exemplo, recebeu altos investimentos que possibilitaram ao arquiteto José de Castro Figueiredo aplicar o requinte de suas outras obras neste projeto, inspirado pela política educacional republicana.

O prédio principal ainda mantém suas dimensões “de frente = 93 metros; de fundo = 88 metros” (Pará, 1904) e aproximadamente 15 metros de altura, considerando a elevação pelo porão de 2 metros, o pé-direito de 6 metros em cada pavimento mais a cobertura. Estas medidas grandiosas conferiam suntuosidade e monumentalidade à edificação, característica comum entre os prédios escolares republicanos que se utilizavam desta estética como propaganda do novo regime.

**Figura 24** - Fachada do Instituto.



Fonte: Pará (1904)

O corpo central embelezado por elementos arquitetônicos neoclássicos indicava a entrada principal, acessada pela longa escadaria de mármore branco, fazendo alusão aos templos antigos da civilização greco-romana, considerada berço da civilização ocidental, cujos pensadores foram os primeiros a separar a razão (raciocínio) da fé (crença pura). Esta separação

presente no pensamento positivista dos republicanos pode ser observada na perspectiva republicana de transformar a escola como um “templo do saber” (Souza, 1998) enaltecendo à instrução científica, diferente daquela aplicada no Império que se restringia ao ensino de leitura, escrita, cálculo, moral cristã e catecismo. Outro sentido possível das escadarias presentes nos prédios escolares republicanos era o da ascensão dos educandos, ao progredir na sociedade sobre os degraus do conhecimento e da civilidade transferida pela nova instrução. Estas possuíam pisos em mármore com borda arredondada, transpassada por cima dos espelhos para conferir melhor acabamento e um corrimão em pedra trabalhada sustentada por balaústres talhados ao estilo clássico.

**Figura 25** - Entrada principal.



Fonte: Autor (2022).

**Figura 26** - Corrimão da escada da entrada principal.



Fonte: Autor (2022).

Aliado ao uso de escadarias imponentes, o destaque dos prédios escolares entre os outros prédios públicos era otimizado pela elevação da edificação em relação ao nível da via, onde, geralmente, eram construídos porões que facilitavam as adaptações, em função do desnível topográfico, como meio de ventilar e proteger o piso de assoalho (Bencostta, 2005, p. 122). Evidenciado na planta baixa do pavimento térreo, o Instituto era elevado a “2 metros acima do solo”, técnica perfeitamente cabível à região alagadiça do Marco da Légua e que permitia proteger da umidade e prolongar a vida útil do assoalho de madeira das dependências internas. Embora pouco visto, os acessos ao porão por meio das aberturas circulares ao redor de todo o prédio possuíam a vedação em ferro fundido trabalhado ao estilo *Art nouveau* e caixilho e alisar pintados de branco.

**Figura 27** - Abertura dos porões.



Fonte: Autor (2022).

O corpo central da fachada, tratado com rigorosa simetria típica do neoclassicismo, possui dois pavimentos. No pavimento térreo, os pilares mais robustos possuem caixilhos e alisares revestidos de mármore bege e formam cinco arcos que representam a entrada principal. O piso da entrada principal é composto por ladrilho hidráulico<sup>57</sup>, uma recomendação higienista para locais de grande circulação de membros externos, pois proporcionava melhor limpeza e

<sup>57</sup> Revestimento fabricado artesanalmente à base de cimento e outras matérias-primas usado em pisos e paredes, conhecido assim por não sofrer queima e ficar imerso na água como parte do seu processo de fabricação.

resistência.

**Figura 28 -** Piso da entrada principal.



Fonte: Autor (2022).

No pavimento superior, há seis colunas dóricas<sup>58</sup> com capitéis<sup>59</sup> rebuscados de estilo neoclássico que se interligam pela guarda-corpo de balaústres, resguardando a sacada, e finalizam entre a platibanda<sup>60</sup> e a cimalha<sup>61</sup> na cobertura. No topo da fachada, há um clássico conjunto arquitetônico greco-romano: um grande frontão<sup>62</sup> neoclássico ornamentado onde continha o nome do Instituto e o brasão do Estado.

**Figura 29 -** Frontão da fachada.



Fonte: Autor (2022).

**Figura 30:** Capitéis das colunas.



Fonte: Autor (2022).

<sup>58</sup> Colunas usadas pelos Dórios, povo que ocupou a Grécia Peninsular, a península de Peloponeso, a partir de 1.200 a.C..São consideradas colunas simples, não possuem base e, geralmente, tinham estátuas de deuses ou heróis.

<sup>59</sup> constitui o membro superior de uma coluna.

<sup>60</sup> Prolongamento de parede que oculta os telhados de edifícios comerciais ou prédios residenciais multifamiliares.

<sup>61</sup> Moldura saliente que remata a parte superior da fachada de um edifício, ocultando o telhado e impedindo que as águas escurram pela parede; cornija.

<sup>62</sup> Conjunto arquitetônico de forma triangular que decora normalmente o topo da fachada principal de um edifício, sendo constituído por duas partes essenciais: a cimalha e as empenas. Provém da arquitetura clássica greco-romana.

Todo o perímetro da instituição possui inúmeros janelões compostos em duas partes, sendo uma com aproximadamente 1,8 metros que se abre em duas folhas e outra no topo que se movimentava de forma basculante. As grandes janelas de madeira eram vedadas com vidros translúcidos e assentadas sob um peitoril embelezada por pequenos balaústres. No topo das esquadrias do pavimento superior há vários bustos femininos rodeados por guirlandas floridas, que embora feitos rusticamente, referem-se a Marianne usando um barrete frígio<sup>63</sup>, símbolo de liberdade adotado pelos franceses na revolução e estampado no emblema nacional até os dias atuais. O uso deste símbolo reforçava a influência francesa na política regional e seu impacto na arquitetura do instituto. O ornamento traz a guirlanda floreada do Art Nouveau mesclado no contorno em forma de pórtico que o busto neoclássico se insere.

**Figura 31:** Lateral do Instituto.



Fonte: Autor (2022).

**Figura 32:** Detalhe do topo das janelas.



Fonte: Autor (2022).

---

<sup>63</sup> No caso brasileiro ele foi utilizado como propaganda, por representar, na visão dos republicanos, o caráter revolucionário do novo regime e também por remeter aos ideais de liberdade do novo tempo, o que justifica seu uso pelas alunas de canto coral nos eventos solenes que aconteciam no Município de Belém. (Pantoja, 2021, p. 70).

Outros elementos de destaque podem ser observados nas técnicas de captação das águas pluviais e conservação em meio à deterioração provenientes destas. A platibanda que escondia o telhado ocultava também as calhas que desviavam águas das chuvas por meio de tubulações de aço até o solo. Ao longo de toda a instituição há faixas de cimalthas com acabamento neoclássico para aumentar a durabilidade da pintura externa, impedindo que a água escorra pelas paredes. Estas soluções incorporaram a funcionalidade e a estética, evidenciada pelo estilo eclético.

Outras características construtivas que podemos destacar na estrutura do edifício composta são as espessas paredes de alvenaria de 60cm assentadas sob vigas baldrame<sup>64</sup>. Os pisos das áreas de circulação eram constituídos de ladrilhos hidráulicos assentados sobre tabuado de madeira apoiado nos barrotes<sup>65</sup>. Nas demais acomodações, o assoalho era de madeira sustentado por vigas com seção de 30 x 30cm, cujas tonalidades eram marrons escuras contrastadas com Ipê-amarelo. Quanto ao forro, utilizava-se para a confecção a técnica do estuque consistida em uma trama de madeira fixada e envolvida por telas de arame que serviriam de suporte para uma massa feita de areia fina, cal e cimento e finalizada com cal.

O formato do prédio com simetria axial que gera uma organização estruturada a partir de um eixo central aliado à sua proporção horizontal e vertical com o uso de um pé-direito de 6 metros, confere imponência e suntuosidade ao edifício. A simetria também é evidenciada pela presença rítmica de janelas a cada um metro que preenchem quase toda a totalidade das paredes, conferindo o aspecto de monumentalidade e destaque na região ausente de outras edificações.

Portanto, a estética do prédio do Instituto é marcada pela presença de elementos do estilo neoclássico e do *Art Nouveau*, que pela mescla formam o ecletismo, e se utilizam de técnicas de projeto para conferir Monumentalidade e Suntuosidade à sua arquitetura, características fundamentais para tornar o prédio escolar um elemento de propaganda do discurso republicano. A fachada alusiva a um “templo do saber” sustentou os símbolos que ainda estavam sendo assimilados pelos brasileiros: o Brasão de Armas do Brasil, centralizado no frontão triangular, e as bandeiras hasteadas em solenidades sob "applausos e vivas [...], punhados de flôres e pétalas de rosas, ao som do Hymno Nacional" (Pará, 1904, p. 114). Após a Proclamação da República, os republicanos “tentarem legitimar o regime por meio da manipulação de símbolos patrióticos e da criação de uma galeria de heróis Republicanos” e os prédios escolares, que

---

<sup>64</sup> Viga que sustenta as paredes ao nível das fundações.

<sup>65</sup> Peças de madeiras (seção quadrada ou trapezoidal), previamente fixadas no contrapiso (com parafuso e bucha ou chumbada), para fixação do piso através de pregos ou parafusos.

serviram de propaganda para os novos ideais difundidos, também estamparam os símbolos nacionais.

**Figura 33** - Fotografia do Instituto Lauro Sodré nos anos 70 do século XX.<sup>66</sup>



Fonte: Nostalgia Belém.

Devido à Guerra do Paraguai<sup>67</sup>, a bandeira e hino “já tinham adquirido legitimidade como símbolos cívicos” (Carvalho, 2002, p. 82), assim a bandeira nacional foi modificada, mantendo “as cores e o desenho básico da bandeira imperial [e] a mudança do hino nacional foi impedida por reação popular” (Carvalho, 2002, p. 82). Houve a tentativa também de exaltar no ensino de história do Instituto, personalidades consideradas heróis republicanos como o Conego Batista Campos<sup>68</sup>, Eduardo Angelim e os Irmãos Vinagre<sup>69</sup>, Tiradentes<sup>70</sup> e os generais que se destacaram na Guerra do Paraguai, no entanto, “o único que se firmou como herói cívico foi Tiradentes” (Carvalho, 2002, p. 83). O uso do busto da Marianne com um barrete frígio no topo

<sup>66</sup> Durante a reforma para funcionar o Tribunal do Estado em 2006, parte da fachada foi descaracterizada ao retirar a grafia original “E.P. Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado)” e gravar o nome da instituição ao qual se destina o uso atualmente.

<sup>67</sup> A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América, travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai durante o período de dezembro de 1864 a março de 1870.

<sup>68</sup> Considerado o autor intelectual do movimento da Cabanagem.

<sup>69</sup> Lideranças do movimento cabano.

<sup>70</sup> Nacionalmente conhecido por liderar a conspiração separatista denominada Inconfidência Mineira contra o domínio português.

das janelas também foi uma tentativa simbólica para o Regime que foi estampado na fachada do Instituto, mas o uso da alegoria feminina não obtendo sucesso e refletiu não mais que “pálidas imitações da figura francesa da Marianne” (Jurt, 2012, p. 495).

Além do prédio principal, o Instituto possuía as oficinas para o ensino profissional que podiam ser visitadas ao sair pelos fundos:

O visitante que depois de percorrer as salas do grandioso edifício do Instituto destinadas á accommodation e estudo dos educandos d'esto estabelecimento de ensino, sahir pelo fundo, depara com uma extensa avenida ladeada de diversas edificações e entre estas destaca-se no começo á esquerda, um amplo edifício em madeira, onde estão instaladas as diversas oficinas (PARÁ, 1904, p.9)

**Figura 34:** Fachada das oficinas.



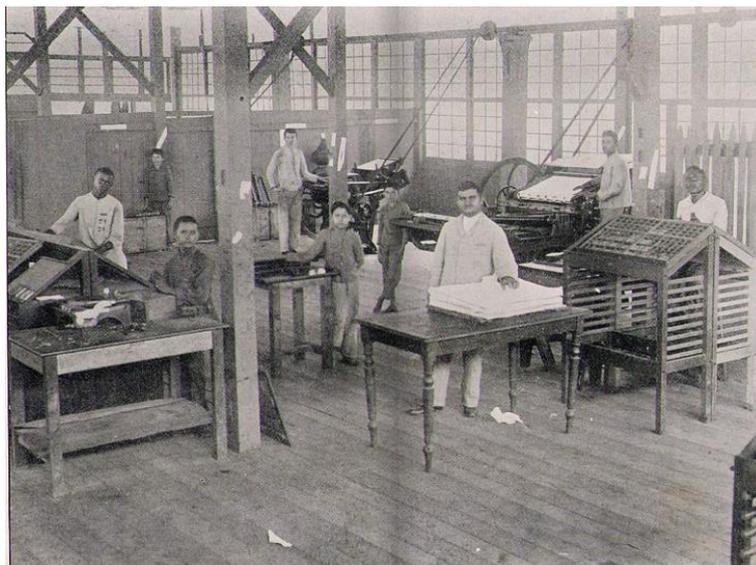
Fonte: Pará, 1904.

Na oficina de tipógrafo e impressor, os educandos estudavam as operações com tipos<sup>71</sup> e a impressão de obras, mapas, prospectos, livros e tiragens, além do ensino prático para familiarizar o aluno com diferentes tipos de máquinas. A oficina produzia, para o Instituto e para instituições governamentais, materiais de uso administrativo como papéis, cartões, envelopes, relatórios e estatutos, além de realizar serviços de encadernação e brochura.

**Figura 35 -** Oficina de tipógrafo.

---

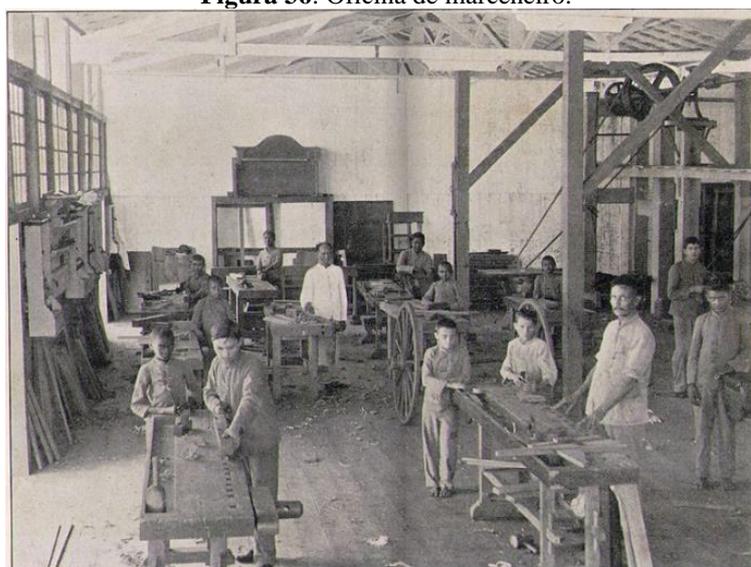
<sup>71</sup> Tipos móveis das prensas mecânicas para impressão de textos. Podem ser feitos de dois materiais: os tipos de metal e de madeira. Tipo é, também, o termo referente aos caracteres das letras.



Fonte: Pará, 1904.

Na oficina de marceneiro, carpinteiro de moldes e torneiro, instruíam-se as artes de carpintaria, torno, samblagens<sup>72</sup>, marcenaria e manufatura de mobílias e ornatos. Carteiras, mesas, quadros, cabides e concertos eram confeccionados e vendidos para o Estado. Para o Instituto, produziam-se mesas, carteiras, bancos, estantes, cabides, portões, tampas de privadas, etc., além da produção para clientes externos como balaústres, caixilhos, maçanetas, armários e inúmeros serviços de concerto.

**Figura 36:** Oficina de marceneiro.



Fonte: Pará (1904).

<sup>72</sup> Área da carpintaria que envolve a união de peças de madeira de forma a produzir objetos mais complexos.

Na oficina de alfaiate ensinava-se a confecção de roupas em geral, seja por costura manual ou à máquina e se produzia vestuários para os alunos do instituto, para os presos da cadeia São José e para o Regimento Miliar do Estado.

**Figura 37:** Oficina de encadernador.



Fonte: Pará (1904).

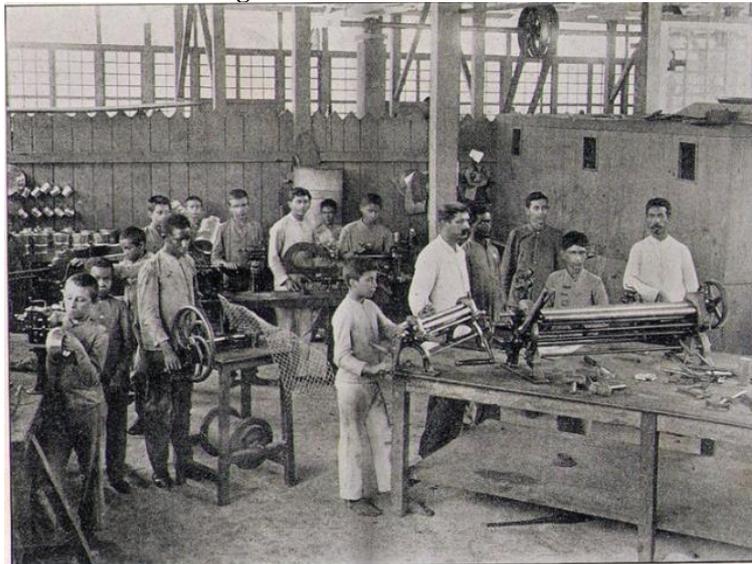
**Figura 38:** Oficina de alfaiate.



Fonte: Pará (1904).

Havia também as oficinas de encadernador, funileiro, sapateiro, ferreiro e serralheiro, todas com a mesma lógica de instrução profissional cuja produção era exaltada pelo Governador Augusto Montenegro ao apresentar os números dos produtos confeccionados pelo Instituto em 1903: “a eloquência dos algarismos basta para dar medida do trabalho altamente produtivo nessas oficinas” (Pará, 1904, p. 110).

**Figura 39:** Oficina de funileiro.



Fonte: Pará, 1904.

**Figura 40 -** Oficina de ferreiro e serralheiro.



Fonte: Pará, 1904.

As oficinas funcionavam em horários e dias estabelecidos pelo Diretor com a aprovação do Governo e sua guarda e conservação cabia aos mestres das respectivas artes da oficina. Os aprendizes podiam adentrar ao local apenas com a presença do Contramestre ou Mestre que, além de ensinar o ofício e zelar pelos equipamentos, observaria a assiduidade e disciplina dos aprendizes e proporia ao Diretor a quais alunos distintos seriam atribuídos os prêmios mensais. Outras funções importantes do Instituto e dos Mestres também eram o estudo e o ensino de novas práticas de ofício, devendo posteriormente "vulgarizar os processos de trabalhos mais modernos e perfeitos, e acompanhar o progresso industrial, estudando e ensinando o material

que se emprega, as ferramentas e a maneira de melhor utilizal-as" (Pará, 1904, p. 38-39).

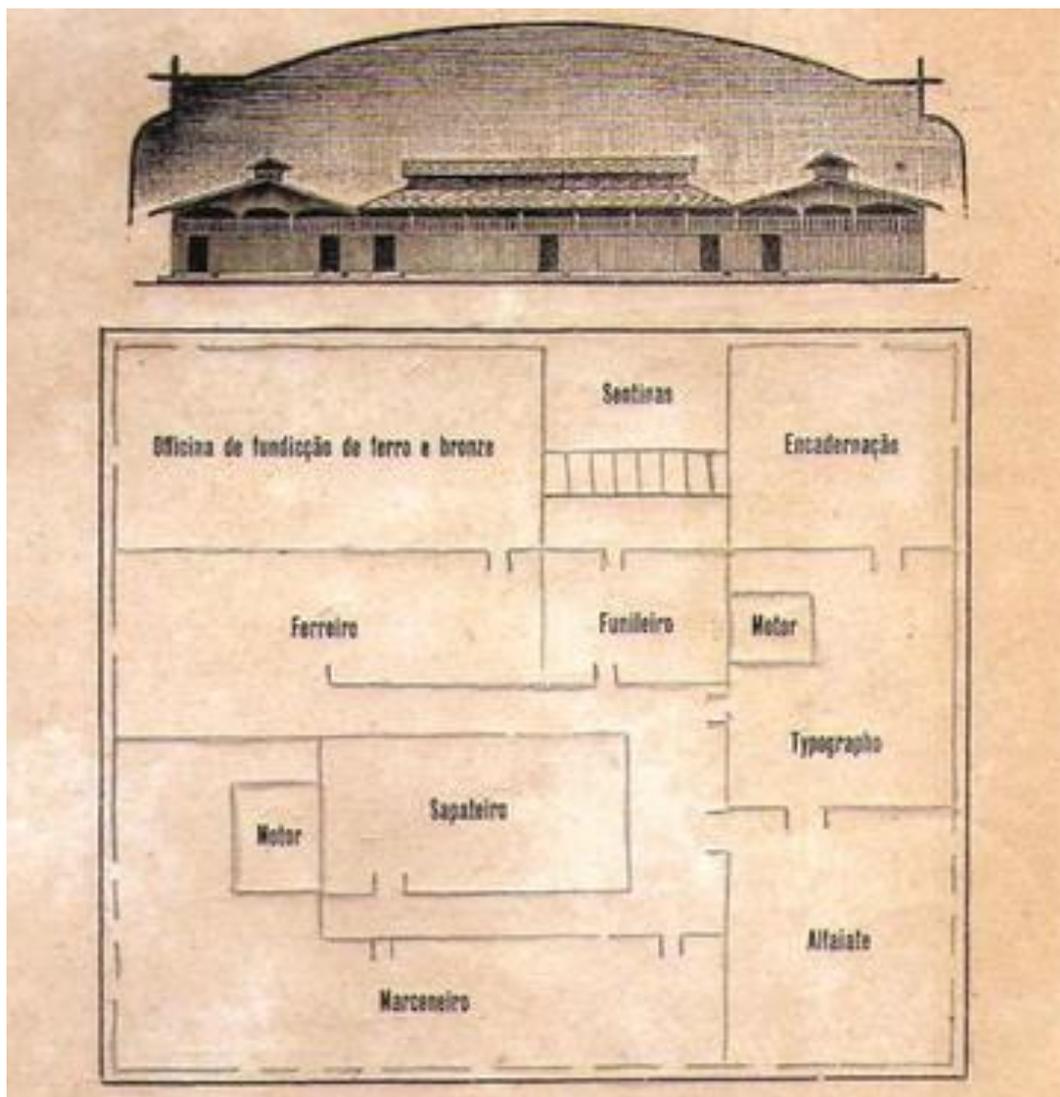
**Figura 41:** Oficina de sapateiro.



Fonte: Pará, 1904.

A construção destas oficinas iniciou-se em 20 de fevereiro de 1900 e foram finalizadas no fim de setembro daquele mesmo ano. Estas eram todas feitas em madeira e compunham-se “de quatro corpos em disposição retangular, tendo 56 metros de comprimento por 34 metros de largura e 6 metros de altura, no interior tem um páteo e ao meio levanta-se um quinto corpo tendo 16 metros por 8 metros de largo” (Pará, 1904, p. 20).

**Figura 42:** Planta baixa das oficinas do instituto.



Fonte: Pará (1904).

Quanto à sua arquitetura, as oficinas possuíam inúmeros artifícios que proporcionavam um ambiente iluminado e arejado, e consequentemente, salubre de acordo com a lógica higienista. Havia portas em todo o perímetro das instalações com aberturas na parte superior e uma espécie de exaustor no topo para possibilitar a renovação do ar.

Os telhados formados em 35 thesoiras e cobertos a telha de Marsélha tendo no seu prolongamento lanternins para arejamento são sustentados por 108 prumos de acapú e estes firmados em alicerce de alvenaria; as divisorias e sobrados são de madeira de maçaranduba, sendo pintadas de branco e que forma o forro exterior; envidraçamento em quasi todo o perímetro do edifício garantem-no do mau tempo, dando-lhe a claridade necessaria para trabalho (Pará, 1904, p. 20)

Houve a preocupação em retratar que vedação das esquadrias era realizada por vidros translúcidos e que o formato da cobertura permitia a continuidade dos trabalhos para assegurar

que o projeto das oficinas foi pensado para haver seu funcionamento com ventilação e iluminação adequadas, independente das intempéries climáticas. Além disso, por ser de uma estrutura de madeira, houve a ressalva de tratar de uma estrutura firme, constituída por uma das madeiras mais resistentes e duradoras – a maçaranduba - e fundadas em alicerces de alvenaria. Por fim, há a pintura feita em cor clara para conferir o aspecto de limpeza e proporcionar o conforto térmico próprios de cores que absorvem menos calor.

Sobre o “templo do trabalho”, termo usado pelo Diretor Ernesto Mattoso para se referir ao Instituto, a partir da análise da rotina das oficinas que se parecia a uma série de fábricas que exploravam os operários, relacionamos principalmente as práticas disciplinares à prisão de Walnut Street<sup>73</sup>, descrita por Foucault (2000):

[O uso do] trabalho obrigatório em oficinas, ocupação constante dos detentos, custeio das despesas da prisão com esse trabalho, mas também retribuição individual dos prisioneiros para assegurar sua reinserção moral e material no mundo estrito da economia; os condenados são então constantemente empregados em trabalhos produtivos para fazê-los suportar os gastos da prisão, para não deixá-los na inação e para lhes preparar alguns recursos para o momento em que deverá cessar seu cativeiro (Foucault, 2000, p. 102)

Da mesma forma, o tempo dos educandos era priorizado às oficinas não apenas para cobrir o custo de sua formação, mas também para produzir receitas para o Estado. Assim como o trabalho foi utilizado como ferramenta para retirar os meninos pobres e órfãos das ruas do centro aburguesado da cidade para receberem a instrução necessária para participar da sociedade idealizada pelos republicanos como operários, e não mais às custas da caridade ou da imoralidade.

A vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições: Todos os prisioneiros se levantam cedo de madrugada, de maneira que depois de terem feito as camas, se terem lavado e atendido a outras necessidades, começam o trabalho geralmente ao nascer do sol. A partir desse momento, ninguém pode entrar nas salas ou outros lugares que não sejam as oficinas e locais designados para seus trabalhos. No fim do dia, toca um sino que os avisa para deixar o

---

<sup>73</sup> Prisão localizada na Filadélfia, nos Estados Unidos, onde inaugurou-se em 1790 o sistema filadélfico de prisão que consistia na utilização de convicções religiosas e bases do Direito Canônico para estabelecer uma finalidade e forma de execução penal. O condenado deveria ficar completamente isolado em uma cela, sendo vedado todo e qualquer contato com o meio exterior. Objetivava-se a expiação da culpa e a emenda dos condenados. Autorizava-se, tão-somente, passeios inconstantes no pátio da prisão e a leitura da Bíblia, para que o condenado pudesse se arrepender do delito praticado e, conseqüentemente, alcançar o perdão de sua conduta reprovável perante a sociedade e o Estado.

trabalho. Eles têm meia hora para arrumar as camas, e depois disso não lhes é mais permitido conversar alto e fazer o mínimo ruído (Foucault, 2000, p. 102).

O tempo dos educandos era precisamente planejado e vigiado sob sinais sonoros pelos inspetores durante 24 horas por dia, só havendo descanso aos domingos, durante um curto período para haver contato com a família. A vigilância e a disciplina criavam mais um componente da instrução que se somava à instrução teórica e prática - a reeducação corporal, onde o aluno aprende a se organizar em fileiras, em silêncio, sob economia de gestos e otimizando o tempo para produzir cada vez mais.

Ao mesmo tempo que o próprio condenado, a administração de Walnut Street recebe um relatório sobre seu crime, as circunstâncias em que foi cometido, um resumo de interrogatório do culpado, notas sobre a maneira como ele se conduziu antes e depois da sentença. Outros tantos elementos indispensáveis se queremos “determinar quais serão os cuidados necessários para destruir seus hábitos antigos”. E durante todo o tempo da detenção ele será observado; seu comportamento será anotado dia por dia, e os inspetores — doze notáveis da cidade designados em 1795 — que, dois a dois, visitam a prisão toda semana, deverão se informar do que se passou, tomar conhecimento da conduta de cada condenado e designar aqueles para os quais será pedida a graça (Foucault, 2000, p. 103)

Os alunos também possuíam seu desempenho registrado diariamente pelo professor - que deveria dar uma nota ao inspetor a qualquer momento que fosse pedido. Havia também os registros sobre as boas e más ações que constituíam a classificação da assiduidade e, portanto, o recebimento de recompensas mensais por disciplina.

A partir de 1797, os prisioneiros estavam divididos em quatro classes. [...] Organiza-se todo um saber individualizante que toma como campo de referência não tanto o crime cometido (pelo menos em estado isolado) mas a virtualidade de perigos contida num indivíduo e que se manifesta no comportamento observado cotidianamente. A prisão funciona aí como um aparelho de saber (Foucault, 2000, p. 103)

Se a prisão de Walnut Street dividia os detentos pela gravidade dos seus crimes, o Instituto graduava os alunos de acordo com seus níveis de conhecimento para facilitar a comparação e, portanto, a avaliação e o cálculo de produtividade. Outrossim, dentro da sala de aula era utilizada a técnica do arranjo organizacional para dispor os alunos matricialmente sobre as carteiras, o que permitia infinitas combinações, podendo colocar os menos assíduos na frente, ou desfazer aglomerações que perturbassem a ordem. Portanto, percebemos que houve inúmeras práticas comuns entre um Instituto para meninos desvalido e uma prisão do século

XVIII, onde imperava o controle e o trabalho para transformação e reinserção do indivíduo na sociedade.

Além do ensino técnico industrial realizado nas oficinas, o instituto possuía o curso de agricultura realizado na horta, pomar, posto zootécnico, estábulo, entre outros. No estábulo e seus anexos, eram “tratados os animaes de trabalho e as vacas leiteiras e os outros animaes domesticos, por tratadores especiaes sob a fiscalisação do Director” (Pará, 1904, p. 40) Nestes estabelecimentos havia criações para as aulas práticas e alimentação do instituto como vacas, porcos, bezerros, cavalos e coelhos. Além disso, havia uma grande propriedade atrás do instituto destinado para horta e pomar que produziam de 50 a 60 quilogramas de verduras para a alimentação dos alunos. Na leitaria utilizava-se o leite remanescente dos alunos para produzir manteigas e queijos - também destinados para a alimentação dos alunos sob supervisão de “pessoa competente”.

Figura 43: Planta do terreno.



Fonte: Pará (1899).

O instituto envolvia os alunos em todos os processos alimentícios que iam além das “lições de agricultura pratica, colheitas e industrias agrricolas” (Pará, 1904, p. 39), com o intuito de transmitir também as regras impostas pelo Código de Polícia municipal. O Código possuía boa parte do título destinado à higiene e à saúde públicas para tratar sobre regras acerca das atividades comerciais ligadas a gêneros alimentícios e posturas a ser conduzidas em mercados, açougues, venda de leite e abrigo e depósito de animais. Portanto, o instituto também era fundamental para o cumprimento das leis estabelecidas por Lemos, principalmente destinadas à Higiene.

Além das instalações para a instrução profissional para a indústria e a agricultura, o Instituto contava com um observatório meteorológico, que ficava “a cargo do professor de chimica e Physica, Dr. G. Martina” (Pará, 1904, p. 65) para auxiliar as aulas práticas dos alunos do curso secundario, onde eram inferidas informações sobre a temperatura, pressão, humidade, insolação, direção do vento e chuvas da região. Outrossim, haviam 25 chalés na avenida ao fundo do edifício que serviam de “residencia ao sub-director, mestres de officinas, adjuncto, inspectores e outros empregados” (Pará, 1904, 68).

**Figura 44:** Avenida ao fundo do Edifício - Chalés de residência dos mestres.



Fonte: Pará (1904).

O instituto era abastecido com energia elétrica por meio das “machinas de Utinga (repartição de abastecimento d'agua)” (Pará, 1904, p. 68), sendo o processo de abastecimento dos “motores a vapor ou a petroleo” (Pará, 1904, p. 40) realizado por “pessôa competente,

mediante salario, sendo auxiliado por alumnos nas condições de dirigirem esses machinismos” (Pará, 1904, p. 40). A energia elétrica também possibilitava o Instituto dispor de uma fábrica de gelo e uma lavanderia, onde funcionavam “3 machinas para lavar a' roupa dos alumnos, movidas por uma machina a vapor de 4 cavallos de força”, que ficava a cargo do “pessoal ajustado para esse fim, auxiliado pelos alumnos” (Pará, 1904, p. 67) e pelas engomadeiras contratadas.

O Instituto possuía uma estrutura que reflete seu papel no projeto republicano para o Estado, pois formava operários em atividades industriais e agrícolas e ainda teriam experiência em manipulação de diversos equipamentos que poderiam lhe permitir um trabalho em um ramo sem formação até o momento na região, como o manuseio de motores, energia elétrica, lavanderia, entre outros. Além disso, o Instituto era uma instituição-chave para o fornecimento de material para o Estado, incluindo mobílias, roupas, portões de ferro e adereços. O número acerca do investimento e das receitas eram constantemente utilizada pelos governadores para justificar a alta quantia que o instituto despendeu. Até o final do mandato do Governador Lauro Sodré, estava “quasi concluido o corpo principal anterior, comprehendendo grande salão para estudo, quatro salões para aulas, duas salas para secretaria e archivo, dois grandes salões para dormitórios e dois salões para a directoria” (Pará, 1897, p. 26), o que custou para os cofres público até o dia 31 de dezembro de 1896 a “somma de 733:333\$333”, pouco mais de 733 contos de réis. No governo de Paes de Carvalho, iniciado em 01 de fevereiro de 1897, em virtude da necessidade de equilibrar o orçamento, foi decidido “suspender algumas obras públicas de reconhecida utilidade que se estavam construindo no Estado” (Pará, 1888, p. 22). Porém, logo foram continuadas, pois as “condições financeiras têm melhorado sensivelmente, é de bom aviso continual-as” (Pará, 1888, p. 22). Embora a economia mostrasse uma leve recuperação, foi o suficiente para que o Governo desse “prosseguimento das obras que forem julgadas menos adiveis”, incluindo a despendeosa obra do Instituto Lauro Sodré: “Conclusão do Instituto Lauro Sodré 200 contos (ouro); Custeio das obras do Instituto Gentil Bittencourt 80 contos (ouro); Custeio das obras da Penitenciaria 80 contos (ouro); Augmento da Academia de Bellas-Artes 10 contos (ouro); Conclusão do muro do recinto do quartel do 2.º corpo 10 contos (ouro)” (Pará, 1888, p.22). O valor gasto na conclusão do Instituto é muito maior em às demais despesas e evidencia a importância da conclusão das obras do Instituto para o Governo.

Após esta liberação de verba para o prosseguimento das obras, não encontramos mais despesas quanto a construção do Instituto, o que permite-nos inferir que a concretização do novo prédio custou no mínimo 933 contos de réis, um valor extremamente alto para o Instituto destinado à instrução de meninos pobres e órfãos, corroborando com nossa tese de que sua

finalidade extrapolava a instrução e formação de operários, possuindo um papel de “fábrica” que produzia equipamentos e receitas para o Estado. Neste intento, Augusto Montenegro, no relatório sobre seu mandato (1901-1909), exalta que as oficinas do Instituto possuíam “107 machinas, das quaes 74 foram adqueridas e montadas” em seu Governo, seguindo sobre a justificativa de tanto investimento na instituição:

Ora, coisa deveras digna de nota, este ingente estabelecimento devia custar grossas sommas ao Estado. Quem ali entra, e verifica a magestade, a amplidão, a ordem, o asseio e a abundancia de todos os meios requeridos á saude, ao sustento, á instrucção, ao ensino, pensa que naturalmente ali de tem de empregar grossas quantias. O Instituto Lauro Sodré dá ao Governo do Estado do Pará um lucro de muitas dezenas de contos de reis annuaes. E sabem porque? As suas officinas de alfaiate e de sapateiro, vestem os alumnos de lá e de outros estabelecimentos publicos; vestem a força publica, fazem-lhe os Seus fardamentos. D'ali saem as mobílias escolares para as escolas, e ainda os gradis, portões e outras obras dos estabelecimentos publicos! (Pará, 1908, p. 306).

Segundo o Governador, em 1901 o Instituto recebeu 42:459\$443 (pouco mais de quarenta e dois contos de réis) a partir de fornecimento de produtos para o Estado. Em 1905, os trabalhos manufaturados para o Estado “subiram a Reis 184:495\$977” (Pará, 1908, p. 306) e em 1906 “importaram em Reis 208:054\$470” (Pará, 1908, p. 306). Percebe-se que evidenciar que uma instituição educativa produtora de grandes receitas era um grande feito político, também refletindo a exploração dos alunos nas oficinas, já que “anno para anno augmenta o trabalho produzido pela Escola” (Pará, 1908, p. 306). Em 1907, o Governador detalha os produtos fabricados na Instituto:

30.047 peças de roupas diversas; 9.662 pares de calçados diversos; 1.436 carteiras escolares; 87 bancas para professores; 50 quadros pretos; 53 armarios; 654 cabides para chapéus; 23 pés de filtros; tudo para as escolas publicas do Estado.

10.356 encadernações e brochuras, sem contar-mos o que produziram as officinas de ferreiro-serralheiro e funileiro.

A officina de typographo forneceu todos os impressos, livros pautados e bilhetes para a Estrada de ferro de Bragança e para outras repartições do Governo (Pará, 1908, p. 306-307).

O Instituto era o grande provedor de mobília e material escolar para o Governo, reforçado no contexto de criação dos Grupos Escolares da primeira década do século XX. Portanto, a instituição tinha papel fundamental também na concretização dos demais espaços escolares do Estado a partir do fornecimento de materiais que permitissem executar a educação republicana. Até 1908 a instrução pública primária no Pará era administrada em 37 grupos escolares, 111 escolas isoladas no interior, 57 escolas municipais, 5 institutos (Lauro Sodré,

Gentil Bittencourt, Prata, Ourém, Outeiro), o Orfanato municipal Antônio Lemos. A instrução secundária e superior compreendia a Faculdade Livre de Direito, Escola Normal, Ginásio Paes de Carvalho, Escola de Farmácia e o Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho. Portanto, o nicho escolar possuía grande demanda de mobília e vestimenta para acompanhar as instituições escolares inseridas no projeto republicano.

Analizamos no discurso do governador Augusto Montenegro também a exaltação às práticas do trabalho remunerado no Instituto, recebendo o aluno que dispusesse do diploma de operário de 2ª classe

O alumno que tira o seu diploma de estudos primarios e que o seu trabalho nas officinas já é productivo, recebe o diploma de operario de 2º classe, que lhe dá direito á diaria de 800 reis, ouro, dos quaes recebe a metade mensalmente e a outra metade recebe por junto quando conclue o seu curso, que deve ser um anno após o diploma de operario de 2º classe. Assim, o operario quando acaba os seus estudos profissionaes, ao sahir do Instituto, alem das economias que haja feito por si mesmo, recebe com o seu diploma final, cerca de 140\$000 reis, ouro (Pará, 1908, p. 307).

Desta forma, somado às profusas características que o Instituto buscou impor sobre os educandos, há também sua inserção na dinâmica liberal por meio do ensaio do trabalho remunerado perpassado pelas práticas de competição, produtividade e recompensas mensais de “10\$ 000 reis e outro de 5\$000 aos dous aprendizes que mais produzem e se distinguem (Pará, 1908, p. 307). A inserção dos alunos no sistema também é observado na prática de designar funções especiais entre os educandos de melhor comportamento para exercer a função de inspetores, enfermeiros e empregados da secretaria da escola sob “gratificação de 50\$000 reis, mensalmente”, pois era considerada uma medida salutar que proporcionava “melhores resultados, quer á moralidade e disciplina da casa, quer á marcha dos trabalhos” (Pará, 1908, p. 307).

Assim, compreendemos que o instituto era um protótipo de fábrica que usava os educandos como mão de obra para produzir receitas e suprir as demandas por produtos industriais, principalmente pelo Estado, e esta linha de produção transformava crianças pobres em alunos-operários úteis à pátria com instrução teórica suficiente para o trabalho, mas não para ascensão de classe. A instrução teórica reduzida, influenciada pelo positivismo, reproduziu práticas higienistas e disciplinares com o objetivo de inserir o desvalido na nova sociedade aburguesada que exigia das classes pobres a ordem, disciplina e práticas consideradas civilizadas para os republicanos. Transversalmente, entre a concepção e o menino pobre e órfão, havia a arquitetura escolar utilizada como instrumento de disseminação dos ideais políticos, ora para higienizar, ora para vigiar, ora para classificar, ora para exaltar o regime.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Primeira República no Pará, a instrução pública vivenciou um momento de profundas mudanças em virtude do contexto político, econômico e social em que se encontrava o estado. As transformações da implementação do novo regime são mescladas à efervescência econômica da era da borracha e ao crescimento acelerado de Belém. Nesse contexto, houve a valorização da instrução pública e de exaltação dos valores republicanos nos conteúdos ensinados nas escolas, a fim de formar um povo civilizado e cidadãos úteis à pátria. A partir da compreensão da concepção de educação na Primeira República e dos ideais que permeavam suas políticas públicas, buscamos compreender a relação existente entre o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré e os ideais inerentes à concepção educacional republicana para meninos pobres e órfãos no Pará.

Como questões norteadoras capazes de contribuir na construção do objeto, buscamos compreender a caracterização do projeto arquitetônico da instituição e quais os elementos materializaram a concepção educacional para educandos pobres e órfãos e, para alcançar nosso intento, estipulamos como objetivo geral: analisar como os elementos arquitetônicos do Instituto Lauro Sodré estavam relacionados à concepção educacional de meninos pobres e pobres. Como objetivos específicos nos propomos a desvendar as influências que o projeto arquitetônico absorveu, portanto visamos identificar as normas arquitetônicas para edifícios escolares alinhados aos preceitos republicanos que foram realizados antes da elaboração do projeto do instituto (1893; e compreender o ideário educacional republicano voltada para meninos pobres e órfãos em Belém.

Em termos metodológicos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Maria Lauro Franco (2018) para tratamento das informações, partindo da pré-análise, quando se realizou uma leitura flutuante por diversos documentos referentes aos assuntos pertinentes ao objeto, como a Instrução Pública do período, a arquitetura utilizada nos prédios públicos na Primeira República, bem como os assuntos políticos, econômicos e sociais no qual o Instituto Lauro Sodré estava inserido. Posteriormente integramos a teoria, a coleta, a análise e a interpretação de dados para finalmente escolhermos o universo de documentos adequados para fornecer informações sobre o problema levantado. Nossa teoria se baseou na arquitetura escolar balizada pela instrução pública na primeira república e a política higienista de Antônio Lemos, o que nos permitiu definir os documentos pertinentes ao recorte temporal e ao objeto para serem aprofundados. Definimos como principais fontes a Monografia do Instituto Lauro Sodré de 1904; o Decreto n. 986, de 26 de março de 1901, que reorganizou o Instituto Lauro Sodré; o

Decreto n. 1092, de 04 de dezembro de 1901, que aprovou o regulamento do instituto; sobre a Lei municipal n. 276, de 3 de julho de 1900, que instituiu o Código de Polícia Municipal pelo intendente Antônio Lemos; e o relatório apresentado ao Governador Justo Leite Chermont pelo Diretor da instrução Pública José Veríssimo denominado “A instrução pública no Estado do Pará em 1900”. A partir da exploração destas fontes, alcançamos os objetivos estipulados e confirmamos a hipótese de que o projeto arquitetônico do Instituto Lauro Sodré serviu de instrumento para transmitir a instrução destinada a meninos órfãos e pobres a partir da concepção educacional republicana caracterizada pelo higienismo e pela disciplina para a formação de operários “úteis” à concretização da República idealizada no Pará.

A instrução de meninos pobres e órfãos no Pará buscou-se atender a necessidade de mão de obra especializada em atividades industriais e agrícolas na região a partir do Instituto Lauro Sodré. O programa de disciplinas e os discursos do Diretor nos permitiram visualizar que o ensino profissional era priorizado em detrimento do teórico e a formação de operários habilidosos é tratada como finalidade principal do instituto, seja para promover receitas para a instituição ou para transformar meninos pobres em futuros operários. As práticas educativas eram permeadas por princípios liberais, estimulando a competitividade e a otimização da produção e dos lucros. Estes trabalhadores, além de serem capacitados, deveriam estar alinhados ao novo modo urbano de viver em Belém, ou seja, respeitar o código de polícia que alinharia o ser civilizado a seu projeto de cidade moderna.

Desta forma, pretendia-se criar um habitante que vivesse conforme as normas higienistas impostas, trabalhasse conforme as regulações das atividades do código, reproduzisse práticas e hábitos considerados civilizados, respeitasse a moral e os bons costumes e morasse em habitações condizentes ao conjunto arquitetônico aburguesado. Esta última principalmente tornou inviável de morar no centro da cidade, servindo de instrumento de afastamento dos mais pobres para os bairros periféricos. Portanto, percebemos o lugar do menino desvalido no projeto civilizatório e modernizador dos republicanos – receber a mínima instrução teórica para priorizar o ensino de ofícios durante o trabalho nas oficinas a partir de práticas higiênicas e disciplinadoras e estimulados de produtividade e competição, formando assim operários dóceis, empenhados e civilizados.

Percebemos que a arquitetura do Instituto recebeu influências locais e europeias, pois buscou atender à política da intendência de Lemos, à concepção educacional republicana e a alguns dimensionamentos e especificações do Regulamento Francês de 1880. Este projeto para os meninos pobres da região utilizou da arquitetura do instituto como instrumento para alcançar seus objetivos. Sob a ótica de Foucault, identificamos os mecanismos de disciplinarização que

permitiram afastar, isolar, classificar, vigiar e disciplinar principalmente os educandos.

A posição geográfica foi utilizada como elemento de afastamento do centro aburguesado de Belém, para não comprometer a paisagem “civilizada” pelo intendente, e como recurso para distanciar e isolar os educandos de suas famílias, pois a proximidade poderia comprometer a instrução de novos hábitos “civilizados”.

O formato do edifício em “H” permitiu a implementação de “torres de controle” em compartimentos localizados em pontos estratégicos como a secretaria, no pavimento térreo, e o quarto nos inspetores, no pavimento superior. Esta técnica permitia visualizar a movimentação de alunos e professores entre as salas de aula e o acesso aos banheiros, impondo a disciplina a partir da adoção de regras de vigilâncias panópticas e táticas de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração.

A divisão dos alunos por níveis de aprendizado, distribuindo por sala de aula e com o seu respectivo professor otimizou o tempo de ensino aprendizagem e ampliou o uso das práticas de vigilância, ordem e hierarquia. A disposição dos educandos em filas espaçadas por corredores para circulação entre as carteiras permitia a movimentação vigilante e constante nas atividades dos alunos e a mensuração de sua produtividade. Dispor em fileiras, posicionar hierarquicamente e atribuir lugares fixos para os alunos permitiu empregar o princípio da localização imediata ou quadriculamento, inerente à prática disciplinadora de grupos. Além disso, a posição de destaque do professor, posicionado à frente do quadro-negro e acomodado em uma imponente cadeira e mesa de madeira, ambos elevados por um palanque de madeira – símbolo de autoridade - possibilitava assistir a todos. Os preceitos higienistas podiam ser observados nos elementos que permitiam aproveitar a ventilação e a iluminação natural como o pé-direito de quase seis metros, os janelões espaçados a cada metro e a vedação com esquadrias de vidros que proporcionavam iluminação ao interior mesmo sob intempéries climáticas. Percebemos também a influência do Regulamento Francês na disposição das janelas e no dimensionamento do tamanho das esquadrias empregadas.

O refeitório utilizou as mesmas técnicas da sala de aula para tornar o ambiente mais salubre a partir da ventilação e iluminação e a influência do Regulamento francês na projeção da mobília pertinente à alimentação. Percebemos que a disposição das mesas e bancos utilizou de técnicas de arranjo para reforçar a disciplinarização dos alunos ao determinar desde o local para se sentar até o ato de se portar à mesa, inculcando assim os hábitos considerados civilizados pelos republicanos.

A disposição de dois dormitórios, um para menores e outro para maiores, com capacidade para 150 leitos cada, revela a preocupação higienista e moral de separar os

educandos menores dos mais velhos e sua acomodação em leitos individuais. Os dormitórios eram contornados por janelas em todos os lados, seguindo o mesmo padrão das salas de aula, cuja dimensão seguia  $3/5$  do pé-direito, propiciando um ambiente purificado pela luz do sol durante o dia e arejado durante a noite. A disposição dos leitos com um largo espaço vago entre os médios dos menores para separá-los e facilitar as rondas noturnas reforçava a vigilância. A posição dos educandos disposta em filas utilizava o mesmo princípio do espaço analítico, utilizando de arranjos como ferramenta para classificar, dispersar e aproximar do inspetor os educandos desordeiros.

No mesmo corredor de acesso aos vestíbulos e dependências do diretor, há destaque na planta baixa para um relógio, colocado em lugar visível e de grande circulação para determinar a pontualidade e a disciplina na rotina minuciosamente planejada e controlada pelo inspetor. O controle das atividades utilizava do uso preciso do tempo e sua utilização exaustiva para transformar crianças em adultos disciplinados sob estímulos de promoção de cargos e premiações mensais em dinheiro.

Os ambientes para recreação foram divididos em três áreas fisicamente separadas para o uso dos educandos de acordo com a faixa etária, empregavam condições de isolamento para não haver fugas e eram equipados por aparelhos sanitários e de ginástica, inerentes à aplicação dos preceitos higienistas na instrução pública. Tal estrutura permitiu aplicar o programa de aulas de ginástica repleto de técnicas para fabricar corpos ao mesmo tempo dóceis e capazes e reproduziu influências do regulamento francês de 1880, que prescrevia que todas as escolas deviam possuir aulas de ginástica em um ambiente adequado, dispor de um pórtico para atividades físicas e sanitários.

A disposição da instituição em formato de “H” também teve a intencionalidade de dispor de espaços abertos no seu interior, pois a partir deles foi possível a entrada de ar e luz, propiciando um ambiente claro e ventilado e, portanto, segundo a teoria miasmática, livre de infecções de doenças. Outra preocupação com a higiene se refletiu nos banheiros e salas de banho. No interior da instituição havia apenas banheiros para lavar as mãos e realizar as necessidades fisiológicas (lavabos), enquanto no exterior estavam os chuveiros onde se realizavam os banhos coletivos dos educandos.

O formato do prédio com simetria axial que gera uma organização estruturada a partir de um eixo central aliado à sua proporção horizontal e vertical com o uso de um pé-direito de 6 metros, confere imponência e suntuosidade ao edifício. A simetria também é evidenciada pela presença rítmica de janelas a cada um metro que preenchem quase toda a totalidade das paredes, conferindo o aspecto de monumentalidade e destaque na região ausente de outras edificações.

A estética do prédio principal do Instituto é marcada pela presença de elementos do estilo neoclássico e do *Art Nouveau*, que pela mescla formam o ecletismo, e se utilizam de técnicas de projeto para conferir monumentalidade e suntuosidade à sua arquitetura, características fundamentais para tornar o prédio escolar um elemento de propaganda do discurso republicano. A fachada alusiva à um “templo do saber” sustentou os símbolos que ainda estavam sendo assimilados pelos brasileiros: o Brasão de Armas do Brasil, centralizado no frontão triangular, e as bandeiras hasteadas em solenidades. Enquanto o prédio principal buscou transmitir através de sua estética um templo de sabedoria, as oficinas demonstraram em suas práticas um templo de exploração, sob o discurso de que o trabalho transmitia a instrução necessária para participar da sociedade idealizada pelos republicanos como operários, e não mais às custas da caridade ou da imoralidade. As oficinas foram projetadas para oferecer um ambiente saudável, iluminado e arejado e possibilitar o uso de técnicas que permitiam disciplinar e estimular a produção de receitas para o Instituto.

Assim, compreendemos que o instituto era um protótipo de fábrica que usava os educandos como mão de obra para produzir receitas e para suprir as demandas por produtos industriais, principalmente pelo Estado. Esta linha de produção transformava crianças pobres em alunos-operários úteis à pátria com instrução teórica suficiente para o trabalho, mas não para ascensão de classe. A instrução teórica reduzida, influenciada pelo positivismo, reproduziu práticas higienistas e disciplinares com o objetivo de inserir o desvalido na nova sociedade aburguesada que exigia das classes pobres a ordem, disciplina e práticas consideradas civilizadas para os republicanos. Transversalmente, entre a concepção e o menino pobre e órfão, havia a arquitetura escolar utilizada como instrumento de disseminação dos ideais políticos, ora para higienizar, ora para vigiar, ora para classificar, ora para exaltar o regime.

## FONTES

A CONSTITUIÇÃO. **Edição de 15/03/1876**. 1876, p. 02

A CONSTITUIÇÃO. **Edição de de 20/04/1876**. 1876, p. 01.

AULETE, Caldas. **Diccionario Contemporâneo da Lingua Portugueza**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

BELÉM. **O município de Belém em 1902**. relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo senador Antônio José de Lemos. Typografia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil**, Página 3474 Vol. Fasc.XI. 1890.

DIÁRIO DE BELÉM. **Edição de 25/12/1873**. 1873, p. 1.

FRANCE. **Règlement pour la construction et l'ameublement des maisons d'école, arrêté par le ministre de l'Instruction publique le 17 de juin 1880**; suivi d'un commentaire et de plans explicatifs. Paris: Ministère de l'Instruction Publique et Beaux-arts, 1880.

GRÃO-PARÁ. **Discurso recitado em 14 de abril de 1841 na abertura da Assembleia Legislativa Provincial**, pelo Snr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor. 1841.

GRÃO-PARÁ. **Ofício do Diretor do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1881) ao Presidente da Província do Grão-Pará**. 1881.

GRÃO-PARÁ. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial** na 1ª sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província Abel Graça, Typ. do Diário do Gram-Pará. 1872.

GRÃO-PARÁ. **Relatório do Diretor do Instituto Paraense de Educandos Artífices de 1878**, anexo a falla de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Legislativa provincial 16 de junho 1879.

GRÃO-PARÁ. **Relatório do presidente da província Domingos José da Cunha Junior** sobre sua administração para o 3º vice-presidente Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873.

JORNAL DO PARÁ. **Edição de 04/06/1872**, 1872, p. 01.

JORNAL DO PARÁ. **Edição de 05/11/1873**, 1873, p. 02.

JORNAL DO PARÁ. **Edição de 08/01/1878**, 1878, p. 02.

LEMOS, Antonio Jose de Lemos. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. p. 48.

O LIBERAL DO PARÁ. **Edição de 01/02/1882**. 1882, p. 01.

O LIBERAL DO PARÁ. **Edição de 21/02/1877**. 1877, p.01.

O LIBERAL DO PARÁ. **Edição de 23/01/1872**. 1872, p. 01.

PARÁ. (1896). **Relatório das repartições estaduais apresentado ao Sr. Governador Dr. Lauro Sodré em 1894**. Belém: Tipografia do Diario Oficial, 1896, p. 245-246.

PARÁ. (1898). **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Governador José Paes de Carvalho em 15 de abril de 1898**, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1898-1899, Belém, PA: Diario Oficial. 1898.

PARÁ. Estado. **Relatório do Instituto Lauro Sodré**. Milano: F. Chiatt & C., 1899.

PARÁ. **Monographia do Instituto Lauro Sodré: eschola profissional do estado**. Belém, PA: Typ. e encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904. 182 p.

PARÁ. **Regulamento Escolar, Programmas, Horario e Instrucções Pedagógicas**. 1890.

PARÁ. **Decreto 372**. Reorganiza a Instrucção Publica. 1891.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 1 de fevereiro de 1897** ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1897.

PIRES, O. **Hygiene dos internatos**. Revista de Educação e Ensino. 1892.

ROBSON, E. R. **School Architecture: being Practical Remarks on the Planning, Designing, Building and Furnishing of School-houses**. London: John Murray. 1874.

ROQUETTE, José Ignácio. **Código do Bom-tom ou regras da civilidade de bem viver no XIX século**. Paris: V<sup>a</sup> J. P. Aillaud, 1867.

VERÍSSIMO, José. **A Instrucção Pública no Pará em 1890**. Pará: Tipografia de Tavares Cardoso & Cia.,1891.

VIANNA, Arthur. **As epidemias no Pará**. Belém: Imprensa do Diário Oficial, 1906.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília: Inep; São Paulo: Educ, 1989.

AZEVEDO, Crislane; AMORIM Hananiel; SANTOS, Rosa. Princípios Higienistas e a Escola para a república: Um estudo sobre os grupos escolares do Rio Grande do Norte. **Educação em Debate**, n. 73, 2017

AZEVEDO, Crislane; STAMATTO, Maria. **Escola da ordem e do progresso: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal no Pará (UFPA). Belém, 2011.

BARROS, José Costa D.'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos Primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, 2012.

BELTRÃO, Jane Felipe. A andarilha em Belém, cidade do Pará oitocentista. In: VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (Orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy; BRAGA, Marina. História e Arquitetura Escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910). **Revista Linhas**, v. 12, n. 1, 2011.

BENCOSTTA, Marcus Levy; ERMEL, Tatiane. Escola graduada e arquitetura escolar no Paraná e Rio Grande do Sul: a pluralidade dos edifícios para a escola primária no cenário brasileiro (1903-1928). **Revista História da Educação (Online)**, v. 23, 2019.

BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX. **Revista Educar**, n. 25, 2005.

BEZERRA NETO, José Maia. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição** (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

CANCELA, Cristina Donza. Uma cidade... muitas cidades: Belém na economia da borracha. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (Orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008.

CANDIOTTO, César. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 18-24, 2012.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 29, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos. **Ensino Profissional na Primeira República: representações manifestas na Revista do Ensino de Minas Geraes (1925 a 1930)**. 2018. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018.

COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempo de epidemias. Belém 1850-1890**. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

COSTA, Mayco Bruno Cruz; MENEZES NETO Geraldo Magella de. Livros escolares e provas de “Portuguez”: formação civilizadora na Instrução Pública do Pará (1898-1912). **Revista Latino-Americana de História**, v. 5, n. 15, 2016.

COSTA, Raíssa Cristina Ferreira. **Nós, os educandos artífices paraenses”: perfil e trajetória dos aprendizes do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872-1905)**. 2021. 205 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal no Pará (UFPA), Belém, 2021.

DERENJI, Jussara. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX**. Manaus: SEC, 1998.

DUSSEL, Inés. El patio escolar, de claustro a aula al aire libre. Historia de la transformación de los espacios escolares (Argentina, 1850-1920). **Anuario de Historia de la Educación**, v. 20, n. 1, 2019.

FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da república no Pará (1886-1897)**. Belém: Açaí, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp: 2006.

FONTES, Edilza. A batalha da borracha, a imigração nordestina e o seringueiro: a relação história e natureza. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane P. (Orgs). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.  
GARCIA, Daniel Melo. Desenvolvimento histórico da responsabilização criminal do menor infrator. **Âmbito Jurídico**, v. XIV, n. 94, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. Olhares estrangeiros na cidade: a rua do comércio de Belém. In: BELTRÃO, Jane Felipe; VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (Orgs.). **Conheça Belém, co-memore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Belém (PA)**. s/d. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1217/> Acesso em 01.08.2022.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n.7, 2002.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Revista Mana**, v. 18, n. 2, 2012.

LIMA, Natália Dias de Casado. **A Belle Époque: transformações urbanas, moda e influências no Rio de Janeiro**. In: História & Democracia: precisamos falar sobre isso. Guarulhos, SP: UNIFESP, 3 a 6 de outubro de 2018.

LOBATO, Ana Maria Leite. **“Templos de Civilização” no Pará: a institucionalização dos grupos escolares (1890-1910)**. 2004. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MEDEIROS, Alexsandro. **Positivismo e Educação no Brasil**. 2011. Disponível em  
<<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/positivismo-e-educacao-no-brasil/>> Acesso em 04.08.2022.

MENEZES, Jaci; MIGUEL, Antonieta; SANTANA, Elizabete. A constituição do professor primário na Bahia republicana: diálogo com a legislação (1890-1919). **Cadernos de História Da Educação (Online)**, v. 20, 2021.

MÉRCHER, Leonardo. **Belle Époque francesa**: a percepção do novo feminino na joalheria *Art Nouveau*. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Teresina, 2012.

NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil Republicano**: sociedade e instituições (1889 – 1930). 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

PANERAI, Phillipe; CASTEX, Jean; DEPAULE, jean-Charles. **Formas Urbanas**: A Dissolução da Quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PANTOJA, Suellem Martins. **A organização do ensino primário municipal no governo de Antônio Lemos 1898-1908**. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

PENTEADO, Regina Zanella; CHUN, Regina Yu Shon; SILVA, Reginalice Cera da. Do “higienismo” às ações promotoras de saúde: a trajetória em saúde vocal. **Distúrbios da Comunicação**, v. 17, n. 1, 2005.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 2004. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para história da educação. **Revista HISTEDBR On- line**, v. 14, n. 56, 2006.

SCHIMMELPFENG, Regina Maria. Retocando Imagens: a Escola Alemã/Colégio Progresso (1930-1945). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHULER, Alessandra. Infância. In: Ronaldo Vainfas (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822- 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SCHWARZ, Lilia Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil**: contrastes e intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYSSEL, Ricardo. **O Positivismo e a Bandeira Brasileira**. Disponível em: [http://www.rickardo.com.br/arquivos/posit\\_bandbras.pdf](http://www.rickardo.com.br/arquivos/posit_bandbras.pdf). Acesso em 04.08.2022.

SILVA, Edson Armando; SANTOS, Francieli Lunelli; DENIPOTI, Cláudio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SILVA, João Carlos da. **Pesquisa historiográfica em educação**: o apostolado positivista do Brasil e a instrução pública no Brasil [on line], s/d. In: XVI Jornada do HISTEDBR. Disponível em: [https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/joao\\_carlos\\_da\\_silva\\_artigo.pdf](https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/joao_carlos_da_silva_artigo.pdf) Acesso em 04.08.2022.

SILVA, Rosilda Germano da. **O Colégio De Educandos Artífices no Brasil-Império: as raízes do ensino profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)**. 2010. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

Sousa, Celita Maria Paes de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX**. 2010. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Ricardo. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

STAMATTO, Maria. Experiencias Escolares Para a Infância Desvalida – Brasil Imperial (1822-1889). **Holos**, v. 5, 2016.

TJPA. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Restauração e adaptação do antigo Instituto Lauro Sodré**. Belém, 2010.

UJIIE, Nájela Tavares; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. Considerações acerca do movimento a favor da infância no Brasil: final do século XIX e início do século XX. **Publicatio UEPG**, v. 16, n. 2, 2008.

VINÃO FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

VIÑAO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural. **Revista Brasileira de Educação, Campinas**, n. 0, 1995.

XAVIER, Maria. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961)**. Campinas: Papirus, 1990.

## GLOSSÁRIO

**Arquitetura historicista (ou revivalista):** compreende estilos artísticos que se inspiram na recriação de estilos históricos ou na imitação do trabalho de artistas e artesãos históricos e centrava seus esforços em recuperar e recriar a arquitetura dos tempos passados.

**Art Nouveau:** é um estilo internacional de arquitetura e de artes decorativas que foi muito apreciado de 1890 até os anos 1920.

**Balaústre:** um elemento de ornamentação formado por pequenos pilares ou colunas que, quando alinhados lado a lado, formam corrimões e guarda-corpos.

**Barrote:** peças de madeiras (seção quadrada ou trapezoidal), previamente fixadas no contrapiso (com parafuso e bucha ou chumbada), para fixação do piso através de pregos ou parafusos.

**Belle Époque:** período de efervescência cultural europeia, iniciado em 1871, momento em que França e Alemanha assinaram o Tratado de Frankfurt, permitindo um período de paz e desenvolvimento entre as potências europeias (Mércher, 2012: 01) e termina com o início da Primeira Grande Guerra em 1914.

**Capitel:** Membro superior de uma coluna utilizado para decorar e transmitir cargas da estrutura superior para a coluna.

**Cimalha:** Moldura saliente que remata a parte superior da fachada de um edifício, ocultando o telhado e impedindo que as águas escurram pela parede; cornija.

**Colunas dóricas:** Colunas usadas pelos Dórios, povo que ocupou a Grécia Peninsular, a península de Peloponeso, a partir de 1.200 a.C. São consideradas colunas simples, não possuem base e, geralmente, tinham estátuas de deuses ou heróis no topo.

**Corrimão:** apoio lateral de uma escada para sustentação e proteção do usuário.

**Espelho (escada):** superfície vertical que fica entre um degrau e outro.

**Frontão:** Conjunto arquitetônico de forma triangular que decora normalmente o topo da fachada principal de um edifício, sendo constituído por duas partes essenciais: a cimalha e as empenas. Provém da arquitetura clássica greco-romana.

**Guarda-corpo:** proteção à meia altura, em gradil, balaustrada, alvenaria, entre outros; que resguarda as faces laterais de escadas, terraços, rampas, varandas, sacadas ou vãos; em função de desnível de pisos ou de ambientes mais altos em relação aos outros.

**Impressionismo:** movimento estético surgido na França por volta de 1874 associado principalmente à pintura, mas exerceu influência na literatura simbolista e na música do compositor francês Claude Debussy. As pinturas impressionistas retratam paisagens, com contornos imprecisos e pinceladas rápidas.

**Ladrilho hidráulico:** revestimento fabricado artesanalmente à base de cimento e outras matérias-primas usado em pisos e paredes, conhecido assim por não sofrer queima e ficar imerso na água como parte do seu processo de fabricação.

**Neoclassicismo:** estilo inspirado na estética greco-romana, chegou para expressar os valores da

burguesia que assumiria a sociedade europeia depois da Revolução Francesa. Como principais características, destacam-se: simplicidade das formas; plantas retangulares e simétricas; grandeza de escala; frontões triangulares; jardins com padrões geométricos; telhados normalmente planos; presença de abóbada de berço ou de aresta no centro da construção; pouca ornamentação; altas colunas (dóricas, iônicas ou coríntias); fachada com colunatas, rotundas, frontões e pórticos; e o uso de materiais nobres, como pedra, mármore e granito.

**Neocolonial:** movimento estético que se propunha a resgatar a arquitetura e elementos decorativos típicos da época colonial americana de origem ibérica e empregá-los na arquitetura contemporânea. Suas principais características incluem o uso de telhados de duas águas, janelas em arco, colunas e portas de madeira, uso de elementos decorativos como azulejos, mosaicos e pinturas. Outras características incluem a presença de pátios internos, terraços e áreas abertas para fornecer boa ventilação e iluminação natural.

**Neogótico:** estilo de arquitetura originado em meados do século XVIII na Inglaterra. No século XIX, estilos neogóticos progressivamente mais sérios e instruídos procuraram reavivar as formas góticas medievais, em contraste com os estilos clássicos dominantes na época. As principais características da arquitetura neogótica são: verticalismo dos edifícios, torres pontiagudas e esguias, arte monumental e suntuosa, maior número de janelas e portas – grandes vitrais, planta arquitetônica com formato de cruz latina, paredes mais leves e finas, torres ordenadas por rosáceas, consolidação dos arcos feita por abóbadas de arcos cruzados ou de ogivas e abóbada de nervuras.

**Patamar:** piso que separa os lances de uma escada, utilizado para descanso em escadas muito longas ou para mudar a direção do lance da escada.

**Pé-direito:** diferença (altura) entre o piso e o teto de um cômodo ou de uma edificação inteira.

**Piso (escada):** parte da escada onde se pisa para subir ou descer.

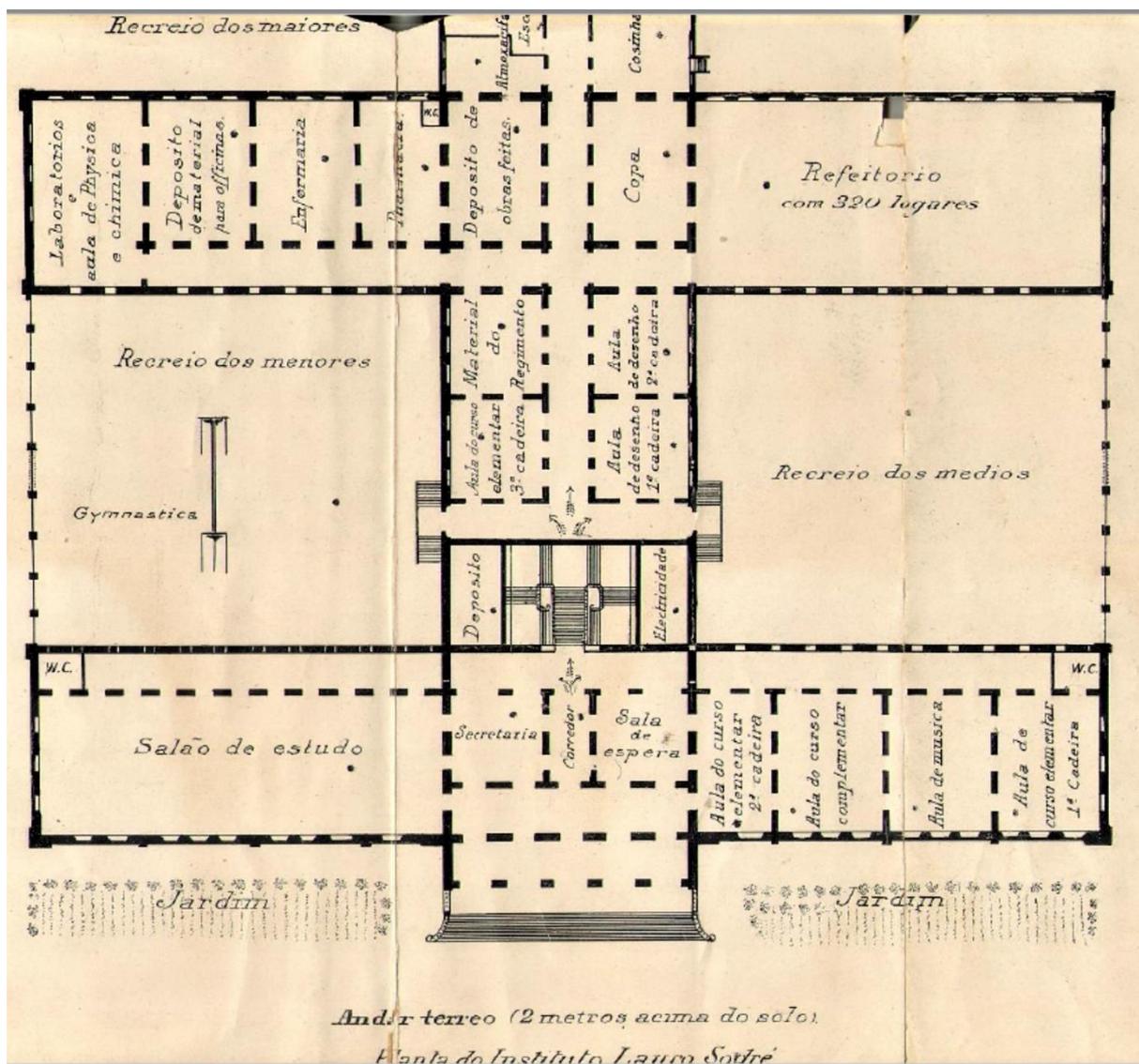
**Platibanda:** Prolongamento de parede que oculta os telhados de edifícios comerciais ou prédios residenciais multifamiliares.

**Sentina:** aparelho destinado para as necessidades fisiológicas, pouco confortável, porém de fácil higienização e não permitia ao usuário a permanência por tempo prolongado. O único contato do corpo do usuário com o aparelho dá-se pelos pés, através de dois ressaltos para este fim.

**Viga baldrame:** viga que sustenta as paredes ao nível das fundações.

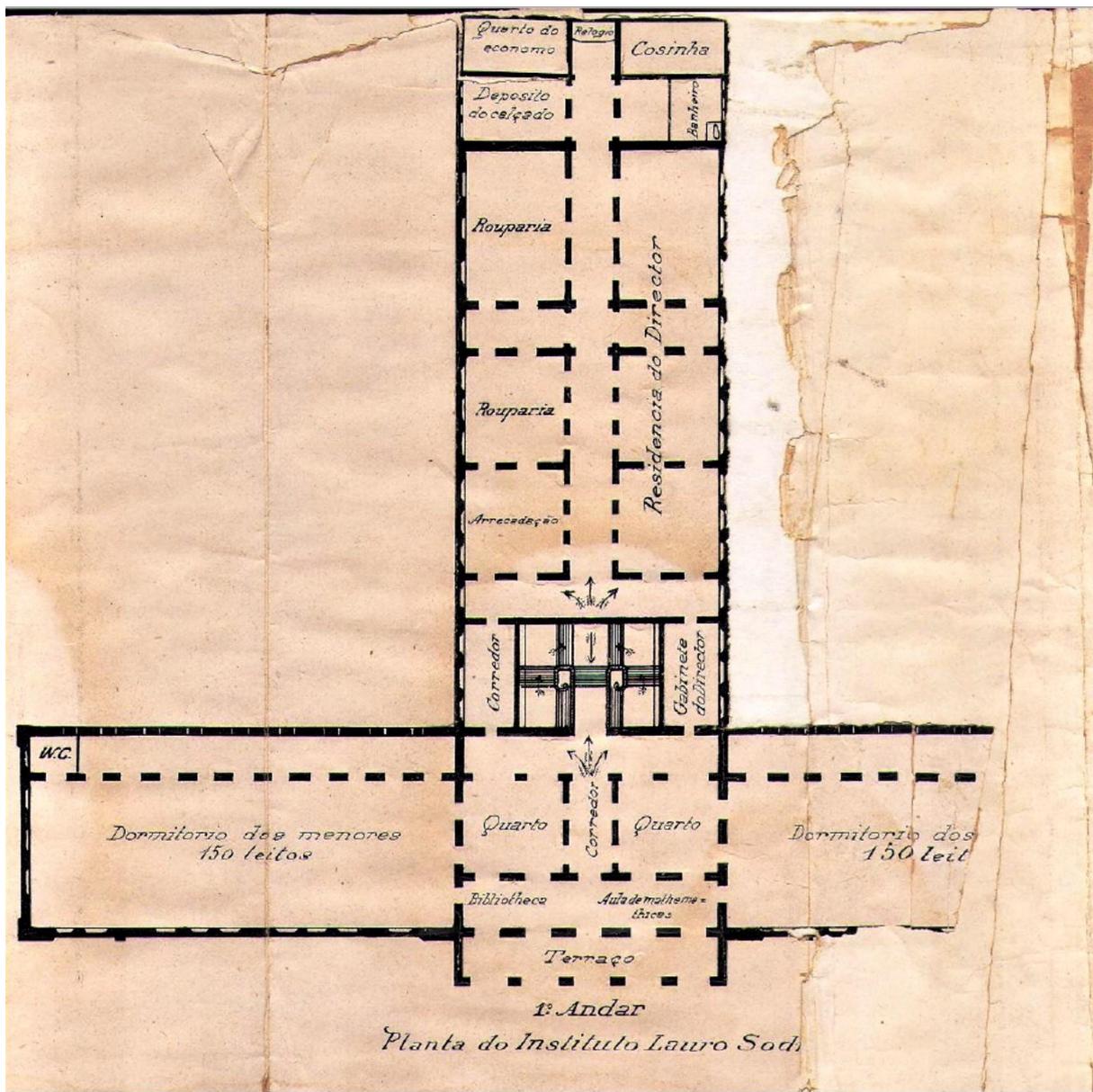
## ANEXOS

## Pavimento Térreo do Instituto Lauro Sodré



Fonte: Acervo do Autor.

## Pavimento Superior do Instituto Lauro Sodré



Fonte: Acervo do Autor.

Planta da Cidade de Belém em 1905 por José Sidrim

